

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

Centro de Ciências Sociais Aplicadas



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM DESENVOLVIMENTO SOCIOESPACIAL E REGIONAL

MESTRADO

REGINA MORAES SOARES

**ORGANIZAÇÃO E RESISTÊNCIA NA LUTA DOS
TRABALHADORES RURAIS DA COMUNIDADE DO CAJUEIRO,
EM FACE DO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO TUP/PORTO
SÃO LUÍS-MA**

São Luís

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIOESPACIAL
E REGIONAL

REGINA MORAES SOARES

**ORGANIZAÇÃO E RESISTÊNCIA NA LUTA DOS TRABALHADORES RURAIS
DA COMUNIDADE DO CAJUEIRO, EM FACE DO PROCESSO DE
IMPLANTAÇÃO DO TUP/PORTO SÃO LUÍS-MA**

São Luís
2022

REGINA MORAES SOARES

**ORGANIZAÇÃO E RESISTÊNCIA NA LUTA DOS TRABALHADORES RURAIS
DA COMUNIDADE DO CAJUEIRO, EM FACE DO PROCESSO DE
IMPLANTAÇÃO DO TUP/PORTO SÃO LUÍS-MA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Franci Gomes Cardoso

São Luís
2022

Soares, Regina Moraes.

Organização e resistência na luta dos trabalhadores rurais da comunidade do Cajueiro, em face do processo de implantação do TUP/Porto São Luís-MA. / Regina Moraes Soares. – São Luís, 2022.
178 f.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2022.
Orientadora: Profa. Dra. Franci Gomes Cardoso.

1. Projetos de desenvolvimento. 2. Organização. 3. Resistência. 4. Lutas.
5. Trabalhadores rurais. I. Título.

REGINA MORAES SOARES

**ORGANIZAÇÃO E RESISTÊNCIA NA LUTA DOS TRABALHADORES RURAIS
DA COMUNIDADE DO CAJUEIRO, EM FACE DO PROCESSO DE
IMPLANTAÇÃO DO TUP/PORTO SÃO LUÍS-MA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Aprovada em: / /

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Franci Gomes Cardoso (Orientadora)

Doutora em Serviço Social

Universidade Estadual do Maranhão

Prof. Dr. Miguel Pacífico Filho

Doutor em História

Universidade Federal do Norte do Tocantins

Prof.^a Dr.^a Karênina Fonsêca Silva

Doutora em Políticas Públicas

Universidade Estadual do Maranhão

À minha família, a qual me proporciona um amor verdadeiro e incondicional.

AGRADECIMENTOS

Antes de tudo, agradeço a Deus, por me conceder a vida, por tudo que sou, por me dar sabedoria, paciência e entendimento para enfrentar essa difícil jornada. Até aqui foi um longo caminho percorrido, e agradeço a Ele por sempre estar ao meu lado, me protegendo e me guiando nas mais variadas situações. Pela oportunidade de vivenciar esta experiência e renovar as minhas forças todos dias para seguir em frente.

Impossível concluir esta etapa sem a lembrança das pessoas que se colocaram disponíveis e, carinhosamente, deram os “toques” essenciais neste trabalho e, particularmente, significaram “força” vital para que eu juntasse mente e corpo até a sua finalização.

Agradeço especialmente à minha família, meu bem mais precioso, minha segurança, meu chão, por entender a minha ausência nos encontros aconchegantes e, sobretudo, por ser o significado mais valioso da minha vida.

À minha mãe, Maria do Socorro Moraes Soares, pelo amor e pela maneira forte de dizer que eu daria conta desse projeto de vida. Pelas orações e pelos incentivos, e ao meu pai (*in memoriam*), Francisco Oliveira Soares, que muito se alegrou com a minha trajetória acadêmica; aos meus amados irmãos, pelo apoio e dedicação. Vocês são os melhores!

A(o)s meus sobrinhos(a)s, gerados em meu coração e amores para toda a vida!

Aos meus amigos e parentes que, na alegria e na tristeza, torcem por mim, por entenderem a minha ausência nas “redes” sociais e nos agradáveis e divertidos encontros pessoais. Pela paciência e respeito ao meu momento de enclausuramento, além do encorajamento para a conclusão do trabalho.

Às minhas lindas e preciosas amigas, Lylian, Jordânia e Jacqueline, vocês são muito importantes na minha vida.

À minha querida orientadora, Prof.^a Franci Cardoso, pelo grande conhecimento compartilhado, por sua dedicação e motivação durante o estudo que se apresenta nesta dissertação e pela paciência frente à minha produção de iniciante nessa séria jornada de formação. Por acreditar em mim! Mesmo nos momentos de insegurança, me transmitiu confiança e acreditou que eu seria capaz de chegar até aqui.

Aos examinadores que compuseram a banca de qualificação e defesa, na pessoa da Prof.^a Dr.^a Karênina Fonsêca e do Prof. Dr. Miguel Pacífico, pelas precisas

contribuições que, sem dúvida, possibilitaram o enriquecimento deste trabalho, pelas sugestões de leitura e pelo olhar atento a cada detalhe.

À Universidade Estadual do Maranhão, especialmente à Coordenação do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional, pelo apoio em todos os momentos. Pela oportunidade para desenvolver esta pesquisa e por me acolher enquanto discente.

À Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão, pelo apoio financeiro concedido a mim no decorrer da pesquisa; sem esse auxílio ficaria mais difícil o desenvolvimento da pesquisa e o percurso no mestrado.

Aos professores do mestrado, com os quais, durante conversas e suas ótimas aulas, pude aprender cada vez mais.

Aos colegas do mestrado, pelas discussões compartilhadas e trocas de experiências. Desejo sucesso a todos! Em especial, aos que passaram por esse processo, mas a amizade ficou. À Glenda, pelo apoio, preocupação, incentivo e por me fazer sorrir, em tantos momentos em que apenas queria chorar. Teu coração é lindo demais! À Jessica, tão prestativa e acolhedora, sempre disponível quando precisei de ajuda. És muito especial!

À Rayllanne Rebecca, pela amizade, cumplicidade, companheirismo, apoio e parceria constantes. Sempre com disponibilidade em me ajudar nos detalhes no percurso e na conclusão deste trabalho. Foram tantos momentos, madrugadas estudando e debates juntas. Ah, como sou grata a Deus por tua vida! Obrigada por tudo. Tu és uma preciosidade, minha grande amiga.

À Michelle, pela força, por estar lado a lado comigo e me estimular diariamente, pela atenção e disponibilidade ímpar e, ainda, por cuidar de mim com tanto carinho. Mais que uma amiga, sem dúvidas, ganhei uma irmã.

À Prof.^a Karênina Fonsêca Silva, que foi fundamental para o meu processo de compreensão e construção da percepção crítica. Exemplo de conhecimento e de profissional. Minha interlocutora crítica e essencial quando era preciso dar mais “vida” a este trabalho. Uma sincera incentivadora da minha trajetória acadêmica, apontando-me o mestrado como um degrau necessário no universo da pesquisa; uma referência para mim.

À Elizete, pela disponibilidade e atenção na difícil tarefa que é secretariar o mestrado. Por não hesitar o seu apoio no decurso desse processo.

À minha amiga Luciana Azevedo, que sempre viu em mim potencial. Obrigada pelos conselhos, apoio, por compartilhar experiências e pelas palavras de incentivo constantes. Quero tua amizade para sempre!

À querida Livia, por tratar com esmero de detalhes tão relevantes do trabalho (revisão, formatação, entre outros). Obrigada pelo cuidado e atenção. Dessa relação, nasceu uma linda amizade.

Um agradecimento à Genilde, pelas palavras de apoio e força nos momentos difíceis, a quem conheço há tão pouco tempo, mas de quem gosto muito!

Ao amigo Hector Hugo, pelo *abstract* feito e pela preocupação com o meu bem-estar nesse processo.

Aos trabalhadores da comunidade do Cajueiro, pela riqueza humana construída e por serem exemplo de resistência.

A todos que, mesmo não citados aqui, se sentem participantes da minha construção, muito obrigada! Portanto, agradeço de todo coração. Sozinho não se chega a lugar nenhum.

“O proletariado tem como única arma, na sua luta pelo poder, a organização”.

Vladimir Lenin

RESUMO

Esta dissertação apresenta uma reflexão e análise sobre os projetos de desenvolvimento industrial na comunidade do Cajueiro situada na Zona Rural II de São Luís, Maranhão, evidenciando alterações na dinâmica territorial da comunidade em estudo, bem como discute a organização e resistência dessa comunidade frente às ações de projetos desenvolvimentistas. De maneira específica, demonstrou-se que essa comunidade centenária vive essencialmente do extrativismo, da agricultura e da criação de pequenos animais e, desde 2014, vivencia uma luta socioterritorial e um grande enfrentamento por parte dos seus trabalhadores contra a instalação do TUP Porto São Luís, representado pela empresa WPR São Luís Gestão de Portos e Terminais e pela empresa chinesa *China Communications Construction Company*. Destacou-se, ainda, a instalação dos projetos industriais sob a dinâmica do capital e suas implicações nas disputas pela terra. Contextualizou-se a lógica do capital nos países periféricos e a política de desenvolvimento no Brasil, a partir da década de 1950 até a década de 1980, enfocando o papel do Estado e do mercado frente a essas políticas. Abordou-se a ação dos projetos industriais, bem como a expansão portuária na comunidade do Cajueiro, a partir dos projetos financiados por verbas federais e transnacionais que desconsideram o modo de vida e a diversidade cultural, além do direito desses trabalhadores à terra. Analisou-se, também, as alterações no modo de vida e nas condições laborais dos trabalhadores rurais da comunidade do Cajueiro diante da perspectiva de implantação do Porto Privado. Centrou-se a discussão na organização e resistência dos trabalhadores rurais no Brasil, destacando as formas de expressão da consciência da classe trabalhadora. Por fim, analisou-se a luta da comunidade do Cajueiro em seus movimentos de consciência política, evidenciando suas formas e estratégias de organização e resistência na luta pela terra como condição de sobrevivência. Portanto, a organização política nesse contexto é a expressão dos trabalhadores perante o conflito gerado pelo capital. Este estudo está fundamentado no método materialista histórico-dialético, tendo como referência a pesquisa bibliográfica e documental, para compreender as categorias centrais e suas implicações na realidade concreta, precisamente da comunidade do Cajueiro.

Palavras-chave: projetos de desenvolvimento; organização; resistência; lutas; trabalhadores rurais.

ABSTRACT

This dissertation presents a reflection and analysis on industrial development projects in the Cajueiro community located in the Rural Zone II of São Luís, Maranhão, highlighting changes in the territorial dynamics of the community under study, as well as discussing the organization and resistance of this community in the face of actions of developmental projects. Specifically, it has been shown that this century-old community lives essentially from extractivism, agriculture and the creation of small animals and, since 2014, it has been experiencing a socio-territorial struggle and a great confrontation on the part of its workers against the installation of the TUP Porto São Luís, represented by the company WPR São Luís Gestão de Portos e Terminais and the chinese company China Communications Construction Company. It was also highlighted the installation of industrial projects under the dynamics of capital and its implications in disputes over land. The logic of capital in peripheral countries and the development policy in Brazil were contextualized from the 1950s to the 1980s, focusing on the role of the State and the market in relation to these policies. The action of industrial projects was addressed, as well as the port expansion in the Cajueiro community, from projects financed by federal and transnational funds that disregard the way of life and cultural diversity, in addition to the right of these workers to land. Changes in the way of life and working conditions of rural workers in the Cajueiro community were also analyzed in view of the prospect of implementing the private port. The discussion focused on the organization and resistance of rural workers in Brazil, highlighting the forms of expression of working-class consciousness. Finally, the struggle of the Cajueiro community in its political consciousness movements was analyzed, highlighting its organizational and resistance forms and strategies in the struggle for land as a condition for survival. There is, political organization in this context is the expression of workers in the face of the conflict generated by capital. This study is based on the historical-dialectical materialist method, having as reference the bibliographic and documental research, to understand the central categories and their implications in the concrete reality, precisely in the Cajueiro community.

Keywords: development projects; organization; resistance; fights; rural workers.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	– Empregados posam para a foto festejando a conclusão da construção da EFC.....	57
Figura 2	– Mapa de localização da comunidade do Cajueiro, São Luís-MA	68
Figura 3	– Localização da Estrada do Cajueiro pelo Google Earth	69
Figura 4	– Mapa de localização da Baía de São Marcos	72
Figura 5	– Mapa da área pretendida para a Resex Tauá-Mirim	74
Figura 6	– Cajueiro, São Luís-MA: área desmatada em Parnauaçu por obras do TUP Porto São Luís	84
Figura 7	– Cajueiro, São Luís-MA: demolição de moradia em área reclamada pela empresa	84
Figura 8	– Praia de Parnauaçu, Cajueiro, São Luís-MA.....	121
Figura 9	– EIA do TUP Porto São Luís: incentivos fiscais.....	122
Figura 10	– Ata de reunião sobre o TUP Porto São Luís: geração de empregos .	123
Figura 11	– EIA do TUP Porto São Luís: geração de empregos – implantação....	124
Figura 12	– EIA do TUP Porto São Luís: geração de empregos – conclusão.....	124
Figura 13	– EIA do TUP Porto São Luís: geração de empregos – operação	125
Figura 14	– EIA do TUP Porto São Luís: malha viária	125
Figura 15	– EIA do TUP Porto São Luís: compensação social	126
Figura 16	– EIA do TUP Porto São Luís: impactos socioambientais – água.....	127
Figura 17	– EIA do TUP Porto São Luís: impactos socioambientais – aviário	127
Figura 18	– EIA do TUP Porto São Luís: impactos socioambientais – população	128
Figura 19	– EIA do TUP Porto São Luís: impactos socioambientais – pesca	129
Figura 20	– EIA do TUP Porto São Luís: impactos socioambientais – saúde	129
Figura 21	– EIA do TUP Porto São Luís: impactos socioambientais – cotidiano ..	130
Figura 22	– Ata de reunião sobre o TUP Porto São Luís: Terreiro do Egito.....	131
Figura 23	– Moradores da comunidade do Cajueiro protestam na BR-135, São Luís-MA.....	134
Figura 24	– Reunião na associação de moradores do Cajueiro, São Luís-MA.....	136
Figura 25	– Assinatura do acordo de investimento para a construção do TUP em São Luís-MA	137
Figura 26	– Cajueiro, São Luís-MA: moradores sendo alvo de uma ação de reintegração de posse.....	138

Figura 27 – Frequentadores do Terreiro do Egito demandando a preservação do local.....	142
Figura 28 – Demolição de casas na comunidade do Cajueiro, São Luís-MA.....	147
Figura 29 – União de moradores da comunidade do Cajueiro, São Luís-MA	149

LISTA DE TABELA E QUADROS

Tabela 1 – Conflitos por terra no Brasil (2016-2019)	62
Quadro 1 – Propostas e medidas legislativas que ameaçam direitos territoriais e povos tradicionais	63
Quadro 2 – Mentiras e contradições sobre a construção do Porto Privado no Cajueiro, São Luís-MA	120

LISTA DE ABREVIATURAS

Dr. ^a	–	Doutora
h	–	horas
ha	–	hectares
km	–	quilômetro
Ltda.	–	Limitada
m	–	metros
n ^o	–	número
p.	–	página
Prof. ^a	–	Professora
Sr.	–	Senhor
Sr. ^a	–	Senhora

LISTA DE SIGLAS

AI	– Ato Institucional
Alumar	– Consórcio de Alumínio do Maranhão
BR	– Rodovia Federal
CAR	– Cadastro Ambiental Rural
CCCC	– <i>China Communications Construction Company</i>
CEO	– Diretor Executivo
CEPAL	– Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CONTAG	– Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPSL	– Complexo Portuário de São Luís
CPT	– Comissão Pastoral da Terra
CSP	– Central Sindical e Popular
CUT	– Central Única dos Trabalhadores
Disal	– Distrito Industrial de São Luís
DPE	– Defensoria Pública do Estado
ECOSOC	– Conselho Econômico e Social das Nações Unidas
EFC	– Estrada de Ferro Carajás
EIA	– Estudo de Impacto Ambiental
EMAP	– Empresa Maranhense de Administração Portuária
Fapema	– Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão
FIEMA	– Federação da Indústria do Maranhão
GEDMMA	– Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente
Ibama	– Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	– Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
Incra	– Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Inpe	– Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IST	– Infecções Sexualmente Transmissíveis
ITERMA	– Instituto de Terras do Maranhão
LBA	– Legião Brasileira de Assistência
LI	– Licença de Instalação

Mobral	– Movimento Brasileiro de Alfabetização
MPF	– Ministério Público Federal
MPMA	– Ministério Público do Maranhão
MST	– Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
Nupedca	– Núcleo de Pesquisa em Desenvolvimento e Conflitos Agrários
OAB	– Ordem dos Advogados do Brasil
OIT	– Organização Internacional do Trabalho
ONU	– Organização das Nações Unidas
PASEP	– Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PDL	– Projeto de Decreto Legislativo
PEC	– Projeto de Emenda Constitucional
PFC	– Projeto Ferro Carajás
PGC	– Programa Grande Carajás
PIB	– Produto Interno Bruto
PIN	– Plano de Integração Nacional
PIS	– Programa de Integração Social
PL	– Projeto de Lei
PM	– Polícia Militar
PND	– Plano Nacional de Desenvolvimento
PPDSR	– Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional
Prodes	– Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite
PRORURAL	– Programa de Assistência ao Trabalhador Rural
PROTERRA	– Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste
Resex	– Reserva Extrativista
Rima	– Relatório de Impacto Ambiental
RMGSL	– Região Metropolitana da Grande São Luís
SEATI	– Secretaria Adjunta de Tecnologia da Informação
Sedihpop	– Secretaria de Direitos Humanos e Participação Popular
Seinc	– Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Energia
Sema	– Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais
Semmam	– Secretaria Municipal de Meio Ambiente

SSP	– Secretaria de Segurança Pública
Sudam	– Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Sudene	– Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TMD	– Teoria Marxista da Dependência
TMPM	– Terminal Marítimo da Ponta da Madeira
TUP	– Terminal de Uso Privado
UEB	– Unidade de Educação Básica
UEMA	– Universidade Estadual do Maranhão
UFMA	– Universidade Federal do Maranhão

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	19
2	A INSTALAÇÃO DOS PROJETOS INDUSTRIAIS SOB A LÓGICA DO CAPITAL E SUAS AÇÕES NAS DISPUTAS PELA TERRA	30
2.1	A ofensiva do capital em países periféricos e a política de desenvolvimento no Brasil	32
2.2	Os projetos industriais e as ações de expansão portuária na comunidade do Cajueiro em São Luís-MA	53
2.3	As alterações ocorridas no modo de vida e nas condições de trabalho dos trabalhadores rurais da comunidade do Cajueiro frente à perspectiva de implantação do Porto Privado	76
3	A ORGANIZAÇÃO E A RESISTÊNCIA DOS TRABALHADORES RURAIS NA LUTA PELA TERRA NO BRASIL E AS PARTICULARIDADES DE CAJUEIRO EM SÃO LUÍS-MA	86
3.1	Formas de expressão da consciência de classe dos trabalhadores em processos de luta no contexto brasileiro	97
3.2	A luta e a resistência dos trabalhadores rurais de Cajueiro em face da perspectiva de instalação do Porto Privado e a intervenção estatal	109
4	CONCLUSÃO	153
	REFERÊNCIAS	158
	ANEXOS	171

1 INTRODUÇÃO

Nesta dissertação, apresenta-se o estudo das formas de organização e luta de trabalhadores rurais da comunidade do Cajueiro, situada no Maranhão, diante do processo de implantação do Porto Privado da Empresa WPR São Luís Gestão de Portos e Terminais. A pesquisa foi realizada no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional (PPDSR), da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (Fapema).

Levando em conta a conjuntura atual, é preciso salientar que, em virtude da pandemia do novo coronavírus, as análises e discussões apresentadas se pautaram em pesquisas bibliográficas e documentais. Nesse sentido, dentro das limitações da pandemia, priorizou-se o cuidado em relação à comunidade e à pesquisadora. No entanto, a escolha por essas fontes não impediu a pesquisadora de aprofundar e analisar de forma crítica o estudo pretendido.

Nesse processo de análise, cabe dizer que o interesse por este estudo decorreu do acompanhamento do conflito envolvendo a comunidade do Cajueiro e a Empresa WPR São Luís. Surgiu, também, a partir de inquietações que emergiram após visitas à comunidade durante a graduação da autora deste trabalho, haja vista que foram observadas, junto aos trabalhadores rurais, alterações no modo de vida e nas condições de trabalho deles. Além disso, teve-se como motivação a vivência acadêmica em núcleo de pesquisa que envolve o tema, o que reforçou a escolha do objeto de estudo.

A ênfase dada às categorias modo de vida, resistência e organização política dos trabalhadores rurais conecta-se à experiência acadêmica-social da pesquisadora como discente do Curso de Serviço Social, da Faculdade Pitágoras do Maranhão, e como participante do Núcleo de Pesquisa em Desenvolvimento e Conflitos Agrários (Nupedca)¹.

Por meio dessa experiência, observou-se a desvalorização da cultura e do modo de vida dessa população pelo poder público, bem como a dificuldade desses trabalhadores na permanência no seu território, nas suas condições de trabalho e uso

¹ Coordenado pela Prof.^a Dr.^a Karenina Fonseca Silva, na Faculdade Pitágoras do Maranhão.

da terra, evidenciando a ausência de garantia de direitos mínimos e deslocamentos para outras regiões.

Assim, apagar a existência do Cajueiro significa apagar, também, um capítulo importante da história do Maranhão. Trata-se de um lugar que simboliza a resistência centenária de um território constituído de terra para plantar/colher, do mar para retirar o pescado e do mangue para o berçário das espécies peculiares e não peculiares. Desse modo, essas experiências possibilitaram o estabelecimento e a ampliação de uma postura mais investigativa, potencializando reflexões no âmbito da diversidade e desenvolvimento regional.

O tema estudado justifica-se por se constituir um assunto atual e histórico, que propicia compreender o Cajueiro e o terminal portuário sob a perspectiva analítica dos impactos desse empreendimento. Para tanto, torna-se relevante analisar a conjuntura contemporânea, considerando a diversidade política, econômica, social, ambiental e cultural do Maranhão, diante da implantação de grandes empreendimentos no setor minero-siderúrgico.

Nesse ponto de vista, este estudo analisa, a partir de processos históricos, as formas de organização política na luta pela terra e as expressões de resistência dos trabalhadores rurais, com destaque para o Maranhão, notadamente a comunidade do Cajueiro, em face dos anúncios de implantação de grandes projetos econômicos para a localidade. É nesse campo da luta pela terra que se assume o desafio de pensar os elementos constitutivos da organização política e as formas de resistência, enquanto categorias de análise na presente pesquisa.

Partindo dessas relações de luta e resistência, observou-se que a questão da propriedade da terra sempre esteve em pauta no Brasil, sobretudo por envolver não apenas uma questão econômica e política, mas também uma relação social que se caracteriza pelo domínio e submissão, bem como pela escravidão e sujeição, uma das marcas culturais da sociedade rural ainda não superada totalmente. Na verdade, a oligarquia rural brasileira sempre buscou impedir qualquer ação que contrariasse a propriedade da terra, valendo-se, para tanto, da política e do uso do aparato estatal, a fim de reprimir qualquer intimidação à ordem fundiária vigente.

Essa realidade faz parte do processo de mundialização da economia, que reafirma a condição da América Latina como periferia do capital internacional. Assim, a natureza do capitalismo cria mecanismos para continuar a sua reprodução, em uma relação de dependência e desigualdade entre os países centrais e periféricos. Sobre

isso, Trotsky (1977) assinala que a relação de dependência se determina na divisão entre moderno e atrasado, na agricultura e na indústria, na mão de obra excedente no local e “desqualificada”, assegurando as condições necessárias para a reprodução do capital, que acontece na relação entre o desenvolvimento desigual e combinado.

No Brasil, a questão agrária vem vivenciando essa relação de dependência e subalternidade em função dos países centrais. Desde a chegada do colonizador português, há 500 anos, iniciaram-se as lutas contra a exploração, a dominação da terra e a expulsão, que demarcam, por sua vez, as lutas dos trabalhadores. A partir do persistente quadro de concentração de terra, surgem as lutas dos povos indígenas, dos escravos, dos trabalhadores livres e dos imigrantes, desenvolvendo as lutas dos trabalhadores rurais pela terra, bem como as lutas contra a expropriação produzida continuamente no desenvolvimento do capitalismo.

Essa realidade indica níveis cada vez maiores de concentração de terra, elucidando a grandeza da expropriação cometida pelo capitalismo no decurso dos séculos, com efeitos políticos, econômicos, sociais e ambientais na formação histórica do país. Por conseguinte, discorrer sobre terra implica tratar de sua importância no desenvolvimento econômico, social e cultural, visto que ela é a expressão de uma sociedade.

Os efeitos perversos da expansão do mercado são evidenciados por meio da concentração de terra com o projeto de desenvolvimento nacional, tendo um maior impulso na década de 1980. Apesar disso, o Brasil continua com as suas raízes agrárias. Por seu turno, o Maranhão encontra-se situado historicamente na lógica do desenvolvimento nacional, em uma relação entre a periferia mundial e regional, além de vivenciar o discurso do “progresso” e da “modernização”, com ênfase na instalação de grandes projetos industriais no estado.

A instalação de grandes projetos industriais no país vem sendo sustentada por discursos desenvolvimentistas, mas a intenção por trás dessa lógica é desapropriar, invadir e alterar a vida e a produção dos trabalhadores, levando-os a se (re)organizar no âmbito da produção (SILVA, 2019). Do mesmo modo, o Maranhão vivencia a força de grandes projetos industriais, para atender às necessidades do mercado externo, o que justifica a implantação de indústrias no estado, desconsiderando a realidade da população local, que se concentra na agricultura familiar e no extrativismo vegetal.

Nessa lógica de grandes projetos industriais, o Maranhão fomenta condições favoráveis para a circulação da mercadoria e, dessa forma, estimula a ampliação do

Complexo Portuário de São Luís, afetando as comunidades que vivem da agricultura e piscicultura. Nesse quadro, demarca-se a resistência da comunidade do Cajueiro, a partir de suas experiências de luta contra os impactos de ações portuárias na região, a qual corresponde à Zona Rural II de São Luís.

Diante dessas considerações, convém explicitar o contexto da pesquisa. Em análises realizadas pelo Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA, 2014), da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), discute-se a expansão capitalista e o papel do Estado a serviço da classe dominante, sendo evidenciada uma forte intervenção estatal para garantir a instalação do Terminal de Uso Privado (TUP) na região do Cajueiro. Constitui-se, então, mais um processo do capital que objetiva a ampliação dos seus lucros e, sobretudo em momentos de crise, a busca por novas fronteiras para a acumulação do capitalismo.

Então, além de reeditar oligarquias políticas, o Maranhão vivencia o discurso de desenvolvimento, que favorece a implantação de grandes empreendimentos para o mercado internacional. Na ótica de desenvolvimento do estado, a implantação do projeto do TUP no Cajueiro gera implicações no modo de vida da comunidade local, diante do processo de transnacionalização do capital (ARCANGELI, 2018).

Essa intervenção no Cajueiro vem ocorrendo desde 2014, mediante uma série de medidas visando criar as condições necessárias para concretizar o projeto. Nesse sentido, ratifica-se a manifestação do real caráter de classe do Estado em prol do capital, conforme examinam Marx e Engels (2007). Para os autores (2007, p. 74), o “Estado não é mais do que a forma de organização que os burgueses adotam, tanto para garantir reciprocamente a sua propriedade e a de seus interesses, tanto em seu interior como externamente”.

Mediado pelo Estado, o processo de retirada de várias comunidades para a instalação de grandes projetos desenvolvimentistas originou enclaves econômicos que passam a ser as principais formas de inserção do Maranhão na rota do capital internacional. No que tange ao meio ambiente, Arcangeli (2018, p. 15) explica que:

[...] esses projetos são responsáveis por vários ataques aos biomas maranhenses (cerrado, floresta amazônica, manguezais, babaçuais, campos alagados etc.), agravados pela concessão de licenças ambientais suspeitas, além da grilagem de terras. Uma produção que prejudica bastante o extrativismo, principalmente a pesca, a agricultura e outras formas de produção das várias comunidades que necessitam garantir sua reprodução e modo de vida.

Em síntese, a instalação de um porto privado na região onde o Cajueiro está localizado implica a previsão do deslocamento populacional, desconsiderando os modos de vida locais. Logo, a implantação desse empreendimento visa atingir, em grande escala, a produção e geração de capital mediante a exploração de recursos naturais, a organização e o controle territorial (GUIMARÃES, 1995).

É nesse sentido que se dá a instalação de grandes indústrias na área do Distrito Industrial de São Luís (Disal), inserida no processo de desenvolvimento capitalista do Maranhão, em busca da redução ou eliminação de qualquer tipo de barreira espacial para acelerar a taxa de giro de capital e ampliar a sua acumulação. Nesse ponto de vista, concorda-se com Silva (2014), quando ela afirma que o desenvolvimento e a modernização estão vinculados ideologicamente ao processo tecnológico e industrial.

Todavia, a história mostra as contradições e forças políticas antagônicas ao que é disseminado, principalmente nos países periféricos oriundos de um processo de colonização desigual e excludente, que acarreta uma relação de dependência econômica e cultural. Essa concepção é tão dominante que se expande entre as relações sociais por meio de grupos sociais, na condição de guardiões da ordem, pois a sociedade “é harmônica” e o “desenvolvimento vem propiciar a união em torno do projeto político que irá melhorar a vida de todos, ricos e pobres” (SILVA, 2014, p. 85).

Nesse sentido, também é pertinente assinalar que o desenvolvimento pregado por empreendimentos industriais ocorre em diversas partes do Brasil, como é o caso do Cajueiro com a instalação do TUP Porto São Luís. Por conseguinte, a comunidade e a Reserva Extrativista (Resex) Tauá-Mirim percebem-se afetadas de várias formas por empreendimentos que buscam utilizar recursos dessa região, tais como: Porto do Itaqui, Valle, MPZ, Suzano, Votorantim, Lucena, Ponta da Madeira, Consórcio de Alumínio do Maranhão (Alumar) e, atualmente, Porto São Luís (MOREIRA, 2015).

Ainda no que concerne à comunidade em estudo, a entrada do Porto Privado vem cerceando direitos dos moradores, e, diante dessa lógica de ação do capital, os trabalhadores rurais vêm criando formas de resistência e luta. À vista disso, importa focalizar o sentimento de permanecer nas terras que compõem o solo do Cajueiro como forma de reprodução social.

A disputa por esses direitos ocorre mediante pressão e mobilização política desencadeada pela defesa da permanência no território, enquanto local de vivência, visto que esse modelo de desenvolvimento econômico aniquila qualquer tentativa de as comunidades tradicionais viverem seus próprios modos de vida. Diante disso,

os trabalhadores rurais do Cajueiro organizam-se na associação de moradores e em algumas residências no intuito de juntar forças e estratégias nesse processo.

Um fato relevante de resistência perante o Estado foi a reivindicação contra a expulsão de suas terras e direitos sociais. Essa perspectiva de consciência política, ligada ao interesse de determinada classe, possibilita uma ação ideológica e política em prol de um projeto de classe ou grupo social. É nesse aspecto que os homens se movimentam e tomam consciência das suas lutas (GRAMSCI, 1995).

Com esse direcionamento, os trabalhadores rurais do Cajueiro potencializam as suas ações de maneira coletiva e organizada diante do capital. Com base em Silva (2019), é possível inferir que, nessas disputas e relações de força, tais trabalhadores podem transcender como sujeitos políticos e sociais e, nessa direção, permanecer na luta pelo seu território, modo de vida e suas condições de trabalho.

Considerando essa assertiva, destaca-se que o Cajueiro vem sendo afetado por ameaças e intimidações por meio da empresa WPR São Luís Gestão de Portos e Terminais — o que gera violência aos trabalhadores rurais, pois, como afirma Bogo (2008), o conflito está alicerçado na sociedade dividida em classes e na concentração econômica. A propriedade privada é, portanto, a primeira manifestação de violência, e a luta dos trabalhadores advém, fundamentalmente, dessa violência do Estado e do capital, implicando a busca da sua autodefesa.

Assim, concorda-se com as reflexões de Luxemburgo (1979), que entende a organização como expressão da luta e a revolução como processo, um movimento para frente. Sob esse prisma, Bogo (2008) enfatiza a necessidade de se restabelecer as bases da teoria revolucionária e os momentos de avançar e recuar para manter o fôlego perante os inimigos da classe trabalhadora.

Conforme Luxemburgo (1979), a organização, a consciência de classe e a educação política só serão alcançadas por meio da escola política viva, na luta. A autora trata, politicamente, da inserção dos trabalhadores nas organizações, para o desenvolvimento e amadurecimento no processo de luta. A organização política dos trabalhadores rurais da comunidade do Cajueiro é, portanto, de suma importância no desenvolvimento da sua consciência de classe, na formulação e execução das suas estratégias de lutas e resistência.

Dessa forma, é essencial que tais trabalhadores permaneçam nesse espaço para conquistarem os seus direitos e visibilizarem os seus interesses, pois é através

dessas organizações que eles podem superar as múltiplas expressões da questão social gerada pelo capital, bem como ascender à emancipação sociopolítica.

No tocante ao método da pesquisa, utilizou-se a concepção do materialismo histórico-dialético, proposto por Marx, e as suas aplicações na realidade. Conforme o filósofo (2008), o seu método dialético é diferente do método hegeliano, no qual o pensamento é o criador do real. Já no método dialético, é o movimento oposto, isto é, a matéria é fonte primária e opõe-se ao idealismo. Em razão disso, a concepção de história é um guia importante para o estudo, em suas minúcias e nas condições de vida das diversas formações sociais (MARX; ENGELS apud NETTO, 2009).

A teoria social de Marx atrela-se a um projeto revolucionário, em que a ciência tida como revolucionária é aquela que manifesta, no terreno do conhecimento, o ponto de vista de uma nova classe que inicia a sua luta: o proletariado. Então, toma-se como base a realidade concreta para investigar os determinantes e as determinações de um processo social, salientando a sua dimensão histórica em dado contexto, enxergando o fenômeno estudado em sua complexidade e dinamicidade, ou seja, o materialismo histórico-dialético.

A escolha por esse método se justifica por entender que, quando a história é compreendida como um fato em movimento, torna-se transitória e sofre alterações no decorrer das ações sociais. Nesse sentido, há interação entre corpo e mente, e o ser humano tem o poder de modificar o fato por meio das suas ações no mundo em que vive, ao invés de apenas observá-lo.

Essa escolha também se apoiou na interação entre o fato ocorrido e as suas implicações no cotidiano social, uma vez que o homem, enquanto fruto histórico de seus comportamentos e suas relações, é compreendido na sua totalidade. Com esse enfoque, buscou-se caracterizar o objeto da pesquisa em seus determinantes e suas determinações, tendo como designações os fundamentos históricos conceituais sobre organização, resistência e modo de vida, considerando as particularidades do estado do Maranhão e partindo do movimento real da comunidade do Cajueiro.

Para uma pesquisa, a metodologia é mais do que uma descrição formal dos métodos e das técnicas a serem utilizadas, uma vez que indica conexões e leituras acerca do objeto de estudo, possibilitando ao pesquisador a compreensão e análise crítica da realidade a respeito do objeto problematizado. De tal forma, constitui-se o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade.

Com base nessa assertiva, o estudo sobre a organização e resistência na luta dos trabalhadores rurais da comunidade do Cajueiro, frente às implicações do Porto Privado no modo de vida e nas condições de trabalho deles, configura-se na direção da análise do concreto e dinâmico, haja vista que, conforme Marx (2008), o concreto é pensado e existe a partir de sua totalidade.

Nesse prisma, Marx e Engels (apud NETTO, 2009) evidenciam a dimensão do método diante das minúcias e condições de vida das diversas formações sociais no aspecto dialético, isto é, reconhecendo o movimento da sociedade. Por isso, o método escolhido subsidia o processo de investigação com traços constitutivos da realidade vivenciada pelos trabalhadores rurais da comunidade do Cajueiro, envolvendo as categoriais de totalidade, contradição e mediação.

Conforme Löwy (2000), a categoria metodológica da totalidade consiste na percepção da realidade social como um todo orgânico, estruturado, no qual não se pode entender um elemento sem considerar a sua relação com o conjunto. Por isso, a história do Cajueiro, nas suas relações sociais, culturais, econômicas e políticas, é essencial para entender o sentido das noções e transformações que vão sucedendo.

Essas dimensões no Cajueiro não são diretas, visto que, como analisa Netto (2009) a partir dos estudos de Marx, as mediações ocorrem em diferentes níveis de complexidade e estrutura peculiar de cada totalidade. Sendo assim, tais categorias manifestam a base teórica para compreender criticamente a realidade, sobretudo na comunidade escolhida. Diante disso, o método marxista contribui decisivamente para uma visão global mais crítica acerca do modo de produção capitalista, visando extrair as múltiplas determinações na sua relação com o objeto estudado.

A pesquisa, de natureza qualitativa, apoiou-se em levantamento bibliográfico e documental, mediante consulta a livros, *sítes*, leis, jornais, artigos, revistas e bancos de dados oficiais, que possibilitaram compreender o fenômeno estudado e o método como instrumentos de mediação entre sujeito e objeto. O método, vale dizer, implica uma dada posição do sujeito que pesquisa: aquela que se impõe ao pesquisador para extrair múltiplas determinações da sua relação com o objeto.

Nesse viés, foram feitas leituras críticas de materiais teóricos, recorrendo-se aos estudos de: Arcangeli (2018, 2020), Barbosa (2006), Bogo (2008), Fernandes (1975), Galeano (2020), Gramsci (1995, 2000), Harvey (1982, 2005, 2011, 2013), Lenin (2011), Löwy (2000), Luxemburgo (1979), Marini (2017), Marx e Engels (2005,

2007, 2009), Moreira (2015), Netto e Braz (2012), Rostow (1974), Sant'Ana Júnior, Teisserenc e Brustolin (2018), Trotsky (1977), Silva (2014, 2019), entre outros autores.

Os procedimentos de análise do processo de investigação têm referência nos fundamentos histórico-conceituais, definidos nas seguintes etapas:

- a) mecanismos de análise na instrumentação teórica-metodológica de temas e categorias associadas à pesquisa, como organização, resistência e modo de vida;
- b) revisão bibliográfica delineando o objeto de estudo em seus determinantes e suas determinações, bem como lutas sociais, resistência e modo de vida dos trabalhadores da comunidade do Cajueiro;
- c) pesquisa e coleta de dados em fontes documentais de órgãos de natureza municipal, estadual e federal, relacionadas ao estudo.

Desse modo, mediante pesquisa de análise qualitativa, que não propõe critérios numéricos para garantir a sua representatividade, buscou-se delimitar tal universo a partir da escolha dos sujeitos, cuja vinculação fosse mais significativa para o problema investigado (MINAYO, 2009). No final do processo de pesquisa, fez-se a análise dos dados bibliográficos e documentais para realizar o plano de redação da dissertação.

Nesse bojo, esta investigação tem como objetivo geral analisar as formas de organização e resistência na luta dos trabalhadores rurais da comunidade do Cajueiro, em face das implicações do TUP Porto São Luís da empresa WPR no modo de vida dos trabalhadores rurais. Qualificam-se como objetivos específicos:

- a) verificar os projetos industriais sob a lógica do capital, bem como as disputas pela terra no Brasil;
- b) identificar os projetos industriais no Maranhão e a ampliação portuária na comunidade do Cajueiro;
- c) configurar as formas de expressão da resistência dos sujeitos envolvidos.

À vista disso, este estudo pautou-se nos seguintes questionamentos:

- a) quais as formas de organização e resistência na luta dos trabalhadores rurais na comunidade do Cajueiro, em face das implicações do processo de implantação do Porto Privado no modo de vida desses trabalhadores?
- b) qual a configuração dos projetos industriais no Brasil, precisamente no Maranhão?
- c) quais as formas de luta e resistência dos trabalhadores rurais na disputa pela terra no Brasil?

Tais indagações constituíram o foco da pesquisa, mediante a qual se constrói esta dissertação. Assim, após levantada a situação-problema deste estudo, houve a necessidade de embasá-lo em discursos teóricos que sustentam o tema em questão e o diálogo entre autores distintos, principalmente os que versam sobre organização e resistência, apresentando inferências e reflexões acerca dessas categorias.

Desse modo, o objeto de estudo constrói-se teoricamente, visto que não existe aplicabilidade sem um pensar teórico a respeito daquilo que está sendo pesquisado. Faz-se necessário transformar o pensamento abstrato em um pensar concreto, pois, segundo Marx (2008), o concreto é pensado e existe a partir da sua totalidade. Logo, o processo do conhecimento de dada realidade parte do abstrato rumo ao concreto.

Partindo dessas considerações, a exposição deste estudo está sistematizada nesta introdução, em dois capítulos e na conclusão. No primeiro capítulo, discorre-se sobre a instalação dos grandes projetos industriais diante da lógica do capital e suas implicações no conflito pela terra, evidenciando a ofensiva do capital e a política de desenvolvimento nos países centrais e periféricos, associada à expansão de grandes projetos industriais na comunidade tradicional do Cajueiro.

No segundo capítulo, realiza-se uma análise da organização e resistência da classe trabalhadora na luta pela terra no Brasil, bem como as formas de expressão da consciência na luta da classe trabalhadora, buscando verificar criticamente a lógica do Estado e dos grandes projetos industriais. Para tanto, considera-se a organização e resistência dos trabalhadores rurais na comunidade tradicional do Cajueiro ante a ofensiva do Porto Privado.

Na conclusão referente ao tema, destaca-se que o ponto da investigação não termina nesta dissertação, mas se propõe a contribuir nas discussões em torno da questão investigada. É relevante salientar que, quando se trata do processo dialético, sempre existirão lacunas e retificações a serem feitas em pesquisas posteriores.

No que se refere ao objeto de estudo, é destacado e conclusivo que a entrada desse empreendimento vem cerceando direitos básicos dos moradores, como os direitos à moradia (digna), à segurança, à igualdade perante a lei, entre outros. Em contrapartida, a comunidade vem criando formas de resistência e luta contra a ação desses novos projetos. A disputa por tais direitos ocorre pela pressão e mobilização política, desencadeada pela defesa territorial como local de vivência.

Desse modo, é a luta pela permanência no território; é a luta contra as amarras do capital e, acima de tudo, a luta pela condição de sobrevivência. Essencialmente, é a luta sobre o capital na sua complexidade diante da organização e resistência dos trabalhadores, haja vista que, como enfatizam Marx e Engels (2005), o prelúdio da luta é analisar as determinações do capital e manter a classe unida para alcançar a emancipação e superar os ataques constantes do capital aos trabalhadores. Portanto, “proletários de todos os países, uni-vos!” (MARX; ENGELS, 2005, p. 65).

2 A INSTALAÇÃO DOS PROJETOS INDUSTRIAIS SOB A LÓGICA DO CAPITAL E SUAS AÇÕES NAS DISPUTAS PELA TERRA

Em face da ofensiva imperialista, o Brasil sofre, historicamente, investidas do mercado internacional, através de projetos industriais que buscam explorar recursos naturais e incitam disputas territoriais. Nesses conflitos, os trabalhadores rurais lutam, então, pela defesa e permanência na terra, por sua sobrevivência e pela preservação do seu modo de vida e formas de produção.

A lógica imperialista do capitalismo consiste em expandir-se geograficamente e manter a sua dominação territorial (SILVA, 2019). Além disso, a partir da análise de Harvey no processo de expansão, o capitalismo é destrutivo de todas as partes que o integram e, por isso, se revoluciona constantemente, “derruba todas as barreiras que impedem o desenvolvimento das forças produtivas, a ampliação das necessidades, a diversidade da produção, a exploração e a troca das forças naturais e espirituais” (HARVEY, 2013, p. 526).

Em razão disso, a expansão geográfica do capitalismo ocasiona aplicações de longo prazo em infraestrutura física no espaço, sendo responsável por atrair imensa quantidade de capital, uma vez que engloba subordinar os seus interesses em outras regiões do mundo.

Nesse sentido, há uma relação de dependência, a qual, conforme Galeano (2020), implica a ofensiva do capital em criar condições de opressão, dominação e subordinação da América Latina aos centros do poder, visto que a história do desenvolvimento dessa região integra a história do desenvolvimento do capitalismo mundial. O autor ainda certifica:

Nossa derrota esteve sempre implícita na vitória dos outros. Nossa riqueza sempre gerou nossa pobreza por nutrir a prosperidade alheia: os impérios e seus beaguins nativos. Na alquimia colonial e neocolonial, o ouro se transfigura em sucata, os alimentos em veneno. (GALEANO, 2020, p. 11).

Assim, a América Latina sofre as refrações das engrenagens do capital por nutrir a prosperidade alheia com sua terra, seus frutos e suas profundezas ricas em recursos naturais e humanos. Nesse prisma, a lógica presente se integra ao Brasil, na medida em que contribui para o benefício do desenvolvimento estrangeiro e reforça

as sucessivas cadeias de dependências, por meio de elos com os centros de poder e o Estado.

É nesse sentido que as concepções formuladas refletem, no cenário nacional, o processo de instalação dos grandes empreendimentos de desenvolvimento; estes, por sua natureza, manifestam o contexto de conflitos agrários, gerando impactos e disputas territoriais.

Dessa forma, a questão em voga percorre o processo de desenvolvimento do capitalismo em espoliar, expandir e reorganizar esses espaços, para garantir a sua rentabilidade na produção econômica dos países centrais. Essas práticas propiciam a lógica do acúmulo do capital, na qual o Estado surge como legitimador delas, quando deveria evitar que essas determinações beneficiassem aqueles com maior poder de domínio, em detrimento daqueles que, em regra, sempre sofrem com os impactos dessas decisões e modelos econômicos.

À vista disso, vale lembrar que o capitalismo, em seu turno, não se expande aleatoriamente sem prévia especulação espoliativa, uma vez que se move na direção das terras de grupos sociais vulneráveis. Conforme Harvey (2013), os capitalistas agem como capitalistas, pois buscam a expansão do valor mediante a exploração das forças humanas e da natureza, sem considerar as consequências sociais disso.

Com base no autor supracitado, o desenvolvimento do capitalismo é inerente às desigualdades para a sua manutenção e envolve um ambiente geográfico variado na liberdade da natureza e na produtividade do trabalho (HARVEY, 2013). Logo, o capitalismo não se desenvolve em condições homogêneas, mas pela exploração e pelo desenvolvimento geográfico desigual.

Desse modo, tal processo expande-se para a América Latina, sob a lógica imperialista, com a instalação de grandes projetos industriais, sobretudo no Brasil. Essa lógica repercute em conflitos e lutas sociais pela terra entre grupos centrais e periféricos.

Por conseguinte, os trabalhadores rurais enfrentam as magnitudes cada vez mais dramáticas do desenvolvimento do capitalismo mundial, que busca modificar o modo de vida das comunidades e afirmar as investidas da acumulação por espoliação. Como salienta Galeano (2020, p. 21), “o sistema é tão irracional para os outros que, quanto mais se desenvolve, mais aguça seus desequilíbrios e tensões, suas candentes contradições”.

Considerando essas reflexões, compreende-se que as estratégias de grandes empreendimentos, em colaboração com órgãos estatais, objetivam lucro e expansão de capital, desfavorecendo as comunidades tradicionais, visto que essa prática tem se tornado comum, por meio das investidas das empresas multinacionais pelo mundo afora, as quais expropriam os trabalhadores de suas comunidades/terras.

No Brasil, os desmembramentos de amplas iniciativas desenvolvimentistas conduziram à introdução da infraestrutura fundamental para a especulação florestal, agrícola, pecuária, mineral e industrial. É nesse contexto de lutas e disputas pela terra que se demarca, a seguir, a discussão sobre a ação do Estado diante das investidas de acumulação do capital internacional, a partir da ofensiva desse sistema e da política de desenvolvimento nos países centrais e periféricos.

2.1 A ofensiva do capital em países periféricos e a política de desenvolvimento no Brasil

A história mundial entrou em um novo momento a partir de 1912, na qual se completou o desenvolvimento moderadamente pacífico do capitalismo e se caminhou para conflitos radicais e intensamente expressivos. Tal desenvolvimento foi adquirido pela caracterização dos diversos processos que conectam as leis de movimento do capitalismo monopolista ao fenômeno do imperialismo. Em outros termos, esse novo momento histórico manifestou-se como desenvolvimento e nítida continuação das características elementares do modo de produção capitalista.

Dessa forma, nos remanescentes anos do século XIX, o capitalismo adentrou no estágio imperialista, em que o capital financeiro exerce papel decisivo. Em relação a isso, Netto (2011) versa que, nesse estágio, o capitalismo monopolista repõe, em alto nível, o sistema que totaliza as contradições e confere à ordem burguesa os seus traços fundamentais de exploração, alienação e transitoriedade histórica, alterando expressivamente a dinâmica da sociedade burguesa.

Dentro desse contexto, em que o imperialismo é o capitalismo na fase de desenvolvimento, ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro. A esse respeito, Lenin (2011, p. 218), em sua obra *O imperialismo, etapa superior do capitalismo*, alude aos seguintes traços fundamentais:

[...] 1) a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse “capital financeiro” da oligarquia financeira; 3) a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si, e 5) o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes.

Sob esse aspecto, o imperialismo é resultado do desenvolvimento elevado das classes burguesas, nas bases do monopólio e do capital financeiro para potencializar as exportações de capitais sobre a égide da dominação de potências internacionais, que buscam usufruir dos territórios atrasados.

Assim, no imperialismo, a exportação de capitais ganhou extrema importância na forma de expansão do capitalismo, por meio do capital de empréstimo (concessão de créditos com juros por países centrais para os periféricos) e do capital produtivo (implantação de empreendimentos industriais para exploração dos países periféricos pelos países centrais), para instituir a relação de domínio e exploração entre países centrais e periféricos.

É por meio desses acordos que os capitalistas monopolistas, definidos como empresas multinacionais, instituem uma espécie de partilha do território nos países atrasados. Essas corporações multinacionais, como assinala Harvey (2013), buscam o acesso a matérias-primas, aos mercados e à força de trabalho, bem como procuram cobrir o espaço e eliminar a competição. Além disso, dedicam-se à monopolização e à coordenação particular das exigências globais, possuindo, assim, uma perspectiva global, com a integração às circunstâncias de vários locais.

Desse modo, as multinacionais podem organizar o comércio internacional, bem como todos os padrões de desenvolvimento geográfico desigual em função do seu próprio interesse. O desenvolvimento geográfico desigual do capitalismo defende, por conseguinte, uma forma completamente incoerente com a acumulação sustentada quer seja na região, quer seja em uma escala global.

Sob essa ótica, a razão dessa intervenção persistente nos países atrasados, conforme Fernandes (1975), advém da evolução do capitalismo e da incapacidade dos países latino-americanos de impedir a sua incorporação dependente ao conjunto econômico, cultural e político das sucessivas nações hegemônicas. No campo dessas contradições, o desafio da América Latina não é produzir riquezas, mas retê-las e distribuí-las, para alcançar uma verdadeira economia capitalista moderna.

Logo, os países imperialistas, por meio do elevado nível de avanço econômico, expandem o seu poder político, econômico e militar para dominar grande parte dos estados periféricos. Esses países hierarquicamente estruturados, segundo Harvey (2013), concentram esses poderes para aumentar diretamente a taxa de exploração, mas também para redistribuir o mais-valor já produzido entre os grupos ou regiões.

Por tal ângulo, o sistema imperialista se reforça nas desigualdades das frações que o estabelecem e na relação de oposição e interdependência. Mas o imperialismo firma-se na realidade da exploração dos indivíduos de uma região pelos de outras, sob a base do poder eminente, dominante e repressivo — realidade essa contida na noção inerente ao capital.

Nessa perspectiva, tem-se certificado que o desenvolvimento é marcado pela exploração dos potenciais econômicos de uma região, tornando-se necessário à sociedade. Assim, mantém-se como modelo econômico canalizado no crescimento, colocando os interesses de mercado sobre qualquer outro. Concentrações fortes de poder econômico e político no interior de uma região podem, como consequência, se tornar um suporte para a dominação e a exploração de outras pessoas.

Em conformidade com Marini (2017), à medida que o mercado mundial abrange as formas mais desenvolvidas, o uso da violência política e militar se perpetua para assegurar o atraso e a debilidade dessas nações. É nessa relação que Galeano (2020) reforça a magnitude necessária da desigualdade para o crescimento dinâmico das forças imperialistas.

Nesse aspecto, Harvey (2013, p. 553) discorre que a exploração do trabalho se dá por meio do “ajuste espacial”, em que:

Os centros exploram as periferias, as metrópoles exploram as terras do interior, o primeiro mundo subjuga e explora sem misericórdia o terceiro, o subdesenvolvimento é imposto de fora e assim por diante. A luta de classes é resolvida na luta de formações sociais periféricas contra a fonte central da opressão.

É nessa lógica de exploração que as forças da dinâmica do capitalismo internacional são atestadas na América Latina, a partir da colônia produtora de matérias-primas e metais preciosos. Essas forças contribuíram para o aumento do fluxo de mercadorias e a expansão do capital comercial e bancário na Europa, os quais sustentaram o sistema manufatureiro europeu e a criação da grande indústria.

Nas primeiras décadas do século XIX, um conjunto de países se articulou diretamente com a metrópole inglesa, em prol de produzir e exportar bens primários, em troca do recebimento de manufaturas de consumo e de dívidas acarretadas pelo descompasso da exportação alta e importação baixa.

Em vista disso, o movimento maior dos capitais imperialistas gira em torno dos próprios países imperialistas; por conseguinte, grande parte do capital exportado vai de um país muito desenvolvido para outro, especialmente para criar subsidiárias para as empresas monopolizadoras. Nessa direção, Netto e Braz (2012) ressaltam que as transferências para países periféricos passaram a ser, principalmente, empréstimos de Estado imperialista a Estado periférico.

É a partir dessa relação que a América Latina — com os centros capitalistas — entra na divisão internacional do trabalho, em que se configuram a dependência e a subordinação entre nações formalmente independentes, com o objetivo de modificar e recriar a reprodução ampliada de dependência nas nações subordinadas.

Nesse contexto, no andamento da sua mundialização, o capitalismo ocasionou uma divisão internacional do trabalho com espaços nacionais particularizando-se em determinados tipos de produção. Em vista disso, Netto e Braz (2012) explanam que essa divisão internacional do trabalho determina a hierarquização entre os países centrais, estabelecendo as relações de domínio e exploração sobre os países periféricos.

O capitalismo monopolista leva ao auge a contradição essencial entre a socialização da produção e a apropriação privada, ou seja, internacionalizada a produção, conjuntos de monopólios exercem domínio em cima de povos e Estados. Dessa maneira, para que ocorra a maximização dos lucros através do controle dos mercados, torna-se necessário o redimensionamento da demanda estatal no processo econômico para manutenção e valorização do capital monopolista.

Com efeito, o traço intervencionista do Estado a serviço do monopólio revela características estruturais que ultrapassam o marco pontual de garantidor da propriedade privada dos meios de produção burgueses, reforçando-se na instância contínua e sistemática das condições externas da produção capitalista, bem como na organização e dinâmica econômica.

Nesse aspecto, segundo Netto (2011), o Estado mostra a sua nova modalidade a favor da demanda do capitalismo monopolista para assegurar os seus objetivos

econômicos, isto é, seu vetor extraeconômico. Assim, busca garantir os superlucros e desempenhar as multiplicidades de funções nos eixos político e econômico.

Todas essas funções desempenhadas pelo Estado comandado pelo monopólio atestam o alto grau de legitimação do estágio imperialista, combinando elementos de coerção e coesão social diante dos estados periféricos. Suas atribuições diretas e indiretas proporcionam aos monopólios insumos e matérias-primas, infraestrutura, subsídios diretos para garantir as taxas de lucros, qualificação da mão de obra, gastos com pesquisas requerida pelos monopólios (NETTO; BRAZ, 2012).

Desse modo, o Estado atua como elemento de organização da economia e administra os ciclos da crise, capturado pela lógica imperialista. Em outros termos, suas finalidades econômicas o transformam em comitê executivo da burguesia monopolista, realizando o conjunto de condições essenciais à acumulação e à valorização do capital monopolista.

Notadamente, as condições essenciais no imperialismo são vislumbradas no cenário nacional periférico, com o processo de instalação dos grandes empreendimentos, demarcado por conflitos que são concebidos pelos impactos que produzem e têm como alvo de disputa o modo de vida de comunidades e o lugar natural onde vivem.

Essa questão acentua a urgência de analisar a utilidade dos grandes empreendimentos e rever o seu processo de instalação, pois atingem repetidamente minorias sociais. Nesse contexto de inserção dos grandes empreendimentos, essa realidade é expressa no Maranhão, especialmente na comunidade do Cajueiro diante do processo de instalação do TUP, pela empresa WPR.

Além dessas novas atribuições do Estado nos países periféricos, o estágio monopolista também configura o novo rearranjo da divisão internacional do trabalho, pois o seu desenvolvimento necessita de revoluções constantes para acumular altas taxas de mais-valia e continuar as leis universais do capitalismo. Consoante Marini (2017), a expansão do mercado mundial é a base sobre a qual opera a divisão internacional do trabalho entre países industriais e os não industriais, visto que essa divisão consiste na ampliação do mercado mundial.

A divisão internacional do trabalho determina o desempenho da América Latina em contribuir para a formação da economia mundial capitalista, com a produção de metais preciosos e matérias-primas nos séculos XVI e XVII, mas, sobretudo no século XVIII, com o “descobrimento” do ouro brasileiro e o auge da manufatura inglesa.

Assim, apenas no século XIX e, especificamente após 1840, sua relação é integrada ao mercado mundial.

Isso posto, Marini (2017, p. 338) identifica que:

A economia exportadora é, portanto, algo mais que o produto de uma economia internacional fundada na especialização produtiva: é uma formação social baseada no modo capitalista de produção, que acentua até o limite as contradições que lhe são próprias. Ao fazê-lo, configura de maneira específica as relações de exploração em que se baseia e cria um ciclo de capital que tende a reproduzir em escala ampliada a dependência em que se encontra frente à economia internacional.

Na economia capitalista internacional, a América Latina desempenha, então, a dupla função no mercado mundial, com requisitos físicos para acumulação nos países industriais e o deslocamento da produção de mais-valia absoluta para mais-valia relativa, por meio do aumento da capacidade produtiva do trabalho e da exploração do trabalhador. Consoante Marini (2017), a superexploração é entendida como maior exploração da força física do trabalhador, sendo contrária à modalidade de produção de mais-valia relativa — definida como o aumento da intensidade do trabalho.

Com base na descrição do avanço da dominação imperialista e do papel dos Estados do sistema mundial, Lenin (2011) assinala que a expansão e a centralização do capital financeiro concedem o início da oligarquia financeira sob uma complexa rede de interesses internacionais. Logo, sua divisão pelas altas esferas da indústria, das finanças e do Estado intensifica o seu poder econômico e político, haja vista que o capital financeiro resulta da coalizão das diferentes formas de capital, pois estas já se constituíram independentemente e se estruturaram monopolicamente.

No imperialismo, o modo de acumulação está além do processo econômico, por apreender de maneira geral o desenvolvimento das relações sociais, bem como as constantes transformações das funções do Estado. Por conseguinte, evidencia-se a necessidade da acumulação capitalista em outras regiões. As forças imperialistas exploram as regiões periféricas no intuito de obstruir as crises cíclicas e intensificar a rotatividade do capital no decurso da acumulação por espoliação.

Delineado por essas questões, o imperialismo expressa o avanço do capitalismo no decorrer dos seus desdobramentos. Em outras palavras, essa nova etapa do capitalismo abrange fragmentos antagônicos que a caracterizam, ao mesmo tempo, como uma estrutura de transição.

Na ótica do imperialismo, Lenin (2011) assinala que a dominação do capital financeiro acentua desigualdades e contradições da economia mundial, ao invés de amenizá-las. As crises não são atenuadas com o surgimento do monopólio, visto que ele se estabelece em diversos setores da indústria, expande e agrava o caos próprio da produção capitalista em seu conjunto. Nessa lógica, estados poderosos buscam alargar e manter o seu controle sobre as nações mais fracas.

Em virtude dessas forças imperialistas, as fases atuais fizeram-se, sobretudo, tenebrosas para os povos que pertencem à periferia do sistema capitalista mundial. Ligado a isso, as políticas de liberalização da economia desarticularam os centros internos de decisões, deixando várias regiões à mercê dos capitais internacionais.

Afinal, submetidas à impetuosidade da concorrência global e ao domínio das potências imperialistas, as sociedades que integram a periferia do sistema capitalista tornaram-se presas de um processo de subordinação, que coloca em questão a sua própria sobrevivência como Estado nacional capaz de controlar minimamente os desequilíbrios do capital (LENIN, 2011).

Nesse caso, não significa que o Estado tenha se enfraquecido, uma vez que, quando é para defender e impulsionar interesses do grande capital, o poder estatal se revela mais forte do que nunca. Isso ocorre porque a função do Estado de abarcar as demandas da população objetiva suprimir suas reais intenções submetidas ao capital internacional. Consequentemente, na periferia da economia mundial, o descontrole da sociedade nacional sobre o desenvolvimento capitalista foi levado ao ápice.

A partir dessa noção, as correlações de forças estão sustentadas pela lógica do desenvolvimento desigual e combinado, em uma relação dialética entre a condição de atraso e a condição de desenvolvimento nos países com avanço tardio. Sob esse viés, Löwy (2000) pontua que a teoria do desenvolvimento desigual e combinado de Trotsky é uma tentativa de dar conta da lógica das contradições econômicas e sociais dos países do capitalismo periférico ou dominados pelo imperialismo.

Com efeito, o modo de produção capitalista consiste em um processo desigual, que intensifica as forças produtivas em pontos muito concentrados. Ao mesmo tempo, é um processo combinado, pois as relações econômicas entre o campo e a cidade ou entre economias com funções internacionais inerentes formam um sistema de partes divergentes em combinação, constituindo o sistema como um todo (LÖWY, 2000).

Portanto, segundo Galeano (2020), tudo se transformou com as investidas do capital internacional: a terra, seus frutos, as riquezas minerais, naturais e os recursos

humanos são incorporados em benefício do desenvolvimento integral do poder imperialista, que afoga os vastos países periféricos com sua sucessiva cadeia de exploração e dominação.

Em síntese, o monopólio exhibe de modo contundente a subordinação do social ao privado, no sentido de que a estruturação da vida social se vê regulada, em última instância, pelo movimento das massas centralizadas de capital. Isso significa que o monopólio exacerba a privatização das relações sociais. Antagonicamente, também se socializam as relações privadas, pois é apenas nesse momento que se completa a socialização do capital, ou seja, o capital passa a ser propriedade de muitos, estando o seu controle submetido ao domínio de poucos.

Na perspectiva das relações de expansão da dominação imperialista, ainda sobre Lenin, Arcangeli (2018) explicita a totalidade do sistema mundial de Estados, a partir das divisões entre países imperialistas, coloniais e semicolônias. No que tange aos imperialistas, são os países de alto grau no desenvolvimento econômico e na ampliação da dominação política, econômica e militar em subordinar os demais países. Quanto aos coloniais, são os países diretamente influenciados pelos centros de poder imperialistas. Já os semicolônias detêm de independência formal, mas ainda são dominados economicamente pelas forças imperialistas.

Diante dessa segmentação, destaca-se o viés da dialética do desenvolvimento desigual e combinado sob a ótica de Trotsky, o qual, em seus estudos, afirma que: “As sociedades menos desenvolvidas têm a possibilidade, ou, mais exatamente, são obrigadas a adotar certos traços avançados saltando etapas intermediárias” (LÖWY, 2000, p. 77).

É preciso assinalar, contudo, que o desenvolvimento capitalista apresenta duas características: desigual e combinado. O marco do desenvolvimento desigual está atrelado à função de razões históricas, políticas e sociais determinadas em ritmos diferentes nos diversos espaços nacionais, especialmente na relação entre os centros capitalistas e subordinados. Já no tocante ao traço específico combinado, os países desenvolvidos pressionam os países atrasados a progredirem em técnicas mais modernas, combinando saltos avançados com as econômicas arcaicas.

Destarte, essas nações são impulsionadas a pularem certas condições para alcançarem as ordens do capital internacional. Essas condições são desiguais e acirradas em países menos desenvolvidos, visto que aumentam o domínio de uma nação em desenvolvimento sobre os países periféricos e utilizam ações de cunho

nacional e internacional para integrarem essa dinâmica expansionista — como se dá no Brasil, notadamente com os grandes empreendimentos no Maranhão.

No que se refere ao Brasil a partir dos anos 1930, o setor industrial começa a comandar a economia nacional. Isso porque, com a ascensão industrial, o poder da burguesia agrária foi sucedido pelo poder da burguesia industrial, que apresentava interesses e formas distintas da reprodução do capital. Nesse caso, a expansão do capitalismo brasileiro se deu por intermédio da industrialização, que se transformou no motivo da divisão social do trabalho, tendo como função principal reduzir as exportações por meio da produção voltada para o consumo interno, isto é, sobrevir as importações.

Sendo assim, o capitalismo industrial no Brasil teve o seu auge nos anos 1950, quando se configurou o período da industrialização pesada no governo de Juscelino Kubitschek, correspondendo ao ideológico modelo de desenvolvimento executado pelo Estado brasileiro, que impulsiona o processo de acumulação capitalista no país por meio de fortes investimentos públicos e entrada do capital estrangeiro.

A política de desenvolvimento assumida no governo de Kubitschek procurou, como explana Barbosa (2006), atrair o capital estrangeiro no intento de alcançar o crescimento econômico para o aumento da riqueza. Nesse cenário, estabilizou-se a inserção dependente da economia ao sistema internacional, alterando a relação entre Estado e economia e corroborando a relação de subordinação entre centro-periferia.

Portanto, houve uma intensa aceleração da reestruturação produtiva no Brasil, com a implantação da industrialização pesada, expressivamente na indústria automobilística. Tal processo contraditório do capitalismo no âmbito brasileiro vinculava-se à lógica ofensiva do capital em intensificar as relações de dependência com as estruturas mundiais, em seu movimento de reprodução global (BARBOSA, 2006).

Esse período, conforme explica a autora supracitada, foi marcado pelo bloco integrado de investimento, que transformou as forças produtivas brasileiras, por meio das bases materiais da industrialização, impulsionando a subordinação à lógica do capital internacional e dos centros hegemônicos. Ainda assim, nesse período, a política desenvolvimentista constituída declarou os progressos de industrialização e internacionalização do capital como um salto econômico, tendo que migrar para as periferias visando à expansão do sistema.

Por sua vez, o Estado acirra a sua intervenção econômica não apenas por meio dos recursos institucionais, mas também políticos, sobretudo na indústria, estimulando

os setores privados nacional e estrangeiro na configuração de uma nova hegemonia dos países centrais para os periféricos.

Conforme afirma Barbosa (2006, p. 51):

O governo de Kubitschek promoveu um salto para uma nova fase de industrialização, em estreita colaboração entre os setores privado nacional e o grande capital monopolista estrangeiro. Combinava-se, desta forma, a ideologia nacionalista com uma política econômica que não dispensava o forte apelo aos investimentos estrangeiros. Isso implicou uma relação de dependência com o capitalismo mundial, a partir da convicção de que industrialização se associava à ideia de capital estrangeiro como parte indispensável do processo de desenvolvimento econômico.

Logo, a industrialização era vista como requisito fundamental para a plena constituição desenvolvimentista na década de 1950, apoiando-se, especialmente, na política de desenvolvimento capitalista dependente e na ideologia nacionalista. Com relação à essa ótica desenvolvimentista, destacam-se autores que concordam com as prerrogativas de que o desenvolvimento gera progresso.

Conforme Pivoto, Caruso e Nierderle (2017), o economista Joseph Schumpeter trouxe contribuições significativas ao refletir acerca do desenvolvimento e da teoria econômica. Dessa maneira, o sistema teórico schumpeteriano está assentado sobre três elementos essenciais: a teoria da inovação, o empresário e a criação de crédito, sustentados para uma economia de mercado.

Para que esse desenvolvimento seja possível, é essencial a inovação, por ser motor do desenvolvimento econômico. Por sua vez, para que essa inovação ocorra o empresário inovador realiza novas combinações de recursos produtivos e aglutina as ações e condições a fim de processar a inovação. Logo, esse empresário inovador, financiado pelos grupos detentores do capital, tem a função de gerar constantes mudanças e o rompimento do equilíbrio econômico para permitir o surgimento de frequentes inovações no sistema econômico (PIVOTO; CARUSO; NIEDERLE, 2017).

Nesse contexto, as crises ou desequilíbrios são vantajosas para a promoção do desenvolvimento econômico, pois permitem introduzir novas formas de produção, exploração e acumulação no mercado. A esse respeito, Netto (2011) esclarece que a economia capitalista funciona entre ciclos de expansão e crise, de momentos de alta e baixa produtividade. O autor frisa, ainda, que as crises são inevitáveis e consistem em características intrínsecas do capitalismo. O que muda é a sua duração e a sua intensidade. Seja em sua dimensão econômica, política ou ideológica, como pontua

Silva (2016), as crises são expressões das contradições do próprio modo de produção capitalista e do acirramento da luta de classes.

Nessa lógica da crise, Schumpeter evidencia que as novas combinações de fatores produtivos impulsionam a eliminação da condição anterior e constituem novas formas de produção. Nesse processo de destruição criativa, as novas empresas são substituídas por aquelas que não acompanham o percurso do desenvolvimento — o qual é produzido através de ondas de inovação relacionadas à criação de mercados e produtos (PIVOTO; CARUSO; NIEDERLE, 2017).

Ainda na discussão dos autores citados, Schumpeter enfatiza a diferença entre desenvolvimento e crescimento, superando as premissas de Walt Rostow, já que, para ele, o crescimento pertence ao desenvolvimento. Schumpeter vai além dessas premissas, visto esclarecer que o desenvolvimento reside na mudança qualitativa da organização do sistema, produzida pela inovação, que busca ultrapassar o movimento regular do capital. No que tange ao crescimento, ele é definido como consequência de complementos cumulativos e quantitativos inseridos no sistema econômico.

Entretanto, como explicam Conceição, Oliveira e Souza (2017), para Rostow, o desenvolvimento atravessa cinco etapas. Trata-se de etapas vivenciadas pelos países até chegar ao desenvolvimento, de modo que a passagem de um estágio para outro engloba modificações nos padrões de produção através da direção de três pontos: poupança, investimento e consumo (demanda). Assim, as cinco etapas são articuladas pelo impulso de modernização e desenvolvimento e classificam-se em: a) sociedade tradicional; b) condições para o arranco ou decolagem; c) arranco; d) marcha para a maturidade; e) era do consumo em massa.

A primeira etapa consiste na sociedade tradicional, cuja estrutura se expande dentro de funções de produção limitada, devido à ausência de tecnologia e ciência moderna. Na história da sociedade tradicional, a produção dedicava-se à agricultura primordialmente, originando-se uma estrutura social hierarquizada reduzida e sem possibilidades de acumulação econômica. Fundamentada pela produção rudimentar e tradicional, essa sociedade é considerada, na referida etapa, um atraso para o capital (ROSTOW, 1974).

Na segunda etapa, observam-se elementos de transição, ou seja, o momento em que as condições para o arranco se estabelecem, pois há o crescimento de investimentos para a modernização e a exploração das tecnologias avançadas. Dissemina-se a ideia do progresso atrelado aos componentes da modernização,

buscando romper os aspectos que determinam rendimentos decrescentes por meio do aumento do trabalho especializado e da modernização tecnológica (ROSTOW, 1974).

No entanto, mesmo com todo o empenho da ciência moderna nas indústrias e novos métodos, na sociedade de transição vivenciam-se ainda os processos dessas atividades em ritmo limitado dentro da sua economia, que se caracteriza por métodos tradicionais.

Na terceira etapa, no arranco, o desenvolvimento supera as resistências e os obstáculos que interferiam nas mudanças de aspectos econômicos e sociais — com isso, fomenta-se a industrialização e ocorre a migração de mão de obra rural para o setor industrial. Assim, desenvolvem-se as bases da sociedade dita moderna.

No tocante à quarta etapa, de acordo com Sarmento (2012), Rostow elabora definições sobre a maturidade:

Podemos definir essencialmente a maturidade como a etapa em que a economia demonstra capacidade de avançar para além das indústrias que inicialmente lhe impeliram o arranco e para absorver e aplicar eficazmente num campo bem amplo de seus recursos – se não a todos eles – os frutos mais adiantados da tecnologia (então) moderna. (SARMENTO, 2012, p. 13).

Nessa concepção, Rostow (apud SARMENTO, 2012) explica que a marcha para a maturidade, quarta etapa, resulta da disseminação da ciência e da tecnologia na área da produção econômica. Dessa maneira, a tecnologia torna-se o reflexo da modernização exigida pelo desenvolvimento nessa etapa.

Na quinta etapa, conhecida como era do consumo em massa, Rostow (apud SARMENTO, 2012) finaliza o seu paradigma com a excessiva produção, a qual se dá por meio do aumento da renda per capita, induzindo ao consumo massificado, tanto de alimentos e vestuários quanto de bens de natureza durável.

Outras concepções sobre o desenvolvimento podem ser evidenciadas também a partir de dois autores que divergem a respeito desse ponto da industrialização. Por um lado, para Emmanuel (1973), a industrialização significa desenvolvimento, isto é, trata-se de uma relação equivalente entre as duas proposições. Por outro lado, Arrighi (1997) aponta que não devem ser consideradas as suposições de Emmanuel, pois as suposições abordadas por esse autor são superficiais, por não levarem em conta os aspectos sociais e materiais da produção capitalista.

Essas teorias de desenvolvimento auxiliam na compreensão das ações de iniciativas públicas e privadas nas comunidades tradicionais, uma vez que pregam as ideias de desenvolvimento, modernidade e industrialização, conforme já mencionado. Opondo-se às ideias “etapistas” defendidas pelos autores citados, Lenin, Trotsky e Marini compreendem de outra forma o avanço do imperialismo e os desdobramentos das políticas desenvolvimentistas na fase do capitalismo.

Nessas reflexões, Lenin (2011), estudando o imperialismo, revelou a lei pela qual os países capitalistas se desenvolvem de forma desigual, aos saltos. Segundo essa lei, o desenvolvimento da economia capitalista acontece por saltos, no que se refere às diferentes empresas, ramos da indústria e países. Significa, portanto, saltos de certos países em relação a outros no período do imperialismo.

Outra contribuição relevante para entender o imperialismo vem das análises realizadas por Leon Trotsky, que, a partir do conceito de “desenvolvimento” criado por Lenin, apresenta o conceito de “desenvolvimento combinado”. Esta teoria, de acordo com Arcangeli (2018), mostra que os países periféricos são forçados a darem saltos por cima de etapas históricas, em uma articulação entre o “moderno” e o “atrasado” bastante contraditória, mas totalmente compatível com as exigências do modo de produção capitalista e com o seu desenvolvimento.

Nesse sentido, pode-se afirmar que as contribuições de Lenin e de Trotsky se aplicam à realidade brasileira e ao estado do Maranhão, pois se encontram totalmente dependentes do capital internacional, reforçando a relação desigual e combinada que historicamente atende às demandas dos países hegemônicos/centrais. Para entender melhor tais relações e suas configurações na América Latina, principalmente no Brasil, cabe recorrer à Rui Marini, visto que as suas obras foram de suma importância para a compreensão das especificidades do imperialismo nos países latino-americanos, a partir da Teoria Marxista da Dependência (TMD).

Conforme essa vertente teórica, desenvolvida por intelectuais como Rui Marini, Vânia Bambirra e Theotonio dos Santos, não é correto entender a condição periférica de uma economia considerando apenas a sua dinâmica interna, convém entendê-la a partir da relação dialética entre subdesenvolvimento na periferia e desenvolvimento por parte das economias hegemônicas. É nessa perspectiva que a TMD compreendia a relação de dependência econômica da América Latina como resultado de um modelo de integração estabelecido pelas economias avançadas (XAVIER, 2018).

A partir dessa integração, com base em Duarte (2021, p. 133), percebe-se:

[...] uma relação desigual de controle hegemônico dos mercados e fatores de produção por parte dos países centrais, que resultava numa permanente transferência de renda no sentido periferia-centro. Essa relação seria desigual na medida em que o avanço econômico e social de determinadas regiões – os países centrais – ocorreria às expensas da intensificação das relações de subordinação de outras regiões – os países periféricos.

De acordo com Marini (1968), a entrada do imperialismo nos países latino-americanos deformou o seu desenvolvimento histórico e impediu que esses países se desenvolvessem nos moldes dos países centrais. No caso do Brasil, os estudos de Marini se aplicam muito bem à realidade do país, uma vez que forças imperialistas desdenham os seus contornos mais avançados nos grandes empreendimentos transnacionais, vinculados, sobretudo, ao setor primário.

A realidade maranhense não foge desse contexto, já que o estado vem sendo tomado por grandes projetos desenvolvimentistas que buscam atender às demandas externas do sistema capitalista e suas empresas transnacionais, reforçando assim a relação de dependência do país aos países centrais. Dessa maneira, na comunidade em estudo, é possível verificar a entrada dessa relação de dependência impulsionada pelo imperialismo, por meio dos conflitos entre grandes projetos de desenvolvimento e residentes/trabalhadores da comunidade tradicional do Cajueiro, desde o ano de 2014.

A esse respeito, Oliveira e Domenici (2019), em matéria publicada na agência de jornalismo investigativo *Pública*, ressaltam que, de um lado, estão os trabalhadores e, de outro, está o consórcio do porto denominado TUP Porto São Luís, pertencente à empresa WPR São Luís Gestão de Portos e Terminais, financiado pelos acionistas da empresa de empreendimentos imobiliários WTorre e o conglomerado do ramo de construção e engenharia *China Communications Construction Company (CCCC)*.

A CCCC desembarcou em 2016 no Brasil, com o intuito de construir um porto privado em São Luís, na área do complexo portuário do Itaqui. Nesse projeto, seriam investidos R\$ 2 bilhões. No entanto, em 24 de agosto de 2021, o grupo comunicou a venda de sua participação à Cosan, por R\$ 720 milhões. Mesmo após o lançamento da pedra fundamental, que contou com diversos técnicos e empresários chineses, a batalha judicial travada pela empresa e os trabalhadores da comunidade do Cajueiro não cessou, impedindo a continuidade do projeto.

Após as negociações finalizadas por esses grupos, veio o período de chuvas que prejudicou a obra de terraplenagem na área do Porto São Luís, afetada ainda pela pandemia de Covid-19 em 2020, adiando todo o calendário de obras previsto. Como expõe Borges (2021, p. 1): “Seria um condomínio multicarga, batizado de Porto São Luís, com potencial para quase dobrar a movimentação do porto público do Itaqui, na época o sexto do país, que encerrou 2017 com 19,1 milhões de toneladas operadas.”.

À frente do investimento, a empresa CCCC, em setembro de 2017, adquiriu 51% de participação no negócio que foi organizado dentro da construtora WTorre. Conforme Borges (2021), os 49% restantes foram fracionados entre a WPR, empresa de infraestrutura de Walter Torre (com 24%), a Lyon Capital (com 20%) e minoritários (grupos executivos com quantitativo de 6%).

Diante dessas novas negociações em relação ao TUP Porto São Luís, a Cosan (grupo nacional) garantiu ao mercado nova estratégia de investimentos e estrutura, bem como a criação de uma futura *joint venture* no ramo de mineração. No começo do projeto, a proposta seria envolver também o ramo de ferrovia. A respeito disso, Borges (2021, p. 1) assinala que:

A dona do grupo Atlântico Participações assinou, com a São Luís PortCompany SARL do grupo CCCC e com outros acionistas minoritários detentores de 49%, uma proposta vinculante para aquisição de 100% da TUP Porto São Luís, empresa detentora de um terminal de uso privado localizado em São Luís, no Maranhão, pelo valor de R\$ 720 milhões.

Todas essas ações entre as empresas citadas demonstram uma economia direcionada para um incipiente mercado interno, bem como relevam as marcas do desenvolvimento no país. A respeito desse desenvolvimento, Conceição, Oliveira e Souza (2017) afirmam que as teorias do desenvolvimento provocam as disparidades sociais e estimulam o processo de dívida externa dos países menos desenvolvidos.

Quanto a isso, Löwy (2000), ao discorrer sobre a teoria do desenvolvimento desigual e combinado, mostra a contribuição dessa teoria para o imperialismo e as maneiras de romper com o evolucionismo, bem como a principal contribuição de Leon Trotsky para explicar as contradições socioeconômicas entre os países do capitalismo periférico e dominante. Tal análise passa, então, por questões econômicas, sociais e culturais.

Nesse seguimento, quanto à lei do desenvolvimento desigual e combinado e sua inclinação existente no capitalismo, Arcangeli (2018) explica que esta teoria trata

do desenvolvimento dos países periféricos, “atrasados”, engendrando a possibilidade desses países darem um “salto” sobre as etapas históricas. Dessa maneira, articula “o moderno” e “o atrasado” em proporção desigual, com uma formação altamente contraditória, mas completamente compatível com as necessidades do modo de produção capitalista e com seu desenvolvimento.

No sentido do desenvolvimento enquanto expressão irregular, Trotsky (apud LÖWY, 2000, p. 77) evidencia que: “o desenvolvimento de uma nação historicamente atrasada conduz, necessariamente, a uma combinação original das diversidades. A órbita descrita toma, em seu conjunto, um caráter irregular, complexo, combinado”. Marcado por contradições, esse desenvolvimento é combinado, pois todas as nações são conduzidas a seguir o sistema produtivo capitalista, e desigual porque não estão na mesma condição, isto é, na mesma forma de relação.

Sob o viés da dialética presente na teoria de Trotsky, Löwy (2000, p. 77), em seu estudo, evidencia que: “As sociedades menos desenvolvidas têm a possibilidade, ou, mais exatamente, são obrigadas a adotar certos traços avançados saltando etapas intermediárias.”. Essas ações adotadas reeditam aos países periféricos alterações na sua dinâmica econômica e social para se integrarem ao processo de expansão do capitalismo, podendo ser subscritas no Brasil, especificamente no Maranhão, com os grandes projetos industriais.

É pertinente explicar que a introdução desses empreendimentos, atrelados à ideia de desenvolvimento, ocorre no Brasil de maneira mais expressiva na década de 1950, durante o governo de Juscelino Kubitschek, que determinou o planejamento governamental chamado de “Plano de Metas”, que estabelecia o crescimento do país em cinco anos, que valeriam por 50 anos de progresso, com a abertura da economia brasileira ao capital internacional, além do estímulo e da consolidação de políticas de industrialização (SANT’ANA; TEISSERENC; BRUSTOLIN, 2018).

Ademais, ainda de acordo com autores referidos, o período da ditadura militar marcou as políticas desenvolvimentistas de forma mais efetiva pelo Estado. Nesse panorama, destacam-se dois planos que foram responsáveis pela implementação dessas políticas no Brasil: os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs) e os Planos de Integração Nacional (PINs), referenciados no modelo de desenvolvimento, industrialização e articulação de todas as regiões do país.

A respeito do PIN criado durante o governo de Emílio Médici, Araújo (2006, p. 35) aponta que:

[...] o governo brasileiro realizou diversas ações para desenvolver a Região Amazônica e integrá-la ao resto do país. Reunidas no famoso Plano de Integração Nacional (PIN), que se materializou na abertura de estradas, construção de hidrelétricas e concessão de fortes subsídios econômicos aos que quisessem explorar as riquezas ali existentes, as ações provocaram um processo de ocupação maciça, desordenada e predatória [...].

Nesse sentido, o PIN tinha o objetivo de ocupar as terras da região amazônica e planejava realizar a integração das regiões Norte e Nordeste, que eram vistoriadas, respectivamente, pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). No entanto, esse plano não atingiu seus objetivos, pois não reduziu o problema da seca do Nordeste e sequer concluiu a integração nacional.

Já com relação ao primeiro plano nacional, o I PND, que fomentou o projeto desenvolvimentista no governo Emílio Médici, substanciado pelo Programa de Metas e Bases para a Ação do Governo, essa política econômica teve como finalidade incentivar a industrialização e o consumo viabilizado pelo Estado. Além disso, esse modelo desenvolvimentista propôs dez realizações para o país, conforme indicado sucintamente abaixo:

- I – Desenvolvimento e transformação social mediante os processos de competição e integração;
- II – Modernização da empresa nacional;
- III – Atuação eficiente do governo;
- IV – Mobilização intensificada do sistema financeiro nacional e do mercado de capitais;
- V – Implantação de política tecnológica nacional nas áreas de infraestrutura e indústrias básicas;
- VI – Aproveitamento dos recursos humanos do país, através do Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), do sistema de ensino de 1º grau e da Reforma Universitária;
- VII – Efetivação de grandes programas de investimento nas áreas de infraestrutura e indústrias básicas;

- VIII – Efetivação da Integração Nacional, por intermédio do PIN, do Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste (PROTERRA), de incentivos fiscais e fundos de apoio;
- IX – Abertura social, por meio do Programa de Integração Social (PIS), do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRORURAL) e da abertura do capital das empresas;
- X – Estratégica econômica externa, através da indústria de manufaturados e de minérios e da produção agrícola não tradicional (BRASIL, 1971).

De acordo com o documento do I PND, esse conjunto de ações alcançariam três objetivos principais:

Primeiro – colocar o Brasil, no espaço de uma geração, na categoria das nações desenvolvidas. Segundo – duplicar, até 1980, a renda per capita do Brasil (em comparação com 1969), devendo verificar-se, para isso, crescimento anual do Produto interno Bruto equivalente ao dos últimos três anos. Terceiro – elevar a economia, em 1974, às dimensões resultantes de um crescimento anual do Produto Interno Bruto entre 8 e 10% [...], mediante: 1) aumento da taxa de expansão do emprego até 3,2%, em 1974, com uma taxa média de 3,1%, no período 1970/1974; 2) redução da taxa de inflação permitindo alcançar-se relativa estabilidade de preços, ou seja, taxa de inflação da ordem de 10% ao ano, até o final do mandato do atual Governo; 3) política econômica internacional que acelere o desenvolvimento do País, sem prejuízo do controle progressivo da inflação. (BRASIL, 1971, p. 14-15).

Além dessas ações, o I PND realizou, entre os grandes empreendimentos, a instalação da Ponte Rio Niterói e da Rodovia Transamazônica.

Já no II PND, lançado em 1974, as regiões Norte e Nordeste, finalmente, eram o centro de grandes projetos industriais, cujo objetivo geral era implantar os projetos industriais de ferro, aço, celulose e alumínio. Esse plano consistia na concepção dos militares de um desenvolvimento integrado direcionado para os espaços econômicos regionais, mediante uma concepção global de desenvolvimento regional. Na prática, a dinamização desses elementos (a articulação de interesses entre o global, o local e o regional) oportunizou a implantação de grandes projetos industriais liderados pelo Programa Grande Carajás (PGC) (BARBOSA, 2011).

No bojo do PGC, o Maranhão retornou para a dinâmica do capital internacional, como corredor de exportação de minério de ferro. Nesse novo momento dos grandes projetos, o Brasil vivenciou, então, um intenso processo de concentração espacial do

capital, instaurando assim um novo tipo de relação social do país com o sistema de capital financeiro, que provocou novos tipos de localismos globalizados.

No caso do Maranhão, a implantação desses projetos incidiu em mudanças rápidas, que vão desde a exploração acentuada de recursos naturais até a exploração intensa da força de trabalho estruturada por consecutivas políticas governamentais. Assim, ao analisar essa nova rodada de transnacionalização no estado, verifica-se a violenta expropriação dos trabalhadores, a devastação de florestas e a degradação ambiental (BARBOSA, 2011).

Além desses projetos industriais, o Brasil instalava projetos de infraestrutura em alguns estados da Amazônia brasileira, como a construção da hidrelétrica de Tucuruí, localizada no estado do Pará, e a hidrelétrica de Balbina, no estado de Rondônia. O conjunto desses empreendimentos indicava altas taxas de acumulação do capital e crescimento econômico para o mercado internacional e nacional (MATHIS *et al.*, 2016).

Dessa forma, dando continuidade aos PNDs anteriores, convém ressaltar que, no Regime Militar, foram implementados os Planos Estratégicos de Desenvolvimento — PND I e PND II, que expandiram as bases do desenvolvimento no país e tiveram seguimento por duas décadas. Conforme Vieira (2012, p. 2):

Além de obras de infraestrutura física, transportes, corredores de exportação, obras portuárias (superporto do Rio Grande), grandes usinas hidrelétricas (Itaipu), usinas nucleares, polos petroquímicos (BA e RS) foi ampliada a base das telecomunicações. Na área monetária foi criado o Banco Central e no campo social o Banco Nacional de Habitação (BNH). No campo da pesquisa foram criados o Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA), o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), o Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PBDCT), a Financiadora de Estudos e Pesquisas (FINEP) e o programa de expansão de matrículas no ensino superior (meta de um milhão). Na agricultura foi incentivado o plantio de grãos (soja), criado o Programa Nacional do Alcool (Proálcool) e o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER) para o aproveitamento agropecuário do cerrado no centro-oeste-norte do País.

Entretanto, à medida que o Brasil se modernizava com esses planos, a sua estrutura fundiária e a estrutura de classes sociais eram mantidas. Nessa perspectiva, como aponta Cano (2007, p. 28), “a industrialização tem sido proposta para cada uma das regiões brasileiras como solução maior para o problema do desenvolvimento e das disparidades regionais”.

A teoria de Trotsky corrobora, então, para analisar o Regime Militar no Brasil, quando o grande desenvolvimento e a modernização da base produtiva se fizeram combinar com as desigualdades, relações arcaicas e injustiças históricas, ampliando-as (ARCANGELI, 2018). Por meio desses elementos, foi constituído um tripé (Estado, multinacionais e empresas nacionais) que intensificou o modelo de desenvolvimento da ditadura, introduzindo a fase chamada de “milagre econômico”, quando o Produto Interno Bruto (PIB) atingiu a taxa média de crescimento de 10% ao ano (1968-1973).

Entretanto, com esse processo de investimentos, houve também um amplo endividamento externo. Todo esse processo explica por que o Brasil, subordinado e associado ao imperialismo, está entre as maiores economias do mundo, tendo um parque industrial complexo e diversificado, apoiando-se em uma grande concentração de renda, desigualdades sociais e regionais.

Nesse novo rearranjo, a partir da segunda metade de 1950, emerge um setor dinâmico no parque industrial, responsável pelo iminente desenvolvimento de um proletariado com características quantitativas e qualitativas dissemelhantes da grande indústria tradicional. Esse novo proletariado oriundo da indústria automobilística viveu as contradições inerentes ao desenvolvimento capitalista industrial no Brasil, nas últimas três décadas — particularmente, no final dos anos 1970, marcado por um período de crises provocadas pelo “milagre econômico”.

Esse período de crises demonstrou uma ampla política de crédito e taxas eminentes de desemprego. A estratégia utilizada para solucionar essas crises, diante do esgotamento do “milagre econômico”, foi redefinir o padrão de industrialização por meio do II PND, o que consistia em inserir o país no mercado internacional através da industrialização substitutiva de importações.

Essa substituição de importações baseou-se na criação de diversos projetos, destacados por Barbosa (2006, p. 52):

Proálcool, energia nuclear, petróleo, ferrovia, polo petroquímico, papel celulose, siderurgia e metais não ferrosos (Valesul); mineração: Alunorte, Albrás e Carajás. O governo Geisel buscou nas políticas de desconcentração industrial atenuar os chamados desníveis regionais de desenvolvimento industrial, utilizando-se de amplos incentivos fiscais pelos quais dava continuidade aos programas de ações integrada, em regiões que agora deveriam ser prioritárias.

As mudanças impostas pelo II PND implicavam a modernização da estrutura do país e projeção dos espaços nacionais no mercado internacional, visando atenuar

as desigualdades regionais por meio de investimentos entre Estado e multinacionais. Com base em Barbosa (2006), é importante destacar que, desde a década de 1970, as corporações multinacionais e os bancos instituíram uma nova divisão internacional do trabalho, na qual os estados nacionais não são mais as unidades econômicas da nova realidade histórica, mas continuam como unidades políticas que regulam a reestruturação da economia capitalista.

Dessa maneira, o objetivo principal é modernizar e expandir a economia nacional articulando-a à internacional, com a implantação de indústrias para fins de exportação. O centro dessa lógica dedicava as bases da geopolítica para a Amazônia, o que, mais tarde, implicou as propostas do Carajás nessa região, na parte oriental e na Pré-Amazônica. A partir dessa lógica, o próprio Estado estabeleceu, internamente, uma divisão espacial, submetido a uma ideia global de desenvolvimento regional articulada aos interesses privados de vários agentes, econômicos, sociais e políticos.

Nessa acepção, o Carajás foi pensado vigorosamente como uma estratégia de salvação nacional diante da crise do petróleo, sendo realizadas, no núcleo dessa conjuntura, duas políticas de suma importância para superar essa circunstância e contribuir para a dinâmica do processo de acumulação capitalista. O desenvolvimento dessa estratégia estaria vinculado à realização de elevados investimentos públicos, direcionados pelo tripé capital estatal, capital privado nacional e internacional.

Assim, as políticas firmavam-se nos eixos da industrialização e da energia, associando suas plantas industriais a jazidas minerais nas localidades periféricas². Durante década em questão, o Maranhão inseriu-se nessa lógica com a política de transporte do Projeto Ferro Carajás (PFC) e a expansão da frota marítima por meio do Porto do Itaqui em São Luís, Maranhão.

No corolário, o Brasil sente, cada vez mais, as investidas dessa lógica industrializante, notadamente no Maranhão, com a adentrada de grandes projetos de desenvolvimento, em especial na área do Disal, Zona Rural II, onde está situada a comunidade do Cajueiro. Em tal cenário, essa lógica não tem pudores para atropelar os direitos dos moradores tradicionais por um poderoso jogo de forças entre o capital internacional, o Estado e a comunidade escolhida.

² Entre essas localidades, convém citar: mineração de ferro em Carajás (Pará); bauxita na região de trombetas (Pará); cobre em Caraíbas (Bahia); gás natural em plataformas continentais nordestinas etc. — nas quais foram desenvolvidas alterações substanciais na política de transporte (ferroviário, hidroviário, expansão da frota marítima e fluvial, corredor de exportação), como no caso do aproveitamento e da ampliação do Porto de Itaqui, em São Luís, Maranhão (BARBOSA, 2006).

Dando seguimento a essa discussão, no tópico a seguir, discorre-se sobre os projetos industriais e das ações de expansão portuária na comunidade do Cajueiro, diante dessa dinâmica “modernizadora” articulada a interesses privados que acirram as desigualdades nas comunidades tradicionais.

2.2 Os projetos industriais e as ações de expansão portuária na comunidade do Cajueiro em São Luís-MA

Levando em consideração que a diligência do desenvolvimento integrado, em direção aos espaços econômicos regionais, se encadeava a uma demanda do capital internacional destinado à implantação de grandes projetos industriais, as ideologias desenvolvimentistas sobrevieram com força no Brasil.

Acerca disso, em seus estudos, Marx e Engels (2005) indicam a demanda do capital internacional de se estabelecer, explorar e construir vínculos em toda parte, visando às constantes revoluções dos seus instrumentos de produção, das relações de produção e, conseqüentemente, das relações sociais. Por essa razão, o modelo de desenvolvimento dos países centrais busca se integrar às nações periféricas, o que se evidencia na lógica do Projeto Carajás de articular as tendências do mercado internacional para explorar os espaços regionais.

À medida que são estabelecidas as relações entre a periferia e a economia mundial, as empresas multinacionais hegemônicas procuram formar alianças mais contundentes com o Estado e a sociedade civil, alterando leis, normas e relações sociais, bem como intensificando a exploração e a expropriação das riquezas nas regiões periféricas sob a égide imperialista.

Nessas proposições, os autores Silva e Pereira (2018) alertam para a prática da lógica de acumulação do capital de legitimar o Estado como aparato que privilegia as decisões daqueles com maior poder de influência, em detrimento dos que sempre sofrem com os impactos desses modelos econômicos em voga.

Em face desse quadro, a disparidade de forças das práticas imperialistas entre o Estado, as empresas no poder e as comunidades atingidas implicam o contexto de correlação de forças que, ao mesmo tempo, se fundamentam na falsa promoção do desenvolvimento local e, verdadeiramente, se tornam um condutor de privatização em áreas estratégicas.

Nesse jogo de correlação de forças, percebe-se claramente que as relações de produção e a economia internacional estão articuladas pelo aparato estatal. Netto e Braz (2012) evidenciam que, nas mãos dos capitalistas ou dos seus representantes políticos, o Estado responde, na realidade, aos interesses do capital.

Nesse contexto, a ocupação regional assumiu a feição de integração nacional, modernizando a noção das concepções desenvolvimentistas cepalinas³ acerca dos desequilíbrios regionais. Seguindo essa acepção, ressurgiu a ideia de planejamento desenvolvido nas regiões Norte e Nordeste, devido às suas economias permeadas de recursos naturais (BARBOSA, 2006).

Assim, foi no período de estagnação da economia mundial na década de 1970 que ocorreu a integração nacional econômica nessas regiões, por meio dos grandes projetos industriais, cujo planejamento dessas estratégias deveria ser desenvolvido através do planejamento regional, sob a dinâmica do Estado integrado ao capital privado. Conforme Oliveira (1989), o planejamento era uma forma de o Estado intervir nas contradições entre a reprodução do capital em nível nacional e regional, ou seja, nos conflitos inter-regionais.

O planejamento, nessa acepção, não abrangia a presença neutra do Estado frente à reprodução do capital visando à homogeneização ou à integração nacional. Trata-se de uma forma modificada da luta de classes no âmbito das contradições de reprodução do capital e das relações de produção. O Estado afirma o seu papel de indutor do desenvolvimento, procurando adaptar a estrutura territorial do país para a implantação efetiva de indústrias, explorando certas regiões com maior veemência.

À vista disso, Barbosa (2006) salienta que programas como o Carajás entraram na região da Amazônia Oriental em um cenário de disputa acirrada entre os países

³ Em alusão à Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), a qual foi criada pós-segunda Guerra Mundial pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC) e tem sua sede em Santiago, Chile, sendo uma das cinco comissões econômicas regionais da Organização das Nações Unidas (ONU). Seu objetivo central era monitorar as políticas direcionadas à promoção do desenvolvimento econômico da região latino-americana, assessorar as ações encaminhadas para sua promoção e contribuir para reforçar as relações econômicas dos países da área, tanto entre si como com as demais nações do mundo, promovendo o desenvolvimento social e sustentável. O novo método proposto contrariava as teorias etapistas e as históricas, que concebiam o desenvolvimento como uma sequência lógica de fases necessárias para alcançá-lo. A teoria cepalina era espelhada na trajetória que os países capitalistas desenvolvidos teriam percorrido, como dispôs Walt Rostow em sua obra *Um manifesto não-comunista*. Porém, para os intelectuais da CEPAL, o subdesenvolvimento periférico não era uma fase, e sim uma realidade diferente, que merecia ser estudada e interpretada. Esse conjunto de proposições teóricas e de políticas econômicas substanciou o que passou a ser chamado de desenvolvimentismo cepalino, termo esse referente às teses de autores da CEPAL que propunham que a industrialização apoiada pela ação do Estado seria a forma básica de superação do subdesenvolvimento latino-americano (GONÇALVES, 2014).

imperialistas, que, em busca de matérias-primas para os seus parques industriais, expressaram os seus interesses em áreas nacionais organizadas pelos governos locais.

Nesse movimento, o PFC, simultaneamente com o projeto Alumínio, instituiu um novo tipo de relação, no Brasil, com o sistema financeiro internacional, bem como com a divisão internacional do trabalho na concentração da produção e centralização dos lucros por empresas industriais e financeiras (SANTOS FILHO apud BARBOSA, 2006).

O andamento da reestruturação produtiva constituída no Brasil no final dos anos 1980 acentuou as ligações do Estado brasileiro com os interesses do capital internacional, o qual, nesse ensejo, avançava com mais ímpeto sobre os espaços de exploração mineral. Dentro desse cenário, o PGC⁴ deu um passo expressivo para começar a exploração da chamada Amazônia Oriental e, posteriormente, da região Pré-Amazônica.

Cabe salientar que, na Amazônia brasileira, são concebidos grandes projetos de desenvolvimento a fim de vincular a região à dinâmica de expansão capitalista nacional. Assim, a Amazônia passou por um processo de modernização, efetivado a partir do modelo de desenvolvimento no período militar. A integração do Brasil e da Amazônia, através desse modelo de desenvolvimento, oportunizou a implantação de obras de infraestrutura, como estradas, portos, ferrovias, hidrelétricas, entre outros, realizadas pelo Governo Federal (PANTOJA; PEREIRA, 2016).

Nesse contexto particular, o Estado mobiliza-se para atrair o grande capital para a região amazônica, compreendida, até então e, para muitos, ainda hoje, como um grande vazio demográfico. A concepção de vazio demográfico estabelecida pelo modelo desenvolvimentista desconsiderou as populações locais, sobretudo aquelas ligadas ao trabalho do campo; como consequência, os seus direitos e a sua própria existência como sujeitos sociais foram negados (PANTOJA; PEREIRA, 2016).

Esses grupos impactados pelos grandes projetos, conforme Almeida (2008a), resistem aos processos de expropriação, organizando-se em prol dos seus direitos,

⁴ O PGC foi concebido pela então Companhia Vale do Rio Doce com o objetivo de criar as condições para a extração e o escoamento das gigantescas jazidas de minério de ferro localizadas na Serra de Carajás, no sudeste do estado do Pará, através do sistema Mina-Ferrovia-Porto, que envolve as minas no Pará, a EFC, com quase 900 km, e o CPSL, localizado na capital maranhense. Esse projeto foi institucionalizado como programa interministerial de desenvolvimento regional (COELHO; COTA, 1997; SANT'ANA JÚNIOR, 2013).

ou acabam cedendo aos interesses do capital e dos seus representantes. Uma das principais questões que emerge desse confronto de lógicas diferentes entre o grande capital e as comunidades nativas está relacionada ao valor que a terra adquire para eles, não somente divergentes, mas com posições contrárias.

Nesse entendimento, Pantoja e Pereira (2016, p. 329) afirmam que:

Para os trabalhadores do campo, como agricultores, pescadores, indígenas, quilombolas, extrativistas, entre outros, a terra significa valor de uso, sendo um elemento fundante no processo de reprodução material e simbólica do grupo. Um meio de produção que se incorpora ao processo produtivo mediante o trabalho familiar, sendo sua apropriação realizada, apenas e somente, por meio do processo produtivo, isto é, do trabalho [...]. Para o capital, seja este nacional ou internacional, a terra significa acúmulo de riqueza, sua incorporação ao processo produtivo se dá mediante o trabalho assalariado de outrem, traduzindo-se, assim, em valor de troca.

Esse confronto de lógicas de apropriação da terra permite compreender como a ideia de desenvolvimento emerge como ideologia que determina valores, se apropria das riquezas da região e tem implicações ambientais, sociais, culturais e econômicas, que, por muitas vezes, são definitivas para a formação do país.

Nessa lógica, tendo como referência esses grandes projetos, registram-se as iniciativas desenvolvimentistas na Amazônia Oriental, tal como o PGC, concebido pelo Presidente da República João Figueiredo, em 24 de novembro de 1980, por meio do Decreto-Lei nº 1.813⁵, e sob domínio da Companhia Vale do Rio Doce na década de 1980. Logo, o PGC deu o passo inicial e significativo para a exploração da Amazônia Oriental.

O PGC visava atuar como dinamizador da economia regional e constituir uma ampla rede de infraestrutura com a finalidade de garantir o escoamento da produção mineral pelo PFC, bem como a exploração florestal, pecuária, agrícola e industrial nos estados do Tocantins, Pará e Maranhão. Como é possível notar, esse programa surgiu como formulador das inúmeras atuações desses projetos (SANT'ANA; TEISSERENC; BRUSTOLIN, 2018).

Essa rede de infraestrutura facilitava a exploração e o transporte de jazidas de minério de ferro do sudeste do Pará, realizados pela então estatal Companhia Vale do Rio Doce — transnacional, atualmente, designada “Vale” e privatizada (SANT'ANA

⁵ Vide Decreto-Lei nº 1.813, de 24 de novembro de 1980.

JÚNIOR, 2013) —, e incluía o Complexo Portuário de São Luís (CPSL), o Terminal Ferroviário da Estrada de Ferro Carajás (EFC) e a Rodovia BR-135.

Quanto à dinâmica de expansão do capital no Corredor Norte de exportação, no mês de fevereiro de 1985, foi lançado o último trilho da EFC (Figura 1), concluindo, assim, a construção de uma das maiores ferrovias do mundo. A obra representou um grande desafio, tendo em vista que atravessou “áreas inóspitas, de mangues até a Floresta Amazônica” (REVISTA FERROVIÁRIA, 2015, p. 18).

Figura 1 – Empregados posam para a foto festejando a conclusão da construção da EFC



Fonte: Vale (2015).

Conforme Moreira (2015), a construção da EFC representou a porta de entrada para o capital e de saída para as *commodities*⁶ extraídas das minas no sudeste do estado do Pará. Assim, desde o início da empreitada capitalista, o desenvolvimento da região de influência do PGC foi marcado pela base da modernizadora economia de expansão.

É cabível ressaltar que o PFC conta com três segmentos: a exploração da Mina de Carajás, a Ferrovia Ferro Carajás e o Porto da Ponta da Madeira. No seu bojo, a construção da EFC, ligando a Serra de Carajás no Pará ao CPSL, teve início em 1979, e, com 892 km de extensão, suas atividades foram iniciadas em 1985 (ALVES, 2014; MOREIRA, 2015).

⁶ É um bem fundente, isto é, proporcional e trocável por outro igual, independentemente de quem o produz, por exemplo: resma de papel, leite, petróleo, cobre e imóveis. Uma das particularidades das *commodities* é que o seu preço é definido como uma função do seu mercado no todo. As mercadorias físicas são efetivamente transacionadas no mercado à vista e no mercado derivativo. Em geral, são matérias-primas e produtos agrícolas, tais como: petróleo, carvão, etanol, sal, açúcar, café, soja, arroz, trigo, minério de ferro, alumínio, cobre, ouro, prata, paládio e platina (SILVA, 2014).

Aludindo a esses projetos, Moraes (2007, p. 141) chama a atenção para o fato de que “nos caminhos da modernização conservadora, no Maranhão, várias famílias foram retiradas ao longo da EFC, além da expulsão de trabalhadores rurais pelos grandes latifundiários⁷ que se apropriavam de suas terras”. Cabe frisar que o estado está inserido no contexto do capitalismo neoliberal, seguindo a política desenvolvida no âmbito federal e adotando uma política de investimentos industriais, com vista a atrair capital privado nacional e internacional em troca de vantagens fiscais e mão de obra barata, rotulada de desqualificada.

O Maranhão se insere nas diligências do desenvolvimento a partir da instalação de grandes projetos desenvolvimentistas — em especial, na área do Disal, pelo PGC. Nessa conjuntura, o território maranhense torna-se um local fundamental para atender às necessidades externas do sistema capitalista e suas empresas multinacionais, por intermédio do Estado. Em decorrência disso, diversas comunidades que pertencem ao município de São Luís são atingidas por essas forças.

Desse modo, o Maranhão incorpora a lógica de desenvolvimento do Norte e Nordeste e percorre todos os reflexos políticos, econômicos e sociais desse plano industrial nacional, especialmente a partir do pós-64. Nessas proposições, Moreira (2015, p. 17) afirma que o estado do Maranhão desempenha o “papel de ‘corredor de exportação’ no atual processo de ‘divisão internacional do trabalho de expropriação dos recursos territoriais’”. Para o autor, restam apenas os problemas provenientes da exploração intensa dos territórios cortados pela EFC e seus complementos, o Porto de Itaqui e o Terminal Marítimo da Ponta da Madeira (TMPM).

A inauguração da EFC, de acordo com Barbosa e Almeida (2013), reforça a instalação de diversos empreendimentos ao longo do corredor de exportação, que abrange uma extensão de 32.242 km². Essa estrada compreende 14 municípios e tem uma área de 890 km, dos quais 590 km pertencem ao território maranhense. Quanto aos projetos minero-metalúrgicos, a Ferrovia Carajás e o Porto do Itaqui exercem um papel estratégico porque por meio deles é feita a exportação de *commodities*, bem como do ferro de Carajás e da soja no sul do estado, que representam o período do Maranhão moderno.

⁷ Proprietário de uma grande extensão de terras. Para ele, a terra é vista como objeto de negócio, de modo que, pela possibilidade de se extrair renda, o latifundiário, dentro do processo de reprodução capitalista, busca a incorporação de novas áreas para extração e apropriação da renda da terra (PAULINO; ALMEIDA, 2010).

Esse processo de modernização no estado tem como finalidade o avanço do agronegócio, que, na realidade, expulsa violentamente os trabalhadores rurais dos seus territórios (BARBOSA; ALMEIDA, 2013). Compete salientar que, desde os anos 1980, o Maranhão faz parte de uma totalidade social, na qual a sociedade brasileira, com vínculos de dependência externa e de submissão ao capital internacional, vem articulando as políticas da esfera local aos interesses do capital internacional, em uma combinação entre o local, o nacional e o transnacional.

O estado do Maranhão, segundo Almeida (2011), ingressou definitivamente no percurso do capital internacional; como consequência, as alianças entre a burguesia nacional e o capital estrangeiro se reafirmam, sobretudo na implantação do PGC, que funcionou com a mediação do Estado. Esse processo é assumido pelo Estado como principal organizador das classes dominantes, ao interligar as condições propícias à fixação do capital na área do Disal, ou seja, consolida-se como agente das empresas multinacionais, combinando os interesses dos espaços nacionais e internacionais.

É importante assinalar, conforme Harvey (2013), que as empresas internalizam o compromisso local e os interesses globais, organizando a ocupação do espaço de acordo com o seu plano consciente. Dessa forma, nota-se que o esforço institucional estatal, associado aos interesses do grande capital internacional, objetiva a instalação de estruturas logísticas visando ao escoamento da produção, principalmente mineral, para o mercado internacional.

É pautada nessa concepção funcional e logística que, desde o final dos anos 1970 até os dias atuais, a cidade de São Luís passou a ser projetada com o ideário subjacente de ser portadora de uma “vocação” para as atividades portuárias, siderúrgicas e industriais. Essa projeção delinea, em grande medida, as políticas de desenvolvimento econômico regional, inclusive a agenda política de planejamento urbano, definida por interesses de agentes econômicos externos.

Nesse aspecto, ao analisar os impactos dos grandes projetos industriais sobre a classe trabalhadora maranhense, Barbosa (2006, p. 67) assevera que:

[...] a força dos grandes projetos industriais que se desenvolveram no bojo do Programa Grande Carajás (projetos minero-metalúrgicos, agropecuária, reflorestamento etc.) e seus pólos [sic] industriais instalados em vários municípios do Estado (Rosário, Santa Inês, Açailândia, Imperatriz) permitiram ao capitalismo industrial no Maranhão engendrar a combinação de formas modernas (tecnologia) e atrasadas (manual e braçal) impulsionadas e ou diretamente pelo Estado.

Além disso, a autora discorre que a implantação do PGC trouxe mudanças econômicas, sociais e políticas tanto pela exploração intensiva de recursos materiais, sustentadas pela política governamental, como pela expropriação e desorganização do espaço da pequena produção maranhense, acelerando os processos migratórios do campo para a cidade (BARBOSA, 2006).

O PGC foi implantado de maneira autoritária, sem que houvesse qualquer possibilidade de discussão ou de argumentação com as comunidades — indígenas, quilombolas, camponesas, ribeirinhas e pesqueiras — atingidas durante o percurso. O desenvolvimento econômico prometido contrasta com o retrocesso nos indicadores sociais do Maranhão e do Pará.

Na conjuntura atual, a principal atividade econômica do chamado “Maranhão moderno” abarca a exportação das *commodities* (minerais e agrícolas), com a opção desenvolvimentista de sucessivos governos estaduais desde a década de 1980. Na análise de Barbosa (2006), a chegada da Alcoa, no ano de 1980, fixou no estado a criação de um capitalismo moderno (organizado em bases (tayloristas/fordistas), em um cenário de crise marcada por conflitos entre as grandes potências capitalistas pelo domínio de matérias-primas dos países subdesenvolvidos e pela rearticulação de novos espaços econômicos de reprodução do capital.

Na esteira desse processo, a instalação dos grandes empreendimentos no Maranhão facilitou o acesso aos recursos naturais, principalmente à terra, desde os anos 1980, ocupada diversas vezes de maneira autoritária, caracterizando aquilo que Harvey denomina “acumulação por espoliação”, o que leva à alteração no modo de vida e nas formas de produção dos trabalhadores rurais (PANTOJA; PEREIRA, 2016).

A acumulação por espoliação é entendida por Harvey (2005) como uma forma de acumulação pautada na depredação, na fraude e na violência. Conforme o autor, essas particularidades do capitalismo não se fizeram presentes somente nas etapas “primitiva” ou “originária” do modo de produção capitalista, pois também podem ser visualizadas no processo do capitalismo ao longo dos anos. Ainda de acordo com o autor, há uma gama de processos descritos por Marx na acumulação primitiva:

Estão aí a mercadificação e a privatização da terra e a expulsão violenta de populações camponesas; a conversão de várias formas de direitos de propriedade (comum, coletiva, do Estado etc.) em direitos exclusivos de propriedade privada; a supressão dos direitos dos camponeses às terras comuns [partilhadas]; a mercadificação da força de trabalho e a supressão de formas alternativas (autóctones) de produção e de consumo; processos

coloniais, neocoloniais e imperiais de apropriação de ativos (inclusive de recursos naturais); a monetização da troca e a taxação, particularmente de terra; o comércio de escravos; e a usura, a dívida nacional e em última análise o sistema de crédito como meios radicais de acumulação primitiva. O Estado, com seu monopólio da violência e suas definições da legalidade, tem papel crucial no apoio e na promoção desses processos [...]. O papel desenvolvimentista do Estado começou há muito tempo, e vem mantendo as lógicas territorial e capitalista do poder sempre interligadas, ainda que não necessariamente convergentes. (HARVEY, 2005, p. 121).

Desse modo, a expulsão violenta de camponeses, privatizações, entre outras características, constituem alguns dos mecanismos da acumulação primitiva, que, por diversas vezes, ocorrem com o apoio do Estado. Essa acumulação primitiva acarreta, então, a apropriação e a cooptação de realizações culturais e sociais preexistentes, bem como o confronto e a extinção. Nessas reflexões, é importante ressaltar que a continuidade dessas usurpações caracteriza a acumulação por espoliação ou por despossessão (THEIS; KRAJEVSKI, 2017).

No que concerne ao estado do Maranhão, os processos históricos não são diferentes, visto que os desdobramentos das políticas desenvolvimentistas instigam acumulação por espoliação, ganhando contornos desastrosos para os trabalhadores rurais, pois expressa a desestruturação das formas de produção em todos os seus aspectos. Seguindo essa lógica desenvolvimentista, o município de São Luís atende às exigências de perpetuação dos grandes projetos, cria condições apropriadas para a circulação da mercadoria e incentiva o complexo portuário da capital maranhense, afetando comunidades que vivem da agricultura e da piscicultura.

Nesse contexto de desenvolvimento, é a partir das condições geográficas da Baía de São Marcos que a dinâmica da expansão portuária foi se estabelecendo e trazendo em seu bojo uma ação que avança para além do Disal e alcança a Zona Rural de São Luís. Portanto, pontua-se que o investimento em logística na Baía de São Marcos representou a retomada de investimentos na Amazônia Oriental brasileira instaurada pelas políticas de desenvolvimento.

Nessa lógica, segundo o GEDMMA (2014), ao longo dos anos da construção do Porto do Itaqui, foi planejado mais um grande empreendimento para a Baía de São Marcos e proximidades. Por um lado, o quadro era — e ainda é — de crescente exportação de *commodities* e tentativa de incorporação do município de São Luís ao processo de transnacionalização logística. Por outro lado, era preciso considerar que, para concretizar a expansão dos mercados ditos globalizados, haveria alterações na dinâmica social das populações locais.

Logo, na ânsia do lucro e em nome do desenvolvimento, as grandes empresas transnacionais modificam e destroem as relações sociais existentes. Essa realidade é consequência do forte desenvolvimento capitalista dependente no Maranhão e da tendência do capitalismo, especialmente em momentos de crise econômica. Assim, busca-se atenuar qualquer tipo de barreira espacial para aumentar a acumulação, em um contexto de disputas socioterritoriais provocadas pelos interesses econômicos de grandes empresas.

Os conflitos socioterritoriais causados pelos empreendimentos são evidentes no Brasil, notadamente na periferia regional maranhense. Já que no contexto atual, dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), obtidos pelo Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, relevam um total de 1.254 conflitos por terra em 2019, cerca de 12% a mais do que em 2018, que contabilizou 1.124. Em relação às ocorrências, conferiu-se o total de 1.206, o que corresponde a 25% comparado ao ano anterior (CANUTO; LUZ; SANTOS, 2020).

A seguir, apresentam-se, na Tabela 1, dados de 2016 a 2019, relacionados ao número de conflitos no campo brasileiro.

Tabela 1 – Conflitos por terra no Brasil (2016-2019)

Conflitos por terra				
Ano	2016	2017	2018	2019
Nº de ocorrências¹	1.079	989	964	1.206
Total²	1.295	1.168	1.124	1.254

Fonte: Canuto, Luz e Santos (2020).

1. São considerados nº de ocorrências: desejos e expulsões, ameaças de despejos e expulsos, bens destruídos, pistolagem e invasões.

2. O total contabiliza o número de ocorrência, ocupações/retomadas e acampamentos.

Considerando os dados apresentados, observa-se o aumento dos casos de conflitos por terra, os quais, segundo a CPT, são incitados, muitas vezes, pelo próprio Governo Federal, representado pelo Presidente Jair Messias Bolsonaro. Isto porque essa instância máxima do Poder Executivo se posiciona em proveito de latifundiários e grileiros, das atividades garimpeiras e madeireiras ilegais, porém se contrapõe aos movimentos sociais no campo (CANUTO; LUZ; SANTOS, 2020).

Essa conjuntura é vivenciada pela comunidade do Cajueiro, mas também se reproduz nacionalmente, sobretudo a partir do ano 2000, quando ocorrem diversas tentativas de ataques à legislação que regulamenta os territórios, direitos de povos e

comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, camponeses) (ARCANGELI, 2020) — como é possível verificar no quadro a seguir, a título de exemplificação.

Quadro 1 – Propostas e medidas legislativas que ameaçam direitos territoriais e povos tradicionais

Propostas e medidas legislativas	Impacto em direitos territoriais e povos tradicionais
Projeto de Emenda Constitucional (PEC) nº 215/2000 (desarquivado em tramitação)	Procura passar do Executivo para o Legislativo a palavra final sobre a demarcação de terras indígenas e consente a revisão de terras já demarcadas.
Lei nº 11.284/2006 (em vigor)	Privatiza as florestas por meio de concessões de 40 anos para exploração “sustentável” em áreas públicas (federal, estadual e municipal).
Projeto de Lei (PL) nº 490/2007 (em tramitação)	Propõe a revisão de terras indígenas já demarcadas, proíbe a ampliação de reservas indígenas, flexibiliza o acesso a povos isolados e regula o garimpo e a mineração.
Lei nº 12.651/2012 – atual Código Florestal (em vigor)	Determina que as terras indígenas e os territórios titulados de outros povos e comunidades tradicionais precisam integrar o Cadastro Ambiental Rural (CAR) ⁸ .
Lei nº 13.465/2017 (em vigor)	Altera condições para regularização fundiária rural, urbana e no âmbito da Amazônia Legal e desobriga o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) a prestar assistência a assentamentos.
PL nº 191/2020 (em tramitação)	Busca regulamentar a agricultura em larga escala, o garimpo e a exploração mineral, hídrica e energética em terras indígenas.
PL nº 2.633/2020 (em tramitação)	Visa flexibilizar a regularização fundiária, ampliar a titulação por autodeclaração sem vistoria do Incra e conceder títulos a áreas com passivos ambientais sem a obrigação de regularizá-los.
PL nº 510/2021 (em tramitação)	Intenta flexibilizar a regularização fundiária e ampliar a titulação por autodeclaração sem vistoria presencial, beneficia médios e grandes posseiros e especuladores de terra pública.
Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 177/2021 (em tramitação)	Prevê a remoção do Brasil da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que assegura às comunidades tradicionais o direito de autodeterminação sobre seus modos de vida, territórios e outros direitos.

Fonte: elaboração própria.

Como é possível notar, essas propostas e medidas incidem de várias formas sobre a biodiversidade, a garantia territorial, de vida e de existência das populações tradicionais. Nessa direção, Alencar *et al.* (2004) chamam atenção para o aumento das atividades econômicas em grande escala sobre os recursos da Amazônia legal brasileira e para o modelo tradicional de ocupação da região, que têm levado a um

⁸ O CAR é realizado sem nenhuma consulta aos povos e às comunidades tradicionais e não contempla os seus modos de presença no território e uso dos recursos naturais (ARCANGELI, 2020).

crescimento expressivo do desmatamento, o qual, por ser um fenômeno de natureza muito complexa, não pode ser atribuído a um único fator.

Ainda conforme Alencar *et al.* (2004), o avanço do desmatamento está ligado às políticas desenvolvimentistas na Amazônia, tais como a especulação fundiária, a expansão urbana, o crescimento da pecuária, a exploração madeireira, a agricultura mecanizada, sobretudo para cultivo de soja e algodão, entre outros fatores. À vista disso, os autores destacam a relevância das áreas protegidas para conter ou atenuar o desmatamento e promover a conservação e o uso sustentável de recursos naturais da região amazônica.

Diante do exposto, observa-se que, nos últimos três anos, as notícias sobre recordes de desmatamento na Amazônia, divulgados pelo Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (Prodes) do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), tornaram-se um problema para o governo Bolsonaro. Enquanto incitava a passagem da “boiada” pela maior floresta tropical do mundo, o presidente colaborou ativamente para o sucateamento do Inpe e de todo o conjunto de políticas e organismos socioambientais, essenciais para a preservação da região.

De acordo com Aragão e Silva (2021), no ano de 2021, ocorreu a terceira alta seguida do desmatamento e, pela primeira vez desde o começo das medições, em 1988, registrou-se que a devastação aflorou por quatro anos consecutivos, tendo um aumento de 22% em relação a 2020. Assim, foram 13.235 km² de degradação, o que corresponde a dez vezes a área da cidade do Rio de Janeiro.

O avanço do desmatamento, conforme o estudo de Aragão e Silva (2021), é sustentado pelo enfraquecimento de órgãos de fiscalização, pela expressiva redução de atos imediatos de conflito e controle e por retrocessos legislativos. Nesse viés, as autoras demonstram que só em terras indígenas a expansão do desmatamento teve um aumento de 153%; já em unidades de conservação, foi de 63,7%. Além disso, a maior parte do desmatamento (51%) aconteceu em terras públicas.

Portanto, esse aumento representa medidas concretas do governo Bolsonaro que beneficiaram o desmatamento, como a redução de operações dos órgãos de proteção ambiental e a tolerância com atividades ilegais, como o garimpo em terras indígenas e a extração não autorizada de madeira. O esforço do governo consiste em alterar a legislação para que mais modalidades de desmatamento sejam consideradas legais. Contudo, para dirimir o problema é preciso lutar contra a grilagem e as invasões de terras, além da necessidade de segurança territorial em áreas protegidas.

Entretanto, no tocante à Amazônia, percebe-se o que se tinha como respaldo de proteção em relação ao desmatamento e às comunidades tradicionais e como o atual governo tem fragilizado politicamente a possibilidade de essas comunidades se resguardarem juridicamente. Quanto ao crescimento dos conflitos por terra, nota-se que a preocupação com uma ação profunda do domínio econômico internacional no destino de comunidades rurais brasileiras aumentou na gestão de Bolsonaro, o qual se revela aberto ao ideário de setores atrasados do agronegócio e avesso a respeitar o modo de vida de populações tradicionais e indígenas.

Em um dos seus pronunciamentos, o Presidente Bolsonaro ressaltou que “‘não haverá um centímetro a mais para demarcação’ de terras indígenas” (BOURSCHEIT, 2019, p. 1), pois esses povos devem ser integrados ao meio social urbano e as suas terras abertas às práticas de mineração e agricultura. Ademais, pejorativamente, fez uma analogia entre indígenas em reservas e animais em zoológicos e declarou que “quilombolas não servem ‘nem para procriar’” (BOURSCHEIT, 2019, p. 1).

Em síntese, percebe-se que essas ações e declarações do governo apontam para uma maior concentração e apropriação fundiária, com a anulação de direitos de indígenas e quilombolas e da conservação da natureza, abrindo mais espaços aos mercados internacionais de terras e *commodities*. Nessa ótica, Dolce (2020) explica que o governo Bolsonaro privilegia o agronegócio e a banca ruralista, tendo em vista a aprovação massiva de agrotóxicos, alguns considerados extremamente tóxicos para os trabalhadores e a produção familiar.

Além disso, entre as suas principais bandeiras, o governo defende a reforma da previdência, de modo que, em sua proposta, pretendia igualar a idade mínima da aposentadoria rural entre homens e mulheres para 60 anos, com contribuição de 20 anos. Atende-se, assim, às demandas do neoliberalismo, com a redução de políticas públicas e o encolhimento das responsabilidades do Estado para com a população.

Dentro desse contexto neoliberal, o Maranhão não foge dessa realidade, pois existem conflitos, no estado, entre trabalhadores rurais e grandes empreendimentos. Um exemplo disso é a instalação do Porto Privado no Cajueiro para o escoamento da produção de soja, combustíveis e celulose, cujas operações estavam previstas para o início de 2017. Os grandes projetos instalados na Região Metropolitana da Grande São Luís (RMGSL) refletem ações de iniciativas públicas e privadas que impactam o modo de vida das comunidades e se apoiam na ideia de desenvolvimento associada à industrialização e à modernização.

Vale ressaltar que tais projetos foram organizados sem a devida preocupação com a estrutura fundiária local e os trabalhadores⁹ dessa região. Como tal, os efeitos perversos desse processo implicam nas comunidades adjacentes, que passam a ser afetadas pela presença predominante de indústrias minero-metalúrgicas. Sobre isso, Carvalho (2011) assinala que os conflitos envolvendo a comunidade do Cajueiro têm raízes mais remotas e remetem ao final da década de 1970, com a divulgação da possibilidade de escoamento do minério de ferro da Serra do Carajás, no Pará.

Porém, ao longo da construção do CPSL, foram gerados conflitos ambientais e deslocamentos compulsórios de centenas de famílias da região. Cabe dizer que esse complexo é formado pelo Porto de Itaqui, gerido pelo Governo Estadual, por meio da Empresa Maranhense de Administração Portuária (EMAP); pelo Porto da Ponta da Madeira, de propriedade e gestão da Vale; e pelo Porto da Alumar, privado e gerido pelo Consórcio Alumar, composto pelas multinacionais Alcoa, BHP Billiton e Rio Tinto Alcan.

Portanto, são grandes projetos industriais com uma infraestrutura envolvendo estradas, ferrovias e portos, que inserem o Maranhão na rota do capital internacional. Para viabilizar essa logística de transporte minerário, foram traçados os primeiros limites do Disal¹⁰. No contexto atual do processo de modernização da economia no Maranhão, seguindo a lógica dos grandes empreendimentos, destaca-se o Porto São Luís, um TUP cuja primeira fase da obra foi orçada em R\$ 800 milhões, do total de R\$ 2 bilhões previstos para a execução do projeto, que deve ser concluída dentro de quatro anos, com a geração estimada de quatro mil empregos diretos.

A capacidade de movimentação do novo terminal é cerca de dez milhões de toneladas por ano, sendo sete milhões de soja e milho; 1,5 milhão de fertilizantes; 1,5 milhão de carga geral e 1,8 milhão m³ de derivados de petróleo. Sua obra abrange uma área de 200 ha, onde serão construídos seis berços, sendo quatro na primeira fase de construção e dois na segunda, mais ponte de acesso, acesso rodoferroviário e pera ferroviária (EMIR, 2018).

⁹ Possesiros, camponeses, pescadores, extrativistas, quebradores de coco.

¹⁰ Esses limites foram traçados a partir do Decreto Estadual nº 3.589, de 28 de novembro de 1974, que demarcava a área industrial do Itaqui-Bacanga. Três anos depois, o Decreto Estadual nº 3.840, de 22 de abril de 1977, definiu como industrial a área Tibiri-Pedrinhas e inseriu outro território ao perímetro. Foi assim que, em 1980, as áreas Tibiri-Pedrinhas e Itaqui-Bacanga — esta última onde se situa a Comunidade do Cajueiro — foram unificadas como Disal, com o Decreto Estadual nº 7.632, de 23 de maio de 1980 (CARVALHO, 2011; PEDRO, 2017).

Ainda em relação ao TUP, são vários os interesses envolvidos, como indica o próprio Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), uma vez que o projeto portuário, segundo Arcangeli (2018, p. 79), tem a previsão de:

[...] seis berços de atracação com calado natural de 18 metros e capacidade de movimentação de 6 milhões de toneladas de grãos (supera em número de t/ano o Terminal de Grãos do Porto do Itaqui); 2,2 milhões de toneladas de fertilizantes; 1,5 de milhão de toneladas de celulose e 2,4 milhões de metros cúbicos de litros de combustível, que demonstram desejo pelo empreendimento por parte de empresas como a Suzano Papel e Celulose, empresas do agronegócio e a Petrobras.

Ademais, Arcangeli (2018) destaca que a Suzano Papel e Celulose aponta, em um relatório de 2011, intitulado *Maranhão nova década*, que a escolha da cidade de Imperatriz como sede de sua nova unidade permitirá usar a EFC para o escoamento da produção por meio do Porto Privado que se pretende construir em São Luís.

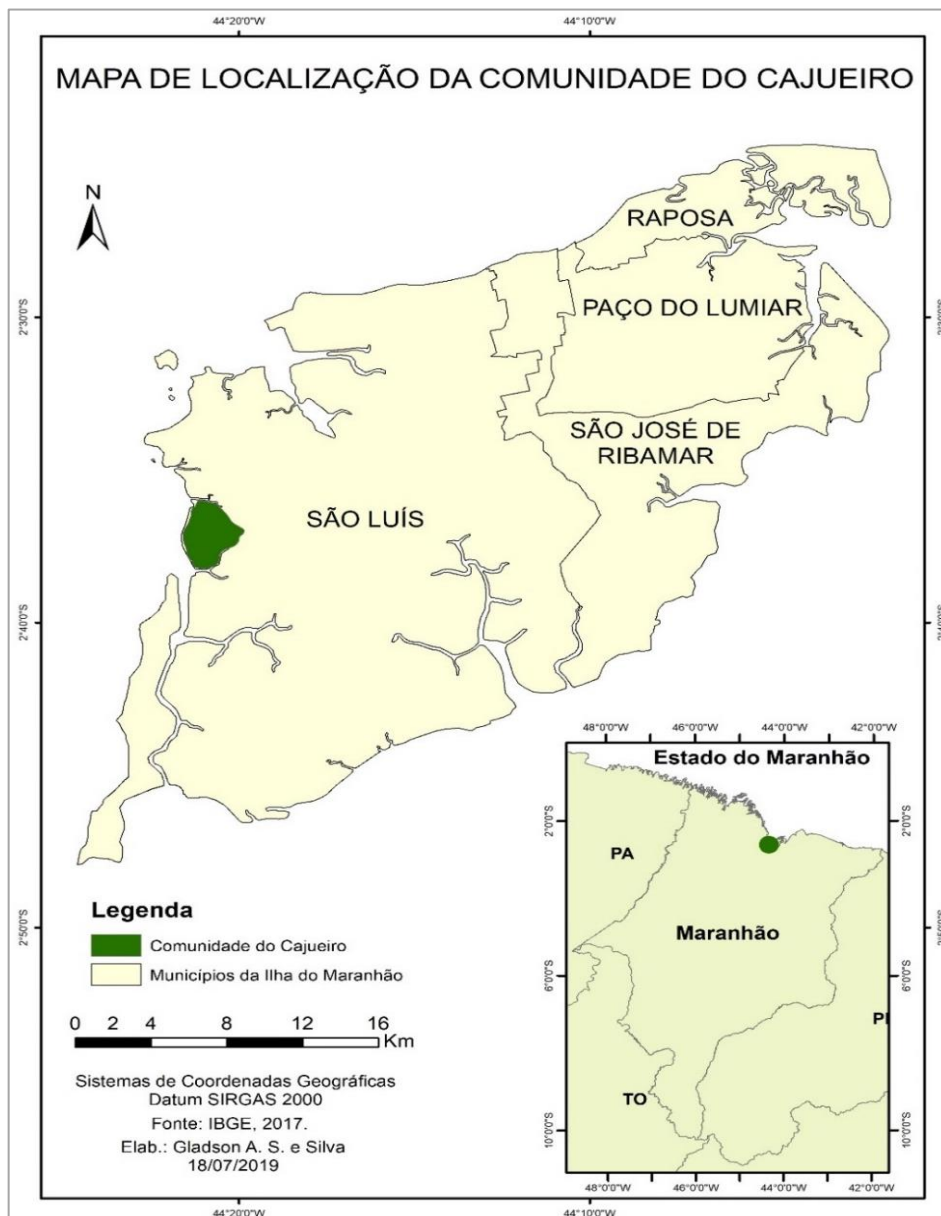
Todo esse processo de instalação de novos empreendimentos na Zona Rural, particularmente do TUP na comunidade do Cajueiro, começou a ser sentido de perto pelos trabalhadores a partir de 2014, quando as disputas socioterritoriais saíram do papel, no Palácio dos Leões¹¹ e nos gabinetes de secretarias estaduais, e passaram a ocorrer de maneira direta no território (ARCANGELI, 2018).

É pertinente salientar, como pode ser notado na Figura 2, que a comunidade do Cajueiro se localiza na porção Sudoeste da Ilha de Upaon-Açu¹², nas proximidades do Complexo Portuário-Industrial de São Luís, Maranhão, na Zona Rural do município.

¹¹ Residência oficial do Governo do Estado do Maranhão.

¹² Também denominada “Ilha de São Luís” ou “Ilha do Maranhão”, possui extensão de 1.410,015 km² e integra o Arquipélago do Golfão Maranhense; nela, encontra-se São Luís, a capital do estado.

Figura 2 – Mapa de localização da comunidade do Cajueiro, São Luís-MA¹³



Fonte: elaborado a partir de IBGE (2017).

Ademais, conforme Mendonça e Marinho (2016), o acesso para a comunidade do Cajueiro se dá através do ramal que conecta a rodovia BR-135 ao Porto do Itaqui, por uma estrada que cruza a linha férrea e se localiza a aproximadamente 3 km, sendo conhecida popularmente como “Estrada do Cajueiro” (Figura 3).

¹³ Figura elaborada a partir da *Base cartográfica contínua do Brasil* do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Figura 3 – Localização da Estrada do Cajueiro pelo *Google Earth*



Fonte: extraída do *Google Earth* (2022).

Segundo informações fornecidas pelos moradores, destacadas por Mendonça e Marinho (2016), a linha de ônibus que presta atendimento à Vila Maranhão trafega todos os dias, na Estrada do Cajueiro, apenas até às 21h. Embora essa linha tenha sido estendida para abarcar a população do Cajueiro, os moradores e trabalhadores rurais dessa comunidade tecem reclamações acerca do transporte e da precariedade do serviço.

Apesar disso, como discorrem os referidos autores, os empresários do setor alegam que há pouca demanda de passageiros, o que não traria retorno financeiro para a empresa de transporte coletivo. Desse modo, observa-se que, mesmo após uma década, a comunidade ainda enfrenta situações precárias no contexto atual. É pertinente dizer que a área total do Cajueiro corresponde a 600 ha, contendo 1.600 habitantes e 265 edificações, dentre as quais vale citar:

[...] [a] Escola Municipal Manuela Varella, que oferece educação infantil e ensino fundamental (da 1ª à 4ª séries); o Clube de Mães Nossa Senhora do Perpétuo Socorro; a União dos Moradores Proteção de Jesus do Cajueiro; a Igreja Católica Nossa Senhora do Perpétuo Socorro (que utiliza as instalações da União, pois seu prédio está em construção); a Igreja Assembleia de Deus; e a Igreja Adventista do Sétimo Dia [...]. (MENDONÇA; MARINHO, 2016, p. 67).

No que concerne à cobertura vegetal, no ano de 2004, a vegetação do Cajueiro era típica de “mata de capoeira”¹⁴, comportando um babaçual cujo manejo era feito pelos moradores, para consumo próprio e venda do coco extraído. Em relação ao seu ecossistema marinho, a área dispõe de praias como a do Parnaçu e do Igarapé do Cajueiro, além de um extenso manguezal, utilizado por aves silvestres para a sua reprodução e alimentação e por diversos moradores para a atividade pesqueira. Do manguezal, também é extraída madeira/lenha, embora, atualmente, seja um produto escasso e fiscalizado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) (MENDONÇA; MARINHO, 2016).

Pesquisas realizadas pelo GEDMMA (2014) apontam a existência de mais de 12 comunidades tradicionais na Zona Rural II de São Luís¹⁵: Taim, Rio dos Cachorros, Cajueiro, Parnaçu, Andirobal, Porto Grande, Limoeiro, Vila Maranhão, Colier, São Benedito, Ananandiba, Vila Madureira e Camboa dos Frades. Esses grupos, assim como outros em várias regiões do país, vivem de uma economia familiar polivalente (ALMEIDA, 2004).

A comunidade do Cajueiro é integrada por cerca de 600 famílias, compostas por: pescadores, agricultores familiares, marisqueiras, quebradeiras de coco, entre outras. Há gerações, essas famílias constroem profundas relações socioambientais com o lugar (praias, rios, apicuns, manguezais, babaçuais, flora, fauna) e vivem um modo de vida tradicional em que prevalecem atividades esteadas principalmente na pesca, na agricultura familiar, no extrativismo e na criação de animais de pequeno porte — bases de sua economia e seus modos de vida (GEDMMA, 2014).

Assim, são realizadas muitas atividades em comum, como a pesca, a catação de caranguejos, a piscicultura de pequena escala e mutirões para roçados. Entende-se que a questão do Cajueiro explica as complexas integrações Amazônia-Cerrado e as densas violências de um modelo de desenvolvimento insustentável, que transpõe os vários biomas brasileiros e no qual a vida e territórios dos povos e comunidades tradicionais são modificados em verdadeiras zonas de sacrifício para o crescimento do “progresso” e do lucro.

¹⁴ Na conceituação de Velho (1972, p. 105), é a “vegetação que cresce depois da queimada”, em função da técnica de agricultura, característica de pequenos agricultores.

¹⁵ Para a expansão da zona industrial e portuária da ilha, agentes públicos municipais propunham alteração da Lei do Plano Diretor e da Lei de Zoneamento, Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo com o objetivo de transformar parte do território da zona rural em zona industrial e/ou portuária, incluindo-se o Cajueiro.

Com a instalação de grandes projetos de desenvolvimento em São Luís, nos anos 1970, associados à modernização conservadora do campo, várias famílias de agricultores, pescadores e ribeirinhos mudaram-se, a procura de empregos, para a capital maranhense, instalando-se em grande parte na Zona Rural devido à maior proximidade com o seu modo de vida. Como consequência, o território do Cajueiro é constituído por famílias que existem há diversas gerações no local e por moradores que chegaram ainda crianças com as suas famílias.

É oportuno dizer que parte desses grupos tem a sua origem social associada às comunidades negras de Alcântara, Bequimão, Anajatuba e outros municípios da Baixada Maranhense, bem como ao processo de escravidão no estado do Maranhão. Como explicam Mesquita e Sant'Ana Júnior (2017), com a existência do Terreiro do Egito, uma expressão da resistência da população quilombola no Maranhão e no Brasil, Cajueiro dispõe de um imenso valor histórico e cultural.

Como descreve Santos (2013), Dona Aiá, moradora da região que chegou ao Cajueiro com 10 anos de idade, no ano de 1937, declara que o seu pai, o Sr. Boa Aventura Paulo Araújo, foi o primeiro morador. Entretanto, as terras eram guardadas pelo Sr. Joaquim Maia, que as repassou para o pai dela e depois desapareceu. Como reitera a autora, a memória da comunidade mantém-se traçada pela existência do Terreiro do Egito, surgido em 1864, que foi igualmente atingido pela implantação do TUP Porto São Luís.

No Morro do Egito, elevação de terra localizada perto do Porto do Itaqui e às margens da Baía de São Marcos (Figura 4), existia — na época da chegada do Sr. Boa Aventura — somente o Terreiro do Egito, considerado um lugar sagrado pelos praticantes do Tambor de Mina. Logo, para além de um território, é um local sagrado que permite contar a história de um dos terreiros mais antigos do país (ARCANGELI, 2018; GEDMMA, 2014).

Figura 4 – Mapa de localização da Baía de São Marcos¹⁶



Fonte: elaborado a partir do *Google Earth* (2017).

Assim, como relata Arcangeli (2018), existem informações, ratificadas pelo Pai Jorge do Ylê Ashé Yemowa-Abê (Casa de Iemanjá), de que o lugar foi um quilombo — formado por escravos fugitivos de Cururupu, Guimarães, entre outros municípios — e que havia um casal definitivo de guardiões, o Sr. Apolinário e a Sr.^a Valeriana. Segundo Ferreira (apud SANTOS; SANT’ANA JÚNIOR, 2017, p. 8), “O [Terreiro do] Egito foi fundado em 12 de dezembro de 1864 por uma senhora africana da Costa do Ouro, da cidade de Cumassi, no oeste da África, atual República de Gana”.

O terreiro foi chefiado por Basília Sofia, também conhecida como Massinocô Alapong, até 1911, ano em que faleceu. Em 1912, outra negra, Maria Piá, passou a chefiá-lo durante 55 anos. Dada a sua importância, esse terreiro originou outros em São Luís, como a Casa Fanti-Ashanti, do Pai Euclides, falecido em 2015. Conforme a crença popular, nos festejos em homenagem a São Benedito e a Santa Luzia, relata-se o avistamento do navio encantado do Rei Dom João (GEDMMA, 2014).

O território do Cajueiro situa-se às margens do que dizem ser a segunda baía mais profunda do mundo, a Baía de São Marcos, um relevante complexo estuarino na

¹⁶ Figura elaborada a partir de imagens de satélite da comunidade do Cajueiro, no município de São Luís/MA, por meio do programa *Google Earth Pro* (*Landsat/Copernicus*).

Zona Rural da capital maranhense. Para alguns moradores e praticantes das religiões afro, a Baía de São Marcos é local sagrado, sendo também morada dos encantados — entre eles, estão Dom João e Princesa Iná, filha de Dom Sebastião, cujas terras de seus castelos “estão no fundo mar”.

É válido destacar que a comunidade do Cajueiro, também denominada “Vila Cajueiro” ou “Sítio Bom Jesus do Cajual”, é formada por cinco pequenos núcleos: Parnauaçu, Andirobal, Guarimanduba, Morro do Egito e Sol Nascente. Apesar de esses núcleos apresentarem diferenças em seu processo histórico de ocupação, os moradores designavam toda a localidade como Cajueiro.

Ao longo do tempo, esses núcleos têm suportado sucessivas ameaças devido aos projetos imperialistas de desenvolvimento econômico estabelecidos na região, pelo Estado e pelo capital privado. Como resultado, essas comunidades rurais são fortemente atingidas por projetos desenvolvimentistas que ocasionam a expulsão e a desapropriação dos moradores das terras onde vivem, mantêm vínculos profundos e de onde retiram o sustento.

Portanto, entende-se que centenas de famílias compõem uma economia viva e enraizada no Cajueiro, que vivem nas comunidades do próprio território e que moram no entorno. A Vila Maranhão, por exemplo, é uma comunidade rural vizinha também atingida pelo TUP, e a pesca artesanal realizada no Cajueiro, um território pesqueiro, é feita para autoconsumo familiar e comercialização não apenas de quem reside nele. A população local tem convivido, então, de diferentes maneiras com o processo de instalação do TUP na área de Parnauaçu.

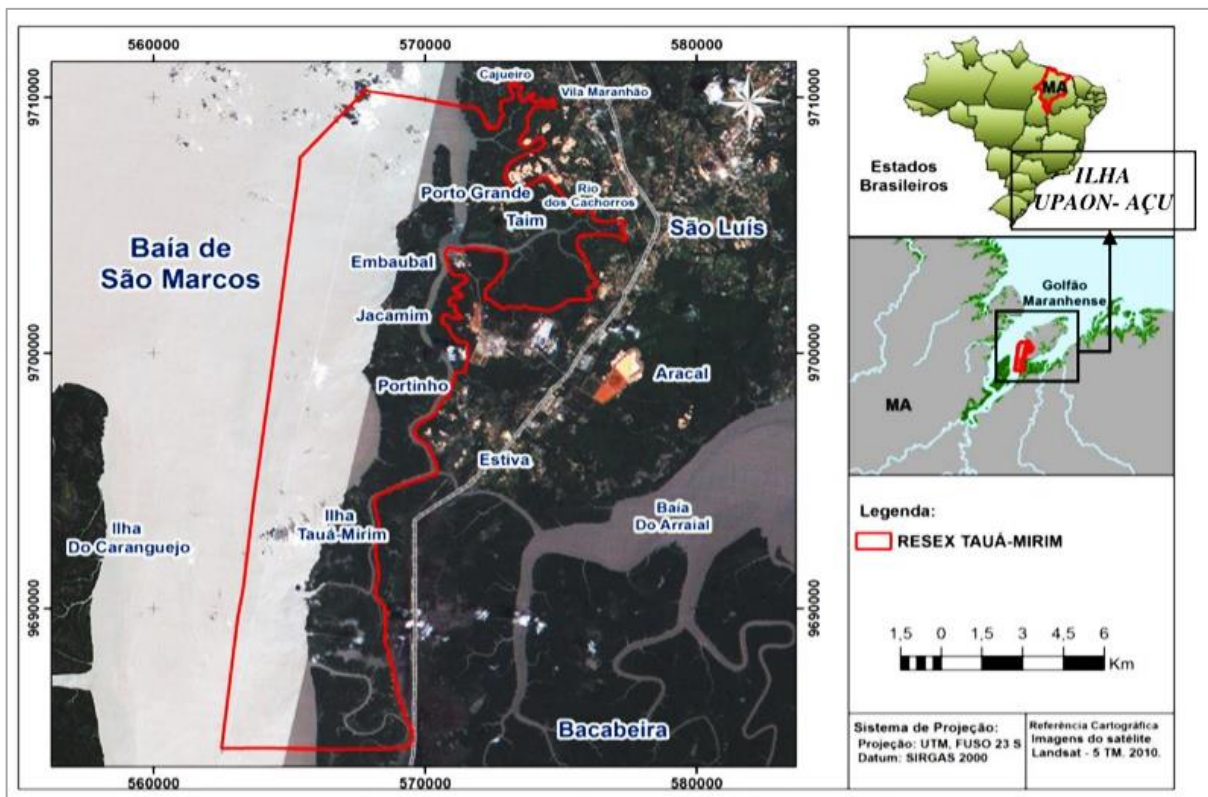
Considerando a sua conjuntura, a comunidade do Cajueiro é vista como área cobiçada para a implantação de um novo porto em São Luís, atualmente denominado TUP Porto São Luís S/A, empreendimento bilionário liderado pela CCCC com a participação da WPR São Luís Gestão de Portos e Terminais, braço do grupo WTorre. Esse terminal vai integrar o CPSL, onde já está instalado o Porto Público do Itaqui e os terminais privados da Vale e da Alumar.

Assim, pela sua posição geográfica, a capital maranhense tem condições de navegabilidade para os maiores navios cargueiros do mundo, através da baía de São Marcos (ALMEIDA; ARAÚJO, 2019). Diante disso, a lógica de expansão capitalista reúne a maioria dos governos, prefeituras, tribunais de justiça, lobistas e parlamentos das três instâncias (municipal, estadual e federal) celebrando um consenso, por meio do discurso de desenvolvimento, geração de empregos e crescimento econômico.

Contudo, cumpre salientar que os resultados são divergentes. Basta observar a cena visível da pobreza no entorno da grande região portuária de São Luís, a área Itaqui-Bacanga, que reúne por volta de 60 bairros periféricos. O que se percebe é a crescente pobreza da maioria da população dessas localidades, que se encontram vizinhas das fortunas transportadas pelos navios em nome do superávit da balança comercial. Além dessa discrepância, existem o vertiginoso processo de degradação ambiental e as alterações das dinâmicas sociais ali estabelecidas, provocadas pelos empreendimentos associados à logística portuária e à Vale.

Portanto, a expansão da infraestrutura de portos na capital maranhense não só ameaça a comunidade do Cajueiro, mas toda a área pretendida para a instalação da Resex Tauá-Mirim (Figura 5). Em decorrência disso, Moreira (2015) chama atenção para o fato de que há uma ameaça constante de expulsão dos moradores de suas terras, o que implica uma drástica alteração em seus modos de vida e suas condições de trabalho.

Figura 5 – Mapa da área pretendida para a Resex Tauá-Mirim



Fonte: Costa (2017).

Isso significa que a retirada compulsória de uma dessas comunidades do seu território e das suas raízes, como está ocorrendo com o Cajueiro, interferirá em todo

o espaço tradicional e o descaracterizará social, ambiental e culturalmente. Ademais, trará desestabilidade e insegurança àqueles que defendem seus modos e meios de vida (próprios de extrativistas marinhos), pois as pessoas que ali residem trazem consigo heranças e as aplicam nos seus modos de viver, produzir e ocupar o território.

Apesar desse evidente cenário, para que o projeto portuário alcançasse êxito na sua logística de transporte, o Estado assumiu o papel de mediador no comando de interesses privados e na criação da infraestrutura necessária para o funcionamento desse empreendimento. A partir desses acontecimentos, iniciam-se as alterações na dinâmica territorial da Zona Rural II, mais uma fase da expansão global da logística portuária (MOREIRA, 2015).

Ante o exposto, destaca-se que a preservação do Cajueiro ajuda a contar parte da história das comunidades de agricultores e pescadores do Maranhão. Situada na área em que se pleiteia a criação da Resex Tauá-Mirim, a comunidade considera que o projeto de construção do Porto Privado, pretendido pela WPR, compromete a sua existência de maneira agressiva e intimidante, devido à rapidez tendenciosa com que vem sendo executado, na tentativa de impedir qualquer discussão mais aprofundada em torno desse assunto (GEDMMA, 2014).

Essa comunidade é percebida por representantes governamentais e empresas multinacionais como um local com “vocação natural” e um ponto de partida para a implantação de grandes empreendimentos tendo em vista o “progresso” econômico da região (GEDMMA, 2014). No entanto, essa lógica dos grandes empreendimentos entra em embate com a lógica histórica da comunidade que, há anos, habita esse lugar, partilhando entre si modos de vida e trabalho, de apropriação e preservação do território, além de suas crenças e simbologias.

No contexto de modernização, a comunidade do Cajueiro vivencia um período em que as consequências dessa modernidade se agravam por converter os seres humanos em meras mercadorias. Desde a década de 1970, no Brasil, as marcas do progresso, do desenvolvimento e da globalização estão relacionadas a um cenário conflitivo devido a tomadas de decisões autoritárias em um país que é reconhecido como “democrático”. Tais marcas afetam diretamente a vida das comunidades locais e provocam lutas sociais pela permanência na terra.

Vale salientar que cada situação de conflito tem os seus recursos particulares e pode assumir uma ou mais causas. O território, por exemplo, instituído a partir da afirmação de um indivíduo ou grupo de indivíduos em um espaço apropriado, pode

ser um recurso de conflitos sociais, políticos, econômicos (SODRÉ; MATTOS, 2016). Como elemento analítico do território, a terra é, por primazia, um recurso em disputa, e inúmeros instrumentos são utilizados nas situações conflituosas que a envolvem.

Logo, torna-se necessário discutir as alterações e implicações do TUP Porto São Luís no modo de vida dos trabalhadores rurais do Cajueiro, para aprofundar, de maneira crítica, o estudo desse fenômeno. A seguir, será abordada tal questão e os seus reflexos na realidade da comunidade do Cajueiro.

2.3 As alterações ocorridas no modo de vida e nas condições de trabalho dos trabalhadores rurais da comunidade do Cajueiro frente à perspectiva de implantação do Porto Privado

Na Zona Rural do município de São Luís, mais precisamente na sua porção sudoeste, existem, pelo menos, 29 comunidades rurais que, direta ou indiretamente, sofrem os efeitos deletérios provocados pela poluição industrial, obras de instalação, operações portuárias, construção de projetos habitacionais, construções e instalações prediais em geral de interesse estatal e privado, os quais interferem nos modos de vida das comunidades historicamente estabelecidos¹⁷.

As comunidades que compõem a Zona Rural II de São Luís têm enfrentado fortes tentativas de deslocamentos, por parte do Estado do Maranhão e de empresas privadas, que visam usufruir desses territórios e conferir a eles outros fins, instalando projetos industriais e/ou infraestruturais que relembram as dinâmicas socioculturais ali constituídas.

Assim, os grandes projetos industriais inseridos em São Luís são vinculados a instituições públicas e privadas que modificam o modo de vida das comunidades escolhidas, demonstrando as ideias de desenvolvimento ligadas à industrialização e à modernização. Nesse sentido, a introdução desses empreendimentos no Maranhão foi realizada pelo PGC, a partir da sua força intensiva de explorar recursos materiais

¹⁷ A identificação dessas comunidades pode ser realizada por meio dos seguintes estudos: *Relatório sucinto de levantamento de comunidades tradicionais no entorno da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim* (GEDMMA, 2016); e *Lauda sócio-econômico e biológico para criação da Reserva Extrativista do Taim* (IBAMA, 2007). Nesses estudos, é possível identificar 29 comunidades que estão inseridas em um vasto território historicamente ocupado e com fortes vínculos intercomunitários, cujas formas específicas de organização e uso social dos recursos naturais existentes permitiram defini-las como comunidades tradicionais.

e, simultaneamente, expulsar as comunidades indígenas, quilombolas, camponeses, ribeirinhas e pesqueiras do seu território — atingidas durante o percurso.

Entretanto, nesse contexto, deve-se considerar o território comunitário como o espaço geográfico onde trabalhadores locais desenvolvem o seu modo de vida e as suas condições de trabalho, bem como criam vínculos afetivos, religiosos, culturais e sociais com o lugar. Sob esse ponto de vista, que também considera a permanência e a apropriação dos recursos do território como indispensáveis para a sobrevivência familiar e cultural do grupo social, Burnett (2021) reforça que a situação dos direitos humanos no Cajueiro é analisada:

[...] enquanto remoção de famílias de terra tradicionalmente ocupadas dentro do perímetro pretendido pela empresa bem como privação geral a todos que na região praticam formas de vida através da extração direta de recursos naturais animais e vegetais. (BURNETT, 2021, p. 3).

Portanto, considerando a diversidade política, econômica, social, ambiental e cultural do estado do Maranhão, é importante entender a conjuntura contemporânea em face da implantação de grandes empreendimentos econômicos no setor minero-siderúrgico. Somado a isso está o fato de que a implantação do TUP tem impactos ambientais que afetam as dinâmicas atuais dos modos de vida e das condições de trabalho, prejudicando, ainda mais, a comunidade do Cajueiro.

Esses projetos têm como característica a grandiosidade das construções, da mobilidade do capital e da mão de obra, além de exigirem o estabelecimento de uma infraestrutura adequada para instalar portos, ferrovias, usinas elétricas, aeroportos e núcleos urbanos (GUIMARÃES, 1995).

Nesse ângulo, Harvey (2011) afirma que a movimentação do capital se dá em torno do lucro, por meio de diversos campos de atividades que, mesmo diferentes, estão interligadas. A produção de novas formas de tecnologia e organização é um campo de atividade cujas modificações têm fortes implicações nas relações sociais e na relação com a natureza.

Como pontua Tavares (1987), à medida que o capitalismo avança no sentido da monopolização, o desenvolvimento interno de certas áreas e o atraso de outras passam a ser fenômenos típicos, que demandam novos esforços de teorização. Por conseguinte, o modo de vida da comunidade do Cajueiro vem se alterando desde a década de 1970 devido aos impactos das políticas desenvolvimentistas promovidas

pelo Estado, com a implantação de grandes projetos industriais e infraestruturais, tais como a Alumar, a Vale e a Termelétrica do Itaqui.

Essas políticas envolvendo grandes grupos econômicos, sobretudo empresas transnacionais, têm suscitado conflitos devido à luta e à resistência das populações dos territórios ocupados historicamente por comunidades tradicionais, com o intento de permanecerem em seus locais e manterem a sua cultura e reprodução social — conforme já explicitado.

Acerca dessa questão, Ferreira e Santos (2015) explanam que, considerando os princípios do desenvolvimento, seria necessário implantar e expandir políticas e programas que objetivam desenvolver o estado do Maranhão de forma integrada e sustentável. No entanto, o que prevalece é a implantação de grandes projetos, por empresas tecnificadas, que ocasionam a expulsão de populações tradicionais e, ao mesmo tempo, a descaracterização das formações e paisagens naturais, em prol da automação e do uso de recursos amazônicos.

Esses projetos são subsidiados por políticas governamentais apresentadas como indutoras de desenvolvimento econômico local. Todavia, o que se observa é a exploração dos recursos amazônicos por empresas nacionais e multinacionais, que os levam para outros centros, deixando a região com danos ambientais (FERREIRA; SANTOS, 2015). Em decorrência, as atividades realizadas no Cajueiro não ocorrem mais com a mesma intensidade.

Consoante Arcangeli (2018), a investida do Porto São Luís, a partir do projeto de instalação inicial, implica a destruição de 20 ha de mangues, o comprometimento de significativos mananciais de água potável e outros malefícios. Essas implicações ampliam, ainda mais, os impactos ambientais no território, já tão afetados pelo Porto do Itaqui, sobretudo pelas substâncias nocivas manipuladas, a exemplo do coque (21 toneladas em 2014), do carvão (1,16 milhão de toneladas em 2014) e da soda cáustica (32 mil toneladas em 2014), conforme relatório de cargas fornecido pela EMAP.

Mais recentemente, tem-se o caso da Termelétrica do Porto do Itaqui, a qual emite poluentes que ultrapassam o valor máximo permitido e, há pouco tempo, teve permissão, por parte do Ibama, para triplicar o valor-limite de emissão. Entretanto, essa concessão foi contestada pelo próprio Ministério Público Federal (MPF) (ARCANGELI, 2018).

Outra questão relevante comprometida pelos portos instalados na região é o equilíbrio ambiental, diante da poluição e das dragagens na Baía de São Marcos, o

que também pode ser observado na Praia de Parnauçú, desde a implantação da Alumar e do seu porto. No tocante a essa situação, Arcangeli (2018) relata, por meio de informações dos pescadores do Cajueiro, que:

[...] houve uma grande queda de pescados, inclusive com o desaparecimento de várias espécies (peixes, caranguejos, sururu entre outras), prejudicando bastante a alimentação e o sustento das famílias, que dependem dessas espécies para a sua reprodução social. (ARCANGELI, 2018, p. 80).

As dragagens do canal e a poluição dos empreendimentos na região dificultam o extrativismo, sobretudo a pesca, gerando o desaparecimento de várias espécies e a contaminação do mar e dos mangues. Como frisa o GEDMMA (2014), no contexto social e ambiental existem diversas injustiças, de modo que o Cajueiro se encontra, atualmente, em meio a uma ferrenha disputa territorial: de um lado, a empresa WPR São Luís Gestão de Portos e Terminais; de outro lado, o próprio estado do Maranhão com o seu aparato jurídico-legal.

Priorizando os ganhos estatais e o lucro das empresas, seus representantes deliberadamente abstêm-se de pensar meios menos agressivos de desenvolvimento, aliados às formas de usufruir da terra sem degradar tão fortemente as experiências e práticas que as comunidades possuem. A lógica predominante é dos enormes lucros, sem observar as consequências para as comunidades tradicionais da área rural de São Luís, negligenciando seu histórico de ocupação no local, suas práticas culturais e, sobretudo, seus direitos enquanto cidadãos de habitarem a sua terra.

O estado do Maranhão mobiliza-se para atender às amplas demandas de um projeto de incremento de infraestrutura logística na Baía de São Marcos, sem incluir as comunidades tradicionais nos planos de negócio. O Estado, então, regulamenta e efetua mediações entre o capital e o trabalho com o propósito de promover e acelerar o processo de acumulação interna (MESQUITA, 2007). Ele também assume o papel de empresário em áreas estratégicas para o desenvolvimento econômico almejado.

No entanto, convém destacar que as formas de apropriação territorial, por meio desses empreendimentos, e as suas implicações no modo de viver e de trabalhar da comunidade local necessitam ser levadas em consideração na implantação do TUP Porto São Luís no Cajueiro, diante do processo de transnacionalização do capital.

Com o anúncio do porto, as condições de trabalho alteraram-se e precarizaram-se sob o discurso de desenvolver o estado, em prol do investimento internacional de

arranjos transnacionais nos ramos de indústria e serviços. Para o Estado e o mercado, o uso comum da terra não é mais considerado, e sim tratado como forma atrasada de desenvolvimento. A terra é concebida como uma “mercadoria no seu sentido pleno, e impedindo que se constitua num fator de produção livremente utilizado” (ALMEIDA, 2008b, p. 136).

Nesse cenário, para o capital, a cultura e os modos de vida das populações são discriminados, invisibilizados e precisam desaparecer para que as suas terras sejam entregues ao mercado e ao lucro empresarial. Porém, a força de trabalho precisa de espaço para viver. A respeito disso, Harvey (1982, p. 8-9) evidencia que:

A terra é, portanto, uma condição de vida para a força de trabalho, da mesma maneira que é uma condição de produção para o capital. O sistema de propriedade privada que exclui o trabalho da terra como condição de produção também serve para o trabalho da terra como condição ou vida. Nas palavras de Marx, “o poder monstruoso dirigido pela propriedade fundiária, quando unido de mãos dadas ao capital industrial, capacita-a para ser usada contra trabalhadores engajadas em sua luta salarial, como um mecanismo de praticamente expulsá-los da terra como em local de moradia”.

Porém, o que importa focalizar aqui é o sentimento de permanecer nas terras que compõem a gleba do Cajueiro, como forma de reprodução social e simbólica do grupo. Por meio da memória viva, os moradores acionam traços, histórias, relatos que estabelecem a fronteira entre quem “nasceu e foi criado” no local, em contraposição àqueles “de fora”, cujo deslocamento não pesaria, na maioria dos casos, no processo de negociação das terras (GEDMMA, 2014).

Ao longo dos anos, o Cajueiro vem recebendo moradores com distintos modos de vida e interesses, chamados, pelos habitantes mais antigos e famílias ancestrais, como “os de fora” que “atrapalham a luta” (GEDMMA, 2014). Nesse sentido, Pedro (2017) salienta que “os de fora” possuem uma relação de exploração mercantil com o território, diferente da relação dos moradores antigos. Em virtude disso, segundo a autora, na visão das lideranças, os novos moradores não fazem parte da comunidade, por não terem uma ligação ancestral com o território nem com o modo de vida típico dos habitantes mais antigos.

Sob uma visão socioeconômica, esses indivíduos foram atraídos pelo Estado, por meio do anúncio de projetos industriais e logísticos, como porto e siderúrgica, e chegaram ao Cajueiro impelidos pela oportunidade de especulação fundiária, aluguel de galpões para armazenamento de cargas e outros proveitos, tentando, com isso,

a apropriação, o desmatamento e a concentração das terras, antes pertencentes às famílias tradicionais. Atualmente, é a própria WPR com o seu projeto do TUP que atrai “os de fora” (GEDMMA, 2014; PEDRO, 2017).

Essa situação é aproveitada pela empresa tanto para tentar criminalizar as lideranças quanto para tentar desqualificar a resistência e posse das famílias mais antigas da comunidade. Contudo, como ocorre em muitos outros espaços na luta por reconhecimento e manutenção de seu território e modos de vida, existem diversas contradições nessa localidade (GEDMMA, 2014; PEDRO, 2017).

No decorrer dos anos, com a instalação de grandes projetos e incentivos do Estado para cada vez mais empreendimentos surgirem na região, a comunidade do Cajueiro tem recebido muitas pessoas com interesses antagônicos e modos de vida bastante distintos. De acordo com Arcangeli (2020, p. 171-172), essa situação se intensificou com o projeto do TUP da WPR:

Essas pessoas, são caracterizadas como “os de fora”, “os que não nasceram no Cajueiro”, “os que não fazem parte da comunidade”, pois estão no território para ter alguma vantagem econômica, seja com a especulação imobiliária (chamada de “cultura da indenização”), seja com vantagens comerciais diversas, como aluguel de galpões. Essas pessoas são também utilizadas pela empresa para buscar desqualificar a resistência e deslegitimar a posse dos moradores tradicionais que querem permanecer na comunidade e manter o seu modo de vida tradicional.

As pessoas conhecidas como “os de fora” fragilizam, portanto, o movimento de luta contra o empreendimento portuário, por terem objetivos diferentes em relação aos moradores tradicionais que querem permanecer na comunidade. Para “os de fora”, os interesses são meramente econômicos, pois se aproveitam do conflito por terra para especular imóveis no local ou aguardam indenização. Muitas vezes, esse movimento descaracteriza as condições de trabalho da comunidade, visto que nem todos “os de fora” trabalham com agricultura ou pesca.

Dessa maneira, as contradições existentes no Cajueiro surgem desde o início do processo de instalação do porto e se aprofundam entre os moradores em disputas internas, fragilizando o enfrentamento por uma parcela da comunidade. Para alguns trabalhadores, existe, atualmente, uma divisão na comunidade entre quem é a favor e quem é contra a instalação do TUP — o que vem atrapalhando a organização da população local para lutar contra a instalação.

A partir dessa perspectiva, compreende-se que o processo de organização dos trabalhadores do Cajueiro enfrenta as correlações de forças externas em relação ao Estado e ao grande empreendimento, bem como resiste às forças internas contrárias dentro do próprio movimento. Isso acontece porque o movimento não é homogêneo, nele existem disputas internas que fragilizam a luta.

Mesmo com as contradições existentes na luta vivenciada pela comunidade do Cajueiro, observa-se que a consciência crítica dos trabalhadores evolui nessa disputa socioterritorial e que parte significativa dos trabalhadores envolvidos se mantém firme nessa luta, apesar das fragilidades percebidas, caracterizando-se como uma direção consciente na resistência concreta e coletiva contra a instalação do Porto Privado.

Na realidade do Cajueiro, como assinala Moreira (2015), o empreendimento portuário gerou insegurança nas comunidades estabelecidas na faixa de influência direta, particularmente no referido povoado, acarretando conflitos pela permanência na terra. A partir de então, deu-se a largada para os espaços de exploração, situados geralmente em regiões ainda povoadas e conservadas, a exemplo da comunidade em foco neste estudo.

Contudo, de acordo com Moreira (2015), é preciso pontuar a seletividade do capitalismo, o que significa que ele não se expande por acaso, pois faz de antemão uma especulação espoliativa que o conduz às terras de grupos sociais vulneráveis. Logo, a ampliação dos complexos portuários em São Luís agride o Cajueiro e todas as comunidades que lutam pela Resex Tauá-Mirim. Como resultado, há uma severa intenção de expulsar os moradores de suas terras, ocasionando mudanças em seus modos de vida e suas condições de trabalho.

Ao analisar o modo de vida característico do Cajueiro, Alves (2016) aproxima-se de algumas conclusões acerca dos reflexos na luta dos trabalhadores:

A luta política historicamente configurada informa, em grande medida, o sentimento que as lideranças e seus moradores têm ao falarem do “lugar”, remetendo às gerações passadas, onde conseguiram obter patrimônios, tais como suas casas e seus terrenos, suas plantações, e também a memória coletiva de seus ancestrais. São estes referenciais que têm sido mobilizados e que dão sentido e unificam a luta política diante dos processos decisórios do Estado e das empresas num contexto em que novas fronteiras econômicas avançam sobre territórios. (ALVES, 2016, p. 3).

Nesse sentido, o “cuidar um dos outros” é parte desse sentimento de viver em comunidade, que foi perdido diante da instalação desses grandes projetos nos anos

1980 e que, hoje, ainda se encontra ameaçado pelo TUP Porto São Luís. Para entender melhor a dinâmica de expansão do capital e seus efeitos na Zona Rural II de São Luís, na atualidade, é preciso se aproximar dos atores envolvidos na disputa pelo território, visto que eles encontram uma causa a ser defendida, demonstrando a sua iniciativa perante uma problemática de natureza político-econômica (LENOIR, 1998).

Sabendo disso, não é possível apreender as causas reais desse problema sem considerar as forças produtivas e as relações de poder que ali se desenham. Como salienta Arcangeli (2020), a perspectiva de instalação do TUP e sua logística, para garantir a exportação de celulose, grãos e farelo de soja, importação de fertilizantes, armazenamento de carga e implantação de acessos internos, provoca insegurança pelas ameaças de expulsão do território, perda de moradia e trabalho, que implicaria sérias mudanças na vida dos trabalhadores dessa comunidade.

Portanto, a empresa, agindo de maneira litigiosa, vem alterando o cotidiano e o modo de vida da comunidade, acarretando inseguranças e desarmonias entre os moradores, por meio de pressões individualizadas, para venderem as residências e os terrenos. Para isso, são contratadas empresas de segurança que atuam de forma ostensiva através de vigilantes armados, os quais fazem rondas, controlam o direito de ir e vir dos moradores, realizam fiscalizações, efetuam revistas e limitam “o acesso às áreas de produção e coleta no território” (BURNETT, 2021, p. 4).

O conjunto dessas ações tem prejudicado a população que utiliza os recursos naturais como condição necessária para a sua sobrevivência, ferindo o direito dessa comunidade rural de permanecer em sua terra e de ter acesso ao trabalho, quer seja no exercício do extrativismo vegetal e animal, quer seja na prática da agricultura ou da pecuária.

Considerando o alto valor alimentício e o significativo retorno financeiro que a pesca constitui para a comunidade, a privatização da Praia de Parnauçú por meio do TUP caracteriza a preeminente privação e ameaça à existência do Cajueiro enquanto comunidade tradicional (BURNETT, 2021). Além disso, considera-se a existência dos impactos ambientais na referida comunidade, tendo como exemplo o desmatamento ilegal que comprometeu a região de Parnauçú (Figura 6). Tal situação já é visível, pois foi destruído um ecossistema reconhecido pelo próprio EIA/Rima.

Figura 6 – Cajueiro, São Luís-MA: área desmatada em Parnauaçú por obras do TUP Porto São Luís



Fonte: DPU... (2019).

Outro exemplo de intervenção da empresa WPR em favor da instalação do TUP foi a demolição das casas de trabalhadores da comunidade (Figura 7), contando com o aparato policial do Governo do Estado do Maranhão, instaurando desrespeito aos direitos de dezenas de moradores da comunidade.

Figura 7 – Cajueiro, São Luís-MA: demolição de moradia em área reclamada pela empresa



Fonte: Castro (2020).

É possível visualizar um violento processo de esvaziamento da comunidade do Cajueiro, motivado pelas pressões do capital e caracterizado pela destruição arbitrária de casas e desapropriação das famílias que resistem à exploração da empresa WPR. Essas práticas são predatórias e marcadas pela extrema truculência, na qual fazem uso de diversos recursos de violência com a participação e garantia do poder estatal. Dessa maneira, a imagem retrata a pressão viva do que os trabalhadores vivenciam, pois segundo Burnett (2021, p. 9):

[...] as situações vivenciadas pelas demolições de residências são atos de violência e os relatos daqueles que sofreram as perdas confirmam os efeitos de atos inesperados da maioria de tais ações, transmitindo a ideia de poder inquestionável de decisão e mando dos representantes da empresa através de informais comunicados e truculentas ações de demolição.

Os trabalhadores seguem sob ameaças de desapropriação das terras, com o risco de que novas casas possam ser destruídas. As famílias do território tradicional do Cajueiro identificam como violadoras do seu direito à terra e território as empresas nacionais e transnacionais que vêm expropriando violentamente e ameaçando sua existência e seus modos de vida.

Todavia, em meio a essa ferrenha disputa entre comunidade e empresa, os trabalhadores do Cajueiro lutam e buscam se fortalecer diante das ações de ameaça e desrespeito aos seus direitos, para preservar o seu modo de vida e território, por meio de várias estratégias de resistência. A luta em defesa do território mantém os trabalhadores organizados e articulados com entidades externas, tais como: a CPT; o GEDMMA; a Central Sindical e Popular (CSP) Conlutas; representantes da Defensoria Pública do Estado (DPE) e do Ministério Público do Maranhão (MPMA); políticos como o deputado Bira do Pindaré e a ex-vereadora Rose Sales; e o Coletivo Nódoa (jovens da universidade).

Nessa articulação, trabalhadores e entidades têm demonstrado um alto nível de organização conjunta. Assim, por meio desses processos de luta e resistência, os trabalhadores do Cajueiro têm descortinado e enfrentado as investidas da WPR para defender e garantir a terra como condição de sobrevivência. À vista disso, serão discutidas a organização e a resistência dos trabalhadores rurais da comunidade em questão, frente à perspectiva de instalação dos grandes projetos industriais e à luta pela terra em nível nacional e, de modo particular, no Cajueiro.

3 A ORGANIZAÇÃO E A RESISTÊNCIA DOS TRABALHADORES RURAIS NA LUTA PELA TERRA NO BRASIL E AS PARTICULARIDADES DE CAJUEIRO EM SÃO LUÍS-MA

Na história brasileira, observam-se muitos conflitos e revoltas populares, tanto em áreas rurais quanto urbanas, que determinam o surgimento de diversas lutas em diferentes momentos e localidades, que podem resultar em mudanças na sociedade. O desenrolar dessas lutas, além de revelar transformações, ensina muitas lições de estratégia e tática de resistência que foram (e são) usadas com distintos conteúdos e intenções. Um exemplo atual e claro disso são as lutas dos trabalhadores rurais pela terra no país, que, ao longo dos anos, têm ensinado diferentes táticas e estratégias de resistência contra as situações que ameaçam as suas condições de existência e trabalho. Esse é o grito daqueles que entendem que a vida é feita de luta e resistência.

Na esteira desse processo, a concentração da terra, os decorrentes privilégios e poder político de poucos estão na raiz dos conflitos no campo brasileiro, visto que essa realidade tem gerado pobreza, desigualdade e violência contra as comunidades tradicionais e trabalhadores rurais. Esses conflitos, vivenciados historicamente pela humanidade, desdobram-se por todas as épocas. Dessa maneira, a resistência da população a esse processo de concentração, expropriação e exclusão tem início nos tempos coloniais e mantém até a atualidade.

É evidente, portanto, que a propriedade da terra sempre esteve em pauta no país, sobretudo porque ela engloba não somente uma questão econômica e política, mas também uma relação social caracterizada pelo domínio e submissão, bem como pela escravidão e sujeição, uma das marcas culturais da sociedade rural ainda não completamente superada.

Nesse sentido, a propriedade da terra é constituída como uma relação social, haja vista que, como salienta Martins (1975, p. 169), no capitalismo, ela envolve um processo de “trocas, mediações, contradições, articulações, conflitos, movimento, transformação”. A apropriação da propriedade, seu controle e, especialmente, sua concentração por determinada classe quase sempre implicam o domínio político-econômico de um lugar, uma região e pessoas (MIRANDA, 2010).

A violência desse processo suprimiu as formas de expressão cultural e destruiu a soberania e autodeterminação dos povos. Por conta disso, a luta pela terra no país é uma expressão de resistência dos trabalhadores. No Brasil, o processo histórico de

espoliação da terra tem ocasionado várias marchas de resistência de trabalhadores rurais ao longo dos anos. Todas as formas de lutas foram desenvolvidas de acordo com os aspectos objetivos e subjetivos de cada momento histórico, pelos sujeitos sociais do campo, que, em razão de sua história, protagonizam experiências contra a propriedade privada. Há sempre uma razão pela qual lutar, e em todos os conflitos, crises e batalhas, se desenvolve uma estratégia.

Dentro desse panorama, como delinea Miranda (2010), as diversas formas de luta pela propriedade da terra marcaram a resistência produzida no cotidiano dos trabalhadores rurais. No entanto, no Brasil, o problema da terra não envolve apenas sua distribuição, pois o Estado, historicamente, tem procurado fragmentar e destruir as formas de organização dos trabalhadores rurais, para impedir que esse problema “constitua mediações políticas que envolvam necessariamente uma redefinição do pacto político que sustenta o Estado” (MARTINS, 1986, p. 61).

No que diz respeito à expropriação, no Brasil, ela tem suas origens atreladas, no capitalismo, às relações de produção no campo e à concentração fundiária, pois o capital corroborou globalmente, de maneira intensa, a dissociação dos produtores dos seus meios produtivos para fomentar as potências de produção (DOLCE, 2020).

Diante desse movimento contraditório, Marx (2013) evidencia que a forma de reorganização do trabalho não só conserva a sua separação, mas também reproduz cada vez mais, em ampla escala, o distanciamento do trabalhador dos seus meios necessários. Esse movimento de separação do trabalhador do campo do seu modo de produção constituiu, assim, as condições para a consolidação do capitalismo.

Nesse fluxo, a classe trabalhadora é a categoria que está sujeita a ter a sua atividade de criação e transformação da natureza sob o controle do capital. Com isso, o capitalismo determina o que, de fato, é a classe trabalhadora. Do mesmo modo, ela resulta das expropriações que iniciaram nos séculos XV e XVI e ainda estão em curso no Brasil e no mundo.

A lógica social capitalista continua sendo, em regra, a lógica de expulsão dos trabalhadores rurais do campo, tornando aqueles que eram trabalhadores do campo, com capacidade de se nutrir e se reproduzir, em trabalhadores que precisam vender sua força de trabalho a fim de subsistir — e isso marca objetiva e subjetivamente a maioria da população mundial atualmente.

Na análise de Oliveira (2019), a separação entre o trabalhador e os meios necessários para a sua subsistência é a razão pela qual se cria uma subordinação do

trabalhador às relações de produção capitalista. Dessa forma, a exploração dos povos e terras tem sido usada para aumentar os lucros e garantir a potencialidade do capital. Convém destacar, ainda, que essa expansão presume a expropriação como condição para a sua reprodução.

A luta pela terra no Brasil mobiliza-se, então, em meio a tais acontecimentos. No tocante à classe trabalhadora e suas lutas, levando em conta as relações sociais antagônicas do capitalismo, entende-se a classe, as lutas e os movimentos sociais como produtos históricos em constante reformulação. Assim, a luta e a organização dos trabalhadores rurais devem continuar cada vez mais forte na resistência contra a retirada de seus direitos.

Portanto, é contra a extinção de suas existências, identidades e culturas que os trabalhadores rurais também permanecem na luta por suas terras. Partindo dessa premissa e considerando as particularidades da comunidade do Cajueiro, a luta dos trabalhadores rurais que pertencem a essa terra e suas resistências às ameaças de deslocamento compulsório, devido à construção de um novo porto privado no local, envolvem as suas estratégias de sobrevivência em busca da garantia de terra para morar e subsistir.

É oportuno dizer que a história das lutas dos trabalhadores rurais explorados, subordinados politicamente aos grandes proprietários e excluídos dos mais basilares direitos políticos e sociais implica a dificuldade de preservação da sua memória social. Isso porque, segundo Medeiros (1989), a história que foi disseminada a respeito do trabalhador do campo é uma versão construída pelo poder de uma classe dominante.

Durante muito tempo, esse poder dominante levou “a pensar o trabalhador rural como passivo, submisso, cordato, incapaz de formular seus próprios interesses e de lutar por eles” (MEDEIROS, 1989, p. 11). Com efeito, as lutas desses trabalhadores em prol de melhores condições de vida e trabalho deixaram testemunhos no decorrer da história, contudo, no curso das correlações de força entre as classes, essa história foi registrada com distorções na trajetória da classe trabalhadora.

No tocante a isso, ao discorrerem sobre conflitos territoriais, Sauer e Perdigão (2017, p. 245) esclarecem que, na conjuntura brasileira, “a luta pela terra tem sido liderada por famílias sem-terra, indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais (seringueiros, extrativistas, quebradeiras-de-coco, ribeirinhos, etc.)” que necessitam do acesso à terra, com concepções divergentes dos direitos de propriedade privada. Logo, a luta pela terra, intensamente influenciada pela história recente do Brasil e da

América Latina como um todo, está profundamente relacionada às lutas e demandas dos trabalhadores rurais.

Com esse enfoque, a expressão “luta pela terra” vem assumindo, até mesmo pela ressurgência de sujeitos sociais, significados diferentes, referindo-se também a reivindicações de direitos territoriais e à resistência desses sujeitos e comunidades tradicionais contra a expropriação de terras e recursos, provocada pelo chamado desenvolvimento (SAUER; PERDIGÃO, 2017).

Todavia, convém explicitar que, neste trabalho, não se pretende dar conta do conjunto das lutas ou de todas as formas de organização e resistência no decurso da história de colonização da América Latina e do Brasil. Faz-se somente o esforço de registrar os seus momentos mais significativos, do ponto de vista da experiência que acumularam e dos seus desdobramentos, além de reforçar que diversas lutas foram travadas para o enfrentamento da opressão político-econômica do poder dominante.

Nessa perspectiva, no Maranhão, observam-se os processos de expropriação territorial de grupos e povos tradicionais relacionados à expansão do capital nacional e internacional, notadamente na comunidade do Cajueiro em São Luís, tendo em vista que essa comunidade vivencia os reflexos de investimentos e da violência de grandes projetos desenvolvimentistas. Na iminência de ter o território espoliado e sua tradição extinta, os trabalhadores rurais de Cajueiro lutam para preservar seu território e modos de vida.

Diante desse panorama, os trabalhadores rurais de Cajueiro vêm resistindo fortemente à lógica de ação dos novos empreendimentos no local, ou seja, a todas as tentativas de instalação do Porto Privado em sua terra. Desse modo, a luta pela terra expõe a história de desigualdade, exploração e expropriação, instituindo um canal de distinção entre as classes, principalmente sobre a questão da disputa entre posse e uso da terra por aqueles que convivem, utilizam e sobrevivem nela (SILVA, 2019).

É cabível dizer que, na metade do século XIX, especialmente com a Lei de Terras de 1850, a terra passou a obter, no Brasil, preço para compra e venda. Essa comercialização, dentro do capitalismo, acarretou a exploração da mão de obra de trabalhadores privados dos meios de produção (OLIVEIRA, 2019). Através dessa lei, percebe-se a restrição da posse da terra no país, pois essa norma legal garantia a propriedade da terra àqueles que já a possuíam.

Além disso, a posse da terra por uma minoria, constituída pelos latifundiários, propiciou uma série de manifestações — entre elas, os movimentos messiânicos em

1893. Dessa forma, caberia aos trabalhadores rurais lutar pela terra como condição de sobrevivência, espaço de moradia, condições de trabalho e vida, bem como resistir para permanecer nela enquanto seu lugar de referência (OLIVEIRA, 2019).

Consoante Santos, Silva e Mateus (2017), pode-se entender que a luta pela terra é marcante em todos os períodos da história do Brasil e que a sua simbologia é permeada por outras lutas — contra toda forma de dominação e opressão, contra o processo exploratório capitalista em relação à classe trabalhadora. Trata-se, então, de uma aglutinação de forças visando à libertação.

Sendo assim, evidencia-se que a luta pela terra é uma ação desenvolvida pelos trabalhadores rurais para resistir contra a desigualdade e a expropriação. Em todos os períodos, os trabalhadores do campo lutaram pela terra das mais variadas formas, para adentrar nela, bem como pela liberdade humana, construindo organizações históricas (FERNANDES, 1999). Em outros termos, como explana o autor citado:

Desde as lutas messiânicas ao cangaço. Desde as Ligas Camponesas ao MST, a luta nunca cessou, em nenhum momento. Lutaram e estão lutando até hoje e entrarão o século XXI lutando. Desde as capitâneas hereditárias até os latifúndios modernos, a estrutura fundiária vem sendo mantida pelos mais altos índices de concentração do mundo. Esse modelo insustentável sempre se impôs por meio do poder e da violência. (FERNANDES, 1999, p. 1).

Vale destacar ainda que, além da disputa pela terra, é importante reconhecer a necessidade da luta pela superação das contradições estruturais da sociedade e pela dominação dos povos e comunidades tradicionais. No que concerne à discussão, é inviável desintegrar as ocupações de terras da concentração fundiária, uma vez que esses processos sempre se expressaram concomitantemente, configurando um dos maiores problemas políticos do Brasil, isto é, a questão agrária.

Nesse sentido, a questão agrária no país desdobra-se, impreterivelmente, por esse eixo, em que o capitalismo instaura uma violenta forma de apropriação, a fim de continuar amontoando bens e propriedades. Em face da concepção evidenciada, tal questão é conflituosa na medida em que põe à margem da propriedade aqueles que efetivamente trabalhavam na terra (MARTINS, 1979).

Por conta disso, tornam-se essenciais as estratégias de luta dos trabalhadores rurais e dos movimentos sociais ligados à questão agrária, bem como suas formas de organização e resistência em relação aos setores proprietários, ante os vários meios de exploração e opressão. Logo, a resistência dos trabalhadores rurais se manifesta

em diversas ações baseadas nas mais variadas formas e movimentos, de acordo com o seu contexto histórico.

O conflito no campo é a luta de classe dos trabalhadores rurais privados dos meios de produção em um sistema econômico e social que coisifica as relações humanas, mercantilizando-as. É nesse cenário de contradições e distintas formas de exploração e opressão que as classes subalternas fomentam a sua capacidade de resistir.

Historicamente, o conflito e a violência são traços marcantes do processo de desenvolvimento e ocupação do país, vivenciados nas constantes lutas e resistências dos trabalhadores rurais (OLIVEIRA, 2001). Essas lutas mostram que sempre existirá uma razão pela qual lutar e se apresentam como resistência popular, buscando negar todas as violências históricas desenvolvidas pelo capitalismo.

Entretanto, para a resistência ganhar forma, ela precisa de uma organização que lute não apenas por demandas imediatas, mas por necessidades que vão além do manto de servidão definida pela classe dominante. Em outros termos, é imperativa uma organização centrada no projeto político, que se move para alcançar a “revolução proletária” defendida por Gramsci (1995).

No pensamento de Gramsci (1995), essa revolução presume um novo conjunto de normas e novas formas de sentir, pensar e viver das classes trabalhadoras. Por entender que essa revolução se realiza tanto para direcionar os trabalhadores quanto para superar sua condição de subordinação, a luta dos trabalhadores rurais pela terra não está dissociada das lutas mais gerais dos trabalhadores, porque é somente com o fim do sistema de expropriação e sujeição que eles podem viver longe da opressão e da subalternidade.

Nessa direção, Cardoso (1995, p. 93-94) notabiliza o “instinto revolucionário”, segundo o qual: “É necessário deixar aflorar a recusa espontânea da ordem existente pela vontade de acabar com os exploradores que os protegem — e a aptidão para a organização”. Paralelo a isso, a classe trabalhadora também deve conquistar o poder intelectual, o qual é capaz de tirar as massas da passividade e construir outra ordem social mediante o desenvolvimento da organização e da consciência de classe no interior das lutas.

Levando em conta que a organização política e a consciência são categorias fundamentais no contexto de luta, é relevante destacar o percurso histórico das lutas no Brasil, marcado pela resistência na conjuntura de disputas antagônicas. De acordo

com Silva (2019, p. 123), resistir “significa imergir na história, no cotidiano, acreditando no horizonte intransponível no tempo e espaço e na vivência do conflito e contradição inerentes ao processo de construção e (re)construção da história”. Significa, então, transpor a condição de alienação, deixando de obedecer às condições impostas em um determinado momento.

A resistência move-se por toda a história, já que, em diversos momentos, os trabalhadores precisam deixar de obedecer às normas estabelecidas pela sociedade capitalista, tendo em vista sua sobrevivência. No caso específico dos trabalhadores rurais, essa resistência penetra cotidianamente na sua história de luta. Desse modo, resgatar tal história contribui de várias formas na constituição desses trabalhadores como sujeitos coletivos.

Além disso, com essas lutas, os trabalhadores buscaram paulatinamente se incluir em movimentos e organizações que lhes deram seguimento e sentido. Nessa perspectiva, Medeiros (1989, p. 9) enfatiza que “a luta dos trabalhadores rurais, além do seu valor histórico, nos lembra da mesma forma que toda história é história dos homens, realizada de carne, de paixão e de esperança”.

É no valor histórico da luta dos trabalhadores rurais, em que são evidenciadas as relações desiguais em torno da terra, que eles travam seus conflitos durante anos, por meio das formas de organização e consciência. Considerando esses processos, serão pontuadas algumas expressões de luta, a começar pela dos povos indígenas em busca de suas terras no período colonial e, hoje, pelas demarcações, nas quais não há respeito dos latifundiários (MEDEIROS, 1989).

Além dessa forma de resistência, é cabível delimitar a luta dos escravos para fugir da condição de escravidão, na busca por uma terra para formar seus sistemas econômico, social e político. Nesse cenário de lutas e fugas dos escravos, emergiram os quilombos, que representam, historicamente, o lugar de articulação de forças dos negros. Essas fugas eram habituais para escapar da exploração e maus-tratos dos senhores e, por vezes, se mostraram de maneira organizada. No cenário atual, as lutas se expressam em respeito às áreas demarcadas por lei (MEDEIROS, 1989).

Nos anos 1950, tem-se a eclosão de ligas camponesas, associações e uniões, levando para a cena política a luta dos trabalhadores rurais no que concerne ao seu reconhecimento pela sociedade. Além disso, essas lutas ressoaram vigorosamente nos centros de poder, fazendo da reforma agrária um importante eixo de discussão política. Convém ressaltar que a imagem das lutas do trabalhador do campo sofreu

manipulação por parte da elite, que apresentava os trabalhadores como incapazes de lutar e se organizar pela defesa dos seus direitos (MEDEIROS, 1989).

Porém, tal visão é totalmente distorcida, pois os trabalhadores rurais seguem incansáveis na luta pela terra (MEDEIROS, 1989). Em contrapartida, na organização da classe dominante, sua estratégia política de desmobilização da massa camponesa, “em nome da defesa e da ordem, os latifundiários e o governo utilizaram as forças militares, promovendo guerras políticas. Não era a monarquia que combatiam, mas sim a insurreição dos pobres no campo” (MARTINS, 1981, p. 62).

Essa situação, a começar pelo Golpe de Estado de março de 1964, provocou a desarticulação do movimento organizado dos camponeses, através da repressão oficial, da intervenção nos sindicatos e da violência privada dos latifundiários. Apesar disso, atualmente, pode-se notar que a luta dos trabalhadores rurais persiste. Cita-se, a exemplo, os posseiros, que lutam contra a expropriação, os grileiros, jagunços e latifundiários (MARTINS, 1981).

Além disso, é possível citar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que expressa o movimento de luta em prol da terra, com força nacional e contra as mazelas geradas pelo sistema capitalista. O MST tem a sua origem nos anos 1980, como movimento de massa, agregador de forças e de contestação contra o Estado pelo não cumprimento da lei da Reforma Agrária (OLIVEIRA, 2001).

De acordo com Fernandes e Stedile (1999), o MST surgiu em um contexto de confronto e resistência contra a política de desenvolvimento agropecuário, implantada no decorrer do Regime Militar. Com base em documentos do MST (1997), as ações das ligas camponesas resistiram até 1964 — momento em que diversos movimentos contrários ao regime foram derrotados pelos militares.

Na época da Ditadura Militar, houve um processo de perseguição ideológica, política e de ações coercitivas seguidas de violência, quando muitos trabalhadores foram exilados e assassinados, desmobilizando-se a luta pela Reforma Agrária e por qualquer direito trabalhista ou previdenciário. Conforme Fernandes (2001, p. 41), a ação repressiva do Estado “significou a impossibilidade de os camponeses ocuparem seu espaço político para lutarem por seus direitos, participando das transformações fundamentais da organização do Estado brasileiro”.

Mesmo nesse contexto, o MST retomou as lutas camponesas, declarando a luta por terra e pela Reforma Agrária como uma bandeira de enfrentamento contra o capital e sua estratégia de apropriação do território. É fundamental enfatizar que o

MST não é o único movimento de luta na atualidade, visto que outras organizações de trabalhadores surgiram e conquistaram novos espaços, em prol da instauração da democracia no Brasil, na cidade e no campo (MIRANDA, 2010).

Assim, como resultado da ação da sociedade, apareceram vários movimentos políticos — dentre eles: a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Igreja Católica, mediante a CPT, diversos partidos políticos, sobretudo de oposição, bem como outras parcerias organizativas (MIRANDA, 2010).

Mais recentemente, destaca-se a CSP-Conlutas, uma organização sindical do Brasil, que reúne uma gama de movimentos de luta¹⁸ contra as reformas neoliberais efetuadas durante o governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Essa central sindical atua a favor de demandas imediatas e históricas da classe trabalhadora, com o objetivo de lutar contra qualquer forma de opressão e exploração, visando alcançar as condições necessárias para “construir uma sociedade socialista, governada pelos próprios trabalhadores” (CSP CONLUTAS, 2011, p. 1).

Em decorrência das mazelas geradas pelo sistema capitalista no Brasil, Oliveira (2001) explica que os trabalhadores rurais lutam para entrar e permanecer na terra, o que os torna uma classe em luta permanente. Todavia, não se trata apenas da luta por um meio de vida; é mais que isso: é uma luta estratégica visando à construção de uma nova sociedade para todos.

Nesse sentido, a construção de uma nova sociedade, consoante Cardoso e Silva (2020), se fortalece na luta social concreta, instituída pelas condições objetivas e subjetivas da luta de classe. Essas condições se estabelecem como determinantes das formas de organização e resistência dos trabalhadores rurais, com a finalidade de enfrentar as contradições presentes nos distintos contextos por eles vivenciados.

Essas formas de organização e resistência têm um papel decisivo e concreto na formação da consciência de classe e na condução do processo revolucionário. De tal modo, é essa luta de classes que reescreve a história, impelida por uma intenção, uma consciência constituída, essencialmente, através das relações de produção, do trabalho e das condições que lhe são impostas (CARDOSO; SILVA, 2020).

¹⁸ A CSP-Conlutas (2011) integra, na mesma organização nacional, os movimentos rurais e urbanos, sindicais, populares, da juventude e de luta contra a opressão das mulheres, negros, homossexuais e outros segmentos.

No que tange à consciência de classe, Cardoso e Silva (2020) salientam sua relevância para a classe trabalhadora:

Quando organizada nas lutas de resistência à ação coercitiva da classe dominante, demonstra sua capacidade, força política e ideológica em defesa dos seus direitos fundamentais e da própria vida em busca da emancipação política e humana. (CARDOSO; SILVA, 2020, p. 107).

A consciência de classe é um ato prático, político, que se concretiza por meio das contradições evidenciadas na sociedade, do processo de estranhamento e, ao mesmo tempo, da reorganização do pensar e agir. Porém, para chegar ao processo descrito, essa consciência precisa estar associada à atividade educativa-cultural. Tal proposição, segundo Oliveira (2007, p. 104), “não invalida a ideia mais ampla de que a formação dos trabalhadores como classe para si realiza-se cotidianamente na luta contra a lógica de produção e reprodução do capital”.

Ao se aprofundar sobre a consciência das classes em luta, Oliveira (1987, p. 11) entende que elas “não se constituem em si, nem mesmo para si, mas para as outras”, uma vez que a consciência de classe, na concepção do autor, não pode ser vista como uma “autoconsciência”. Para ele, a consciência de classe decorre de um processo de consciência recíproca das classes e entre elas, ou seja, um movimento de reconhecimento que se constitui o “espaço da política”.

Esse espaço, por sua vez, é “o momento da subjetividade ou da subjetivação da objetividade” (OLIVEIRA, 1987, p. 12). Por isso, como ressalta o autor, a divisão da sociedade e as classes não são um pressuposto, e sim o resultado das relações sociais antagônicas. É nesse cenário de contradições e diante de várias formas de opressão que a classe trabalhadora luta contra as forças do capital e desenvolve a sua consciência de classe, se transforma e se descobre como sujeito político capaz de modificar a realidade, em uma relação entre teoria e prática.

Desse modo, pode-se dizer que os trabalhadores se educam e amadurecem no contexto da luta de classes (GRAMSCI apud OLIVEIRA, 2007). Por essa razão, a participação da sociedade civil em lutas sociais, nas esferas de partidos políticos, dos sindicatos e das associações de moradores, é essencial no processo de organização e consciência política dos sujeitos em luta (SILVA, 2019). Um exemplo atual e claro desse processo é a organização política presente na comunidade do Cajueiro.

Os trabalhadores rurais da comunidade se organizam coletivamente no intuito de enfrentarem a instalação do porto, que, desde 2014, com a chegada da WPR na região, causou espanto entre os trabalhadores, que resistem e lutam pela garantia do seu território, pelo reconhecimento e pelos seus direitos. Tais sujeitos são movidos pela força de uma consciência de classe, que manifesta e ganha voz através de um movimento de classe no interior da luta pela terra.

Para alcançar o objetivo da luta, que é permanecer na terra, os trabalhadores vêm desenvolvendo várias estratégias e táticas de resistência no cotidiano, pois esse contexto envolve a questão da sobrevivência e da própria existência. No entanto, a entrada desse empreendimento vem limitando os direitos dos moradores, através da expropriação violenta da terra e, conseqüentemente, da expulsão dos moradores.

Além desse processo, a passagem do novo empreendimento vem ocasionando a especulação de imóveis, já que a maioria não vive nem planta nas áreas que foram ocupadas, muitas vezes, de maneira ilegal. Em contrapartida, nas particularidades do Cajueiro, há movimentos de mobilização e reivindicação em defesa da reprodução sociocultural de sujeitos políticos historicamente postos à revelia dos mais diversos projetos de desenvolvimento que voltam os seus interesses expansionistas para essa localidade, através do TUP Porto São Luís.

Um exemplo disso é a rede de alianças, instituída na comunidade do Cajueiro e em outras áreas da Zona Rural II de São Luís, que buscam se mobilizar, por meio de canais da Justiça, parlamentares, pesquisadores de universidades, pastorais da Igreja Católica etc., e reivindicar o direito de não serem expulsos das propriedades e de não arcarem com o ônus da expansão industrial nas adjacências do Disal.

Nesse processo de lutas articuladas, os trabalhadores rurais de Cajueiro têm aglutinado forças em volta de sua causa. Além disso, esses trabalhadores encontram forças na associação de moradores, pois é nesse espaço que eles situam a sua luta de maneira coletiva e organizada.

Assim, as lutas organizadas dos trabalhadores, nos termos de Cardoso (2005, p. 7), citando Sader, “elevam sua consciência e sua solidariedade e se constituem em sujeitos coletivos”, ou seja, coletividades nas quais constroem uma identidade e se organizam em prol da defesa de seus interesses e da expressão de suas vontades. Tais interesses e vontades devem, para tanto, ter certo grau de homogeneidade a fim de estabelecer uma ação coletiva, de maneira coordenada, visando à superação da condição de subordinação e ao alcance da hegemonia na sociedade.

Por fim, neste capítulo, reflete-se, sucintamente, a respeito dos processos de organização e resistência dos trabalhadores rurais na luta pela terra no panorama brasileiro, bem como as formas de expressão da consciência de classe na constituição das instâncias organizativas firmadas na tradição marxista, gramsciana e de outros autores clássicos e contemporâneos.

Sob esse enfoque, evidenciam-se, ainda, elementos constitutivos de análises da luta e resistência dos trabalhadores rurais do Cajueiro em face da perspectiva de instalação do TUP e da intervenção estatal. Afinal, é essencial apreender o processo de luta pela terra que vêm se estabelecendo histórica e politicamente nas relações de forças opostas, mediante formas organizativas e estratégicas de resistência no país, no Maranhão e no município de São Luís, notadamente na comunidade do Cajueiro.

No entanto, para compreender esses movimentos como processos históricos, é preciso se aproximar das contradições existentes no próprio seio capitalista, pois elas possibilitam analisar o desenvolvimento de uma consciência de classe entre os trabalhadores. Portanto, compreender como se desenvolvem as formas de expressão da consciência de classe dos trabalhadores, a partir da sua realidade, é fundamental nesta investigação.

3.1 Formas de expressão da consciência de classe dos trabalhadores em processos de luta no contexto brasileiro

No período de 1945 a 1964, a sociedade brasileira viveu seu primeiro ensaio democrático, ainda que marcado por restrições à liberdade de organização partidária, pela presença de um sindicalismo ligado ao Estado, por consecutivas crises políticas, e, sobretudo, pela negação aos trabalhadores do campo do acesso a direitos sociais já há algum tempo conquistados pelos trabalhadores urbanos. O fim das liberdades democráticas, a repressão e o terror como política de Estado foram compostos por meio de uma estrutura legislativa articulada que apoiava o Regime Militar.

Todavia, vale ressaltar a noção de que, no início da década de 1960, uma nova forma de ação estava se caracterizando por intermédio da organização popular, que contestava o domínio interno e a dependência externa e reivindicava alterações na estrutura socioeconômica, tendo em vista uma maior inserção da classe trabalhadora (PRIORI *et al.*, 2012).

Os anos 1960 foram uma época de intensa industrialização, em que projetos de desenvolvimento foram colocados em pauta no país, por distintas forças sociais. Nesse período, os movimentos tendem a se generalizar, a perder seu caráter local e a articular formas mais abrangentes de organização. Como explana Medeiros (1989), várias organizações surgiram, mobilizaram reivindicações e obtiveram alguns direitos trabalhistas.

Contudo, esse momento de grande efervescência social e política findou com o Golpe Militar de 1964, dando início a uma conjuntura de intensa repressão a todas as formas de manifestação e organização — tanto aos movimentos operários quanto aos trabalhadores rurais (MEDEIROS, 1989). Nesse momento, o Brasil vivia conflitos no campo e na cidade, buscando articular bandeiras de luta comuns.

O período que começou em 1945, com a queda do Estado Novo, e terminou em 1964, com o Golpe Militar, foi definido por extensas e rápidas modificações na economia e na sociedade brasileira. O Golpe de 1964 e, depois, o regime instaurado consolidaram o processo capitalista que iniciou em 1930 (MEDEIROS, 1989). Essa consolidação, conforme Ferreira Junior (1998), assegurou a chamada modernização autoritária do capitalismo, representada pelo milagre econômico.

Desse modo, como explica Ferreira Junior (1998), contestando o discurso de que a tomada de poder pelos militares garantiria a independência e a estabilidade nacional, o modelo político-econômico instituído propiciou a entrada e a aplicação do capital internacional no mercado brasileiro, incluindo-o na esfera mundial. A partir do Golpe de 1964, o poder econômico, desenvolvido principalmente entre 1956 e 1960, conquistou o poder político.

No tocante a isso, Cardoso (1995) afirma que o “milagre econômico”¹⁹, modelo de desenvolvimento capitalista, atrelado à censura, repressão, tortura, assassinato, sequestro e outras manifestações da ditadura, correspondia à economia política da grande burguesia estrangeira e nacional. Levando em conta essa situação, percebe-se que se tratava de um modelo de desenvolvimento imposto de cima para baixo, sem a participação da classe trabalhadora no cenário de modernização conservadora.

Partindo dessa premissa, Ferreira Junior (1998, p. 137) reforça que:

¹⁹ Nada mais era do que uma antiga lei do capitalismo: acumulação de riqueza em um polo e, ao mesmo tempo, acumulação de miséria, trabalho atormentante, ignorância, brutalidade e degradação moral no polo oposto. Significava, portanto, a acumulação de riquezas nas mãos de uma minoria, o que só foi possível graças ao arrocho salarial, à falta de liberdade de expressão e à repressão sistemática a toda e qualquer resistência (CARDOSO, 1995).

A instalação do regime militar acentuou o traço autoritário e excludente que historicamente assinalou o processo de formação social brasileiro. Ele engendrou uma célere modernização nas relações capitalistas de produção, que teve como um dos seus principais corolários a concentração de renda nas mãos de uma fração minoritária da população.

Com esse modelo, a economia brasileira desenvolveu suas relações sociais de produção e, progressivamente, aumentou a força de trabalho especializada. De certo modo, a ampliação da oferta dessa mão de obra conservaria níveis salariais baixos e viabilizaria maior expropriação da mais-valia, garantindo elevadas taxas percentuais de lucro, necessárias para o avanço do capitalismo no Brasil.

O quadro institucional que caracteriza o Regime Militar no Brasil é descrito por Jaguaribe (1974, p. 40) como:

Um Estado autoritário dotado de grande capacidade super ordenadora da sociedade civil; um sistema produtivo, baseado na grande empresa privada, apoiada por uma importante rede de empresas e serviços públicos; um conjunto de normas e medidas explícita e implicitamente orientadas no sentido da exclusão seletiva de qualquer forma apreciável de poder ou de influência dos intelectuais, da Igreja, de grupos organizados de estudantes, trabalhadores e representantes autônomos de setores e interesses populares, ou seja, de quaisquer núcleos capazes de construir um centro de aglutinação de formas efetivas de oposição ao regime.

Em suma, o regime político inaugurado em 1964 tornou-se autoritário. Acerca disso, Jaguaribe (1974) explicita que o sistema produtivo desse regime se baseava tanto na grande empresa privada nacional e internacional quanto na pública. Já os mecanismos de poder eram comedidos pela alta hierarquia militar, notadamente pelo exército. Por conseguinte, os agentes eram definidos por cooptação e recebiam ajuda da classe média e da burguesia, representados por seus setores de cúpula.

Nesse cenário, a ideia centrava-se nas relações entre o Estado de Segurança Nacional, instituído em substituição ao Estado Populista, e a oposição, caracterizada de forma abrangente, isto é, enquanto sociedade civil. É observado ainda, segundo Alves (1989), o processo de implantação e consolidação da Doutrina de Segurança Nacional, tida como uma “cosmovisão”²⁰, usada com tríplice função pela coalizão civil-militar que se apoderou do Estado brasileiro através do Golpe de 1964.

²⁰ Modo particular de perceber o mundo, geralmente, tendo em conta as relações humanas, buscando entender questões filosóficas; concepção ou visão de mundo. É, também, um conjunto ordenado de valores, crenças, impressões, sentimentos e concepções de natureza intuitiva, anteriores à reflexão, sobre a época ou o mundo em que se vive. Em outros termos, é a orientação cognitiva fundamental

Ademais, Alves (1989) assinala que esse processo está relacionado a uma ideologia que molda as estruturas de Estado, elabora e impõe formas de controle da sociedade civil e cria um projeto capitalista de governo economicamente associado, dependente e politicamente autoritário.

De acordo com Priori *et al.* (2012), a Doutrina de Segurança Nacional tornou-se lei no ano de 1968, com a publicação do Decreto-Lei nº 314/1968, que tinha como principais intenções reconhecer e suprimir os “inimigos internos”, ou seja, todos que questionavam ou criticavam o regime estabelecido. Logo, a Doutrina de Segurança Nacional não era um produto já acabado em 1964, foi definido somente a partir dos componentes internos ao bloco no poder.

Nessa mesma lógica, Alves (1989, p. 27-28) ressalta que

[...] a natureza do Estado de Segurança Nacional só pode ser avaliada em relação ao processo dinâmico de sua interação com as formas e estruturas dos movimentos de oposição gerados na sociedade civil. Tanto as estruturas do Estado quanto as formas de oposição vão permanentemente se transformando à mercê das tentativas de cada parte de controlar, conter ou modificar a outra. O relacionamento mútuo é, portanto, essencialmente dialético.

Partindo dessa reflexão, no contexto político-militar de 1968-1969, quando os traços do regime autoritário iniciado em 1964 ganharam um formato mais definido, a vigilância do governo sobre as organizações, conforme Cardoso (1995), se manifestou pelo enquadramento de lideranças na Lei de Segurança Nacional, bem como torturas e assassinatos, instrumentos de violência impostos a elas. Esse ato repressivo tinha o propósito de difundir o medo entre aqueles que se opunham ao regime, intimidando-os e dificultando as ações de grupos ou indivíduos interessados nas lutas populares.

Além das coerções e perseguições aos grupos, na época do Regime Militar, esse momento traz, também, o enfrentamento dos trabalhadores que se organizavam no campo e na cidade, em um processo político difícil, com reivindicações iminentes no enfrentamento das correlações de poder.

Nesse quadro repressor, em que as massas populares são impedidas de lutar e reivindicar por direitos sociais e políticos, Ianni (1984) enfatiza o papel predominante do poder militar, atraindo para si a autoridade que o faz interferir nos momentos mais

de um indivíduo, de uma coletividade ou de toda uma sociedade, em um espaço-tempo e uma cultura, a respeito de tudo o que existe — sua gênese, sua natureza, suas propriedades (FERREIRA, 1986).

decisivos dos movimentos político-sociais, pela manutenção da ordem estabelecida, ao lado das classes dominantes.

Além disso, Ianni (1984) demarca que, no período compreendido entre 1946 e 1964, os governos populistas cometeram ações tirânicas e ditadoras, a exemplo do fechamento de partidos políticos, cassação de mandatos, repressão contra operários, camponeses e estudantes. Porém, ainda nesse período, a acelerada urbanização, a ampliação do direito de voto, o aumento do proletariado urbano e das classes médias, devolveram o significado das classes populares na política.

Nesse cenário, a ambiguidade do Estado — amparado em uma ampla aliança de classes, em que não se podia desconsiderar a presença das classes populares — fica evidente quando se nota o fato de que esse foi um ciclo de grande instabilidade política. Medeiros (1989) salienta que foi nesse contexto de alterações frenéticas e de instabilidade política, porém de crescimento econômico e de estabelecimento de um projeto industrializante, que os trabalhadores rurais afloraram como sujeitos políticos, pleiteando direitos que refutavam as formas tradicionais de controle e os elos políticos que esteavam o poder.

Todavia, Medeiros (1989) assevera que, posteriormente ao golpe de 1964, as lutas no campo e na cidade entraram em refluxo, devido à repressão que passaram a encarar. Em contrapartida, sob a proteção militar, iniciou-se uma série de reformas, algumas no pré-64, no intuito de modernizar a economia e a sociedade. Nesse caso, pode-se citar as reformas bancária, universitária, administrativa e, ainda, agrária, que obteve corpo legal através do Estatuto da Terra.

De acordo com a referida autora, torna-se imperioso apontar que:

[...] a partir daí, sem nenhum espaço para manifestação das diversas forças sociais, que se passou a definir a política econômica que daria origem ao chamado “milagre brasileiro”. Marcado pela concessão de subsídios e incentivos fiscais, processou-se um rápido crescimento econômico, fundado na concentração de capitais e de renda, tanto a nível pessoal como regional. Ampliou-se a produção de bens de capital, modernizou-se o parque industrial, estimulou-se a modernização agrícola e a ocupação das fronteiras pelos grandes empreendimentos incentivados. (MEDEIROS, 1989, p. 84).

No curso dessa movimentação, percebe-se que as lutas sociais representam o movimento da sociedade e das relações entre as classes. Por conseguinte, as lutas camponesas fazem parte da história de resistência dos trabalhadores — sendo esse

um processo diversificado e não linear, uma vez que “constrói-se e (re) constrói-se na dinâmica das contradições e do movimento dialético” (SILVA, 2019, p. 143).

Após 1964, a luta dos trabalhadores rurais veio submersa de uma condição política adulterada pelo desenvolvimento e pelo populismo²¹, que, antagonicamente, motivou o crescimento do movimento operário, o que propiciou uma maior visibilidade aos trabalhadores e suas formas de organização (MEDEIROS, 1989).

Nesse viés, para Medeiros (1989), o Golpe Militar representou um governo de “dupla face” no que tange aos movimentos sociais do campo. Esse acontecimento refere-se à organização dos trabalhadores, de um lado, tendo como exemplo as Ligas Camponesas, e à “caçada brutal” e desarticulação dos movimentos, de outro lado, como no caso das intervenções militares nos sindicatos organizados.

Nesse cenário de repressão, os canais institucionais de representação popular (partidos políticos, sindicatos e associações de massa) foram bloqueados em virtude do Ato Institucional (AI) nº 5, considerado o mais polêmico e agressivo, que instituiu, de maneira clara e objetiva, a tortura e a violência física contra os adversários do regime. Convém mencionar, segundo Piori *et al.* (2012), que essa repressão incidia sobre os trabalhadores e camponeses que, aos olhos dos militares, seriam capazes de desenvolver um foco de luta e resistência contra o governo oficial da época.

Contudo, apesar da política econômica e da forte repressão sustentadas por AIs e pela Lei de Segurança Nacional, “os movimentos sociais e políticos conseguiram criar uma rede de protesto e resistência” (PRIORI *et al.*, 2012, p. 203) que ameaçava as medidas tomadas pelos militares. Nesse ínterim, surgem, em dezembro de 1968, de forma fragmentada e defensiva, muitos movimentos de base (CARDOSO, 1995).

Conforme explica Cardoso (1995), boa parte desses movimentos derivava do desenvolvimento de relações de vizinhança, parentesco e amizade, isto é, de relações entre pessoas que confiavam umas nas outras e se organizavam por elas mesmas. Nesse sentido, Brant (1980) classifica tais movimentos de base como:

[...] associações comunitárias, grupos políticos e crescimento molecular, comissões de fábrica, movimentos culturais, clubes de mães ou de jovens,

²¹ Segundo Jaguaribe (1974), o populismo foi um processo de aliança que alterou a estrutura usual das relações e das lutas de classes que existem nas sociedades capitalistas, em que ocorre o conflito entre os assalariados e as classes possuidoras do capital. Esse tipo de relação não foi modificado no Brasil, durante o populismo, apenas foi introduzida uma nova modalidade, que se constituiu em uma frouxa aliança entre os setores progressistas das principais classes brasileiras: a burguesia industrial, o grande empresariado, os setores democráticos e gerenciais da classe média e o setor sindicalizado das massas obreiras.

grupos de oposição sindical, tendências estudantis, enfim, uma variada gama de movimentos localizados e dispersos fundamentava-se na confiança direta entre seus membros e uma consciência de seu desamparo diante das instituições mais vastas. (BRANT, 1980, p. 13-14).

O caráter fragmentário desses movimentos está ligado às próprias condições em que aparecem. Junto a isso, apresenta-se outro aspecto concernente ao fato de que as classes dominantes, para além de suas discrepâncias superficiais, consentem em um ponto principal: impossibilitar, nos termos de Konder (1979), a organização, a reivindicação, a manifestação política e a criação de uma verdadeira democracia por parte das massas populares.

Vale ainda mencionar que as lutas operárias no pré-64, embora não tenham se fundamentado em ideais revolucionários e em conquistas do Estado, conforme Paoli (1987, p. 97), “tornaram visível e pública suas condições de trabalho e vida, fizeram circular as experiências reprimidas, ocuparam o espaço da produção, reatualizaram a reivindicação social negada pelos patrões e prometida pelo Estado.

Nota-se, então, que, em todo processo histórico, as correlações de força entre os antagonismos de classe se enfrentam na luta em defesa dos seus objetivos, em confrontos em que cada um utiliza as “armas” que tem. Esses antagonismos também foram vivenciados dentro do próprio processo organizativo, visto que, internamente, existem confrontos e discordâncias do movimento contraditório e dialético, mas que enfraquecem e desarticulam a luta e sua politização.

Portanto, decorre daí a necessidade constante de se perceber, na condição de classe, a importância do processo organizativo para uma direção coletiva, que deve ser trabalhada e amadurecida em todo o seu percurso. Sob essa ótica, o caráter de classe dos movimentos populares é questionado, tendo em vista a heterogeneidade de sua formação, marcada por frações que se diferenciam das classes subalternas, bem como questiona-se a natureza de suas lutas, por estarem situadas na esfera de reprodução, que surgem como condições contrárias à organização política (ABREU, 1995).

No entanto, de acordo com Paoli (1987), a heterogeneidade nessa conjuntura deixou de ser opressão e entrave a uma classe vista sob um viés estrutural, para ser considerada parte da sociedade brasileira, de suas disparidades e das manifestações de classe. Em vista disso, os “movimentos sociais ensinaram que a dominação não é um pacote pronto que dominados indiferenciados engolem” (PAOLI, 1987, p. 56).

Nesse sentido, é cabível ressaltar, com base nos estudos de Sader (1988), as novas configurações sociais declaradas por trabalhadores da grande São Paulo. Ao analisar os movimentos populares de São Paulo, entre as décadas de 1970 e 1980, ele explana como esses movimentos originaram um novo sujeito coletivo. Na análise do autor, esse novo sujeito coletivo demarca um sujeito constituído a partir da própria prática sociopolítica.

A constituição desse sujeito se deu a partir do momento em que indivíduos — antes isolados — começaram a se definir e a se reconhecer de forma recíproca, bem como a tomar decisões e a atuar conjuntamente, por terem demandas semelhantes. Assim, à medida que decidem e agem coletivamente, esses indivíduos se redefinem na condição de sujeitos sociais (SADER, 1988).

Ainda nesse ponto, o autor expõe que os anos 1970 foram caracterizados pelo surgimento de movimentos sociais diversificados, nos quais esses novos sujeitos se constituíram:

A fragmentação de movimentos sociais aparece em primeiro lugar vinculada à diversidade das próprias condições em que emergem. A heterogeneidade constitutiva da estrutura social induziria à reprodução das diversidades no plano das manifestações sociais. Neste aspecto, a diversidade em si mesma não constitui uma novidade. O que talvez seja um elemento significativo, que diferencia os movimentos sociais da década de 70, é que eles não apenas emergiram fragmentados, mas ainda se reproduziam enquanto formas singulares de expressão. Ou seja, embora tenham inclusive desenvolvido mecanismos de coordenação, articulação, unidade, eles se mantiveram como formas autônomas de expressão de diferentes coletividades, não redutíveis a alguma forma “superior” e “sintetizadora”. (SADER, 1988, p. 197-198).

Para melhor entendimento dessa questão, Sader (1988) faz uma comparação com os modelos existentes no período entre 1945 e 1964, quando várias formas de manifestação social de operários, posseiros, assalariados agrícolas e consumidores emergiram contra a carestia. O surgimento dessas manifestações se deu, ainda, em virtude da heterogeneidade da estrutura social, que tendia, por um lado, à unificação no sentido nacionalista atribuído pelo discurso estatal getulista e, por outro lado, na contrapartida comunista, à unificação operada pelo partido.

Consoante a perspectiva defendida por Cardoso (1995), é incontestável que o partido é terreno de unificação da política. No entanto, essa síntese política pode se efetuar em demais setores de expressão de classe, como sindicato e outras formas de organização. Para tanto, essa síntese demanda o trabalho político de intelectuais

orgânicos dessas classes, que se manifesta na relação dialética “intelectual/massa”, mas não se dá somente na militância partidária.

Na concepção de Cardoso (1995, p. 176), à luz do pensamento gramsciano:

Nessa relação dialética, intelectual/massa, uma das funções do intelectual é impulsionar a unidade dos movimentos das classes subalternas para que essas se capacitem e apreendam, de forma mais aproximada possível, a totalidade social e façam frente à ordem do Estado burguês.

Nessa linha, Sader (1988) afirma que, como modalidades de expressão das “classes populares”, os movimentos sociais constroem sua identidade como sujeitos políticos na luta, por serem excluídos da conjuntura pública estabelecida. A título de exemplo, o autor destacou, entre os movimentos por ele investigados, o Clube de Mães da Periferia Sul, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo e a Comissão de Saúde da Zona Leste.

Seguindo essa investigação, Sader (1988, p. 311) explica que os movimentos sociais que surgiram no final da década de 1970 “trouxeram novas modalidades de elaboração das condições de vida das classes populares e de expressão social”, cujas características comuns instauram uma nova configuração de classe no cenário político brasileiro.

Desse modo, no final dos anos 1970, os movimentos populares na sociedade brasileira renasceram no cenário político, demonstrando novas e copiosas formas de manifestações e lutas coletivas da classe trabalhadora, após uma extensa fase de fechamento dos canais de expressão da sociedade civil, pelo regime autoritário que se instalou no país em 1964.

Esses movimentos constitutivos da nova configuração de classe ampliaram a própria noção de política, como destaca Sader (1988), por meio de suas formas de organização e luta, politizando diversas esferas do cotidiano. Nessa lógica, Cardoso (1995) explicita que o cotidiano surge como o centro da reprodução das relações de dominação e luta, sendo negada a concepção de política somente no âmbito do que já foi instituído, ou seja, nas relações em torno do poder do Estado.

É nessa cotidianidade que a organização das classes trabalhadoras da década de 1970 se expressa, seja segundo o local de trabalho ou de moradia, seja por algum problema específico que as motiva e as agrega. Nesse viés, Sader (1988) identificou que a emergência dos movimentos sociais ocorreu em uma época em que a ditadura

predominava com o seu poder de controle e dominação, subestimando a capacidade de resistência dos trabalhadores.

Em seu estudo, Sader (1988) procurou analisar esses movimentos priorizando a atuação dos sujeitos, em detrimento de esquemas predefinidos, que restringem a compreensão da realidade vivenciada por eles. Como efeito, esses movimentos são considerados novos elementos que se diferenciam dos parâmetros tradicionais, por indicarem uma ruptura das formas de organização política ligadas aos sindicatos e partidos.

No decurso desse processo, novos significados de luta foram delineados nas vivências desses movimentos. Conseqüentemente, a constituição de outras formas de organização e de atuação política indica uma vontade coletiva para atender aos interesses e às necessidades dos sujeitos. Assim, os trabalhadores podem alcançar as suas pautas de luta e desenvolver uma consciência mais crítica.

Não obstante, Cardoso (1995) aponta que, além desses movimentos sociais, os partidos e outras formas de expressão e de organização das classes subalternas também constituem um espaço político para a criação de uma vontade coletiva e de uma consciência crítica, capazes de superar interesses imediatos de movimentos de massa espontâneos, viabilizando uma direção consciente às lutas dessas classes.

Ante o exposto, nota-se que as décadas de 1970 e 1980 foram impulsionadas “por intensas lutas e mobilizações, ascensos e refluxos, vitórias e derrotas, ilusões e desilusões” (HIRO, 2012, p. 62). Esse período, que se mostra hodierno e, ao mesmo tempo, longínquo, perpassa a memória e suscita diversas interpretações.

De tal modo, entende-se que não se pode compreender esses decênios sem analisar o século XX em sua totalidade, antes e depois dessa época, como resultado de ações realizadas coletivamente na dinâmica da luta de classes. Isso porque, como declara Hiro (2012, p. 62), “a vida humana é um processo histórico, no qual o passado, o presente e o porvir constituem algo único, em constante processo de transformação, a partir de suas contradições ao longo do seu devir histórico”.

Esse desenvolvimento histórico, no qual se incluem as ações coletivas e seu processo revolucionário, é demarcado por contínuas mudanças econômicas, impellido pelas contradições engendradas na realidade social em uma dada conjuntura (HIRO, 2012). Sob tal ângulo, pode-se dizer que os anos 1970 estão situados nesse vórtice histórico, caracterizado por tensões econômicas, lutas e mobilizações pela libertação nacional, imposições ditatoriais e crises nos espaços centrais e periféricos do capital.

Assim, contrapondo-se àquilo que lhes é imposto, os sujeitos e os movimentos revolucionários estabeleceram novas maneiras de interpretar o mundo e de atuar na realidade. Nos termos de Araújo (2011, p. 172), a revolução é, portanto, “o impulso que transforma o mundo num momento em que a realidade é colocada em xeque”.

Nessa acepção, observa-se que a luta política visa alterar o poder, que é uma relação de força, e se apresenta necessariamente como desestabilizadora. Logo, os trabalhadores têm de assumir, responsabilmente, esse caráter desestabilizador das lutas de resistência e incorporá-lo como elemento objetivo de uma estratégia a ser construída nos embates de hoje, sem os quais não haverá ofensivas amanhã.

Certamente, é nesse processo de luta e no movimento das relações de forças que a consciência de classe se efetiva na organização, atribuindo ao trabalhador uma relação crítica com o mundo e transformando-o em ser social e político. Além disso, o processo de formação da consciência de classe condiz com a evolução de uma ampla organização de classe.

Nesse entendimento, Dalmagro e Bahniuk (2019, p. 45) salientam que as lutas sociais estão ligadas à experiência de classe e às formas de consciência, nas quais se insere a dimensão subjetiva da classe trabalhadora, que, na concepção marxista, não derivam de modo imediato “das condições objetivas da produção da existência”. Para as autoras, as classes não se definem unicamente por seu lugar na produção, e sim pela sua consciência e ação política na sua formação e no seu reconhecimento como classe em processo de luta. Sumariando a tese defendida, entende-se que a consciência expressa as relações humanas e se liga à base material que a forma.

Na ótica de Marx e Engels (2009), a consciência social alienada é decorrente de invertidas relações de produção, nas quais o homem é dominado pelo produto do trabalho controlado pelo capital. Limita-se, assim, a posição do sujeito como produtor de história. A tradição marxista preleciona que essa consciência tem base material e que a mudança de ideias envolve a mudança das relações que a amparam.

Dentro dessa tradição, ensina-se que a consciência não reflete meramente a base material, visto que ela se constitui por relações complexas e está em constante movimento. Portanto, a classe e suas formas de organização, luta e constituição são produtos históricos arraigados nas estruturas sociais e nas experiências de lutas para enfrentar a exploração (DALMAGRO; BAHNIUK, 2019).

A classe e seu processo de consciência e luta decorrem, assim, de situações históricas objetivas e se descontroem e se reconstroem, pelos sujeitos, na produção

de sua existência (DALMAGRO; BAHNIUK, 2019). Para tanto, cabe destacar o papel assumido pela formação política na organização da classe trabalhadora, sobretudo na formação e no desenvolvimento da sua consciência de classe.

Nessas relações antagônicas, estruturam-se e organizam-se as forças políticas que lutam contra o fim das relações historicamente criadas pelo poder e da dominação de uma classe sobre a outra. A respeito disso, toma-se como ponto de partida para a análise teórica da consciência de classe, dentro das esferas organizativas de lutas, o pensamento de Marx e Engels, bem como de outros autores marxistas, destacando a concepção teórica e revolucionária do italiano Antônio Gramsci.

Na obra *Manifesto do partido comunista*, os filósofos e revolucionários Marx e Engels (2005) indicam o processo de tomada de consciência dos trabalhadores com a concentração das grandes massas em detrimento do desenvolvimento da indústria. Desse modo, as massas de trabalhadores, à medida que se encontram reunidas em uma esfera de produção, reconhecem cada vez mais os seus problemas comuns e absorvem o verdadeiro resultado da união crescente a fim de criar uma identidade de interesses comuns em toda a classe.

Contudo, esse processo de afloramento da consciência e da classe ainda se encontra na etapa da classe em si, pois, para chegar à classe para si, é necessário que as amplas camadas de trabalhadores permaneçam nas organizações políticas, no processo de luta efetiva e direcionada. Em consonância, Gramsci (2000) segue o entendimento sobre a consciência de classe citada em Marx e Engels, aprofundando e evidenciando o papel crucial dela na formação das instâncias organizativas.

Conforme Gramsci (2000), o papel da consciência de classe assume funções essenciais no fortalecimento da luta revolucionária da classe trabalhadora. Dentro das instâncias organizativas, essa consciência é consolidada e produz a reflexão e o fazer revolucionário sobre a necessidade de formação política direcionada e a constituição de uma nova concepção de mundo, isto é, uma nova cultura (OLIVEIRA, 2007).

Nesse viés, Gramsci afirma que, a partir da compreensão dos antagonismos próprios do modo de produção capitalista e das práticas revolucionárias da luta, a consciência de classe se determina nos trabalhadores, direcionando-se para novas formas de luta no enfrentamento e na superação das condições de subalternidade (CARDOSO, 1995).

Contudo, essa forma de consciência só é concebida quando os trabalhadores estão coesos na esfera organizativa, buscando união e solidariedade em oposição às

lutas imediatas ou particulares. Ante o exposto, aborda-se, a seguir, o processo de luta e resistência dos trabalhadores rurais da comunidade do Cajueiro, levando em conta a instalação do TUP Porto São Luís na localidade e a ação do Estado frente a esse empreendimento.

3.2 A luta e a resistência dos trabalhadores rurais de Cajueiro em face da perspectiva de instalação do Porto Privado e a intervenção estatal

As trajetórias dos sujeitos políticos convergem para as formas de organização em suas particularidades, vinculadas às reivindicações e lutas mais abrangentes dos trabalhadores. Desse modo, no Maranhão, as lutas e resistências dos trabalhadores rurais contra as tentativas de retirada de seus direitos inserem-se no âmbito histórico, político e social da realidade brasileira.

A realidade maranhense, assim como a nacional, mostra ampla conflitualidade e violência na esfera agrária, com intensas violações dos direitos humanos. Segundo Silva e Cunha (2012), a origem dos conflitos agrários no Maranhão remonta a cerca de quatro séculos, entretanto pouco tem sido feito em relação à reforma agrária. As intervenções do Estado, até então, não resolveram o atraso da concessão de terras e não efetivaram a reforma agrária.

Tal panorama também evidencia a incessante impunidade atrelada ao poder político e à riqueza de quem viola os direitos dos trabalhadores rurais. Prosseguindo com suas formulações, Silva e Cunha (2012) versam que, no estado do Maranhão, a questão fundiária está relacionada à distribuição do acesso aos recursos fundiários e às políticas governamentais que vem sendo implementadas desde o final da década de 1970, cujo marco inicial se deu com a aprovação da Lei nº 2.979/1969, conhecida como “Lei Sarney de Terras”, que visava a cessão de amplas extensões territoriais a empresários das regiões Nordeste e Centro-Sul do país.

O Maranhão sempre foi um estado submergido em conflitos fundiários. Desde a década de 1940, propagandas promovidas pelo governo estadual indicavam que, nessa região, havia grandes quantidades de terras “devolutas”, a fim de incentivar a exploração de empresas nessas áreas, com vantagens fiscais. Historicamente, como explana Andrade (1984), a forma de ocupação de terras no estado manifesta-se de modo desigual. A ocupação de terras pelos franceses, holandeses e portugueses foi

extremamente injusta, uma vez que se apropriaram das terras dos povos nativos em prol de seus interesses.

De acordo com Sant'Ana Júnior (2016, p. 281):

A lógica de ocupação e uso do espaço que tem orientado planejadores e agentes de desenvolvimento estatais e privados em São Luís desqualifica modos de vida de comunidades rurais cujas principais lideranças, na busca de manter seu território, acionam repertórios de luta e constroem mecanismos de enfrentamento.

Essa luta é também para impedir o avanço do desenvolvimento de modo a subjugar e relegar os moradores, ampliando as desigualdades sociais e a miséria. Manter os territórios implica manter a dignidade dos habitantes e combater o aumento de injustiças ambientais e socioeconômicas (SANT'ANA JÚNIOR, 2016). Diante disso, cabe frisar que a Lei de Terra, estabelecida entre 1966 e 1970 pelo governo Sarney, evidenciou um mercado fundiário que modificou as relações no campo maranhense, gerando conflitos entre trabalhadores rurais, latifundiários e supostos proprietários que se apropriavam das terras por meio da grilagem (SILVA, 2014).

Quanto a isso, Barbosa (2006, p. 84) afirma que:

A violência da grilagem cartorial foi praticamente institucionalizada no Maranhão, tornando-se o principal mecanismo de expropriação utilizado pelo governo – além, certamente, do uso da força policial. Da grilagem de pequenas propriedades agrícolas, áreas devolutas ocupadas pelos posseiros ou de comunidades herdeiras de terras seculares, formavam-se grandes fazendas na encosta das principais rodovias federais e estaduais. A paisagem geográfica também se modificou com os cercamentos das áreas destinadas ao cultivo agrícola.

Sendo assim, Azar (2011) aponta que a questão agrária brasileira é o reflexo das relações de favorecimento que, ao longo do tempo, o Estado propicia à classe dominante, conferindo-lhe condições de privilégios que têm por base a apropriação da terra através de mecanismos de expropriação. Conforme a autora, tanto o projeto de colonização quanto aqueles de cunho desenvolvimentista afetaram a organização produtiva, de forma a instigar conflitos nas relações sociais. Todavia, esse modelo de desenvolvimento é supressor, por não permitir às famílias camponesas/rurais a sua reprodução a partir do trabalho.

Mediando práticas produtivas, no que tange à produção e ao seu escoamento, o Estado construiu portos, ferrovias, estradas, rodovias, aeroportos, hidrovias e um

distrito industrial na capital. Como consequência, as famílias que viviam na terra e retiravam dela o seu sustento foram expropriadas das suas condições de trabalho e se veem incluídas no desordenado processo de urbanização, que tem tipificado as maiores cidades do Maranhão.

Sob essa ótica, serão destacadas, a seguir, algumas mobilizações políticas, a fim de verificar as principais formas de lutas no Maranhão e os seus desdobramentos nas organizações políticas. Nesse sentido, ao analisar particularidades vivenciadas no estado, Fernandes (1999) relata que, em meados da década de 1950, ocorreu a vinda, para a área do Pindaré, de famílias de trabalhadores rurais expulsas do Vale do Mearim, do Piauí e do Ceará, em virtude da situação de seca.

Todavia, inicia-se o processo de grilagem nessa localidade e as famílias, mais uma vez, foram expulsas em direção às regiões Oeste e Sudeste do Maranhão. Com isso, em busca de sobrevivência e terra, houve a migração dos camponeses para a região popularmente conhecida como Bico do Papagaio, que abrange os estados de Tocantins, Maranhão e Pará, fortemente marcada pelos conflitos entre posseiros e grileiros. Essa realidade, vale dizer, dura até os dias atuais nessa área, considerada um dos locais de maior conflito por terra no Brasil (FERNANDES, 1999).

Nesse momento, desponta o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais no Maranhão, em decorrência da II Conferência Nacional de Trabalhadores Agrícolas, realizada em São Paulo, com vista a reivindicar, junto ao Congresso Nacional, a luta pela reforma agrária, em prol da liberação de títulos aos proprietários da terra e da supressão dos latifúndios (ALMEIDA, 1988).

Ademais, como explica Silva (2019), com a chegada do grupo conhecido como “flagelados”, ocorre outra tendência de migração de famílias expulsas de sua terra e locais de origem, especificamente do Ceará, Piauí e Pernambuco. Tais famílias eram abrigadas na Estação João Pessoa e em albergues temporários na Praia Grande, em São Luís, e criticavam a escassez de alimentos distribuídos pela Legião Brasileira de Assistência (LBA), pois esse fornecimento alimentício ocorria somente até seis dias.

Em meio a essa situação de migração e questões de dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores, foi realizada a Conferência Estadual para Estudos de Reforma Agrária, em meados de 1956, com o objetivo de reivindicar do Estado as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores rurais. Em seguida, foi fundada a Associação dos Trabalhadores Agrícolas do Maranhão, sendo criadas também outras associações no interior do estado para articular as mais diversas lutas (SILVA, 2019).

Nesse sentido, essas associações são núcleos que proporcionam a troca de experiência, mobilizam e unificam as suas lutas em torno dos trabalhadores rurais do estado. Assim, nesse breve resgate, foram citadas algumas formas de organização e conflitos que envolvem trabalhadores rurais no Maranhão. No que diz respeito à luta pela permanência na terra, salientam-se alguns exemplos a seguir.

Quanto à luta pela permanência na terra, tem-se o povoado Leite, cujo conflito se deu entre os trabalhadores que desenvolviam as suas atividades no território e os fazendeiros que detinham majoritariamente o controle sobre a terra. No começo dos anos 1980, essa dominação sofreu questionamentos e gerou tensões nas relações sociais (CARNEIRO, 2004).

Outro exemplo, com base no que explicitam Almeida, Sodré e Mattos (2019), é o projeto de assentamento Santa Tereza, localizado no município do Brejo, que luta contra o agronegócio que destrói o território e desapropria os moradores, os quais resistem acionando o Estado em prol de sua causa. Nesse viés, ressalta-se que:

Os conflitos e impactos ambientais são intensificados sobre os territórios das comunidades ditas “tradicionais”. Através da violência as classes hegemônicas se impõem sobre as demais e criam novas relações que obedecem a ritmo de acumulação de capital, nesses lugares são (re)criadas manifestações ouvidas pelas diferenças de estilos de vida e de riquezas, dividindo privilegiados de um lado e excluídos do outro. (ALVES apud ALMEIDA; SODRÉ; MATTOS, 2019, p. 249).

Em uma realidade semelhante, a comunidade do Cajueiro tem vivenciado o processo de luta pela terra. Portanto, como pontua Alves (2020), é preciso considerar as comunidades²² não apenas como estruturas funcionais na dinâmica do modo de produção hegemônico ou como estruturas “arcaicas” que devem ser superadas, mas também como unidades sociais essencializadas.

Nessa direção, Alves (2020) entende as comunidades, sobretudo, enquanto sujeitos sociais — os quais, à medida que exigem direitos territoriais, se inserem em conflitos envolvendo a violação desses direitos frente às decisões e ações políticas de agentes/atores estatais-privados que buscam negá-las. Por essa razão, pensar a mobilização política desses sujeitos perpassa, necessariamente, pela mobilização do sentimento de pertencimento.

²² Considera-se “comunidade” as formas de relações primárias, como parentesco e vizinhança, e de reciprocidade, que conferem sentido e “sentimento de pertencimento” aos indivíduos e grupos sociais em um determinado território (ALVES, 2016).

Dentro dessa perspectiva, também estão situadas as comunidades formadas por grupos familiares de pescadores e lavradores com trajetórias de deslocamento. Logo, trata-se de comunidades que estão inseridas em um modo de vida distinto. No entanto, consoante Alves (2020), o modo de vida dessas comunidades é confrontado estruturalmente com atores econômicos regionais e nacionais que estão integrados a uma rede de relações de interesses de grupos econômicos específicos, envolvendo agentes públicos e privados na expansão transnacional do capital.

Ainda de acordo com o autor, observa-se que:

No Maranhão, este processo pode ser exemplificado pelos setores empresariais ligados à produção de commodities agro-mineral [sic] cujos representantes no Senado, na Câmara dos Deputados Federais e junto ao governo estadual se articulam para aprovar medidas e Projetos de Lei (PL) sobre aquisição de terras públicas, incluindo territórios de povos e de comunidades tradicionais, visando à instalação de seus projetos de interesse privado. (ALVES, 2020, p. 164).

Observa-se, assim, que a instalação de projetos é indissociável da produção intencional de conflitos, abarcando cooptação de lideranças, promessas de emprego, chantagens, produção de intrigas pessoais, boatos e violências (físicas e simbólicas), visando à fragilização comunitária para a obtenção de “acordos” como instrumentos de dominação. Situações dessa natureza são vivenciadas pelas comunidades e estão diretamente associados à expansão de empreendimentos portuários e industriais, o que significa ameaças contínuas às formas de produção e de reprodução social dos grupos familiares e ao modo de vida tradicional.

Ao investigar a instalação do Porto Privado na comunidade do Cajueiro, Pedro (2017) afirma que o objetivo dos atores híbridos — empresa e Estado — tem sido sacrificar esses modos de vida. Conforme elucida o autor:

Nessa arena, a WPR, por seus agentes híbridos, criava o campo de guerra. Havia noções de terror, inimigo, cooptação de informantes, mecanismos de militarização, vigilância, cercamento do território, criação de regras e proibições ao exercício dos modos de vida, negociações coercitivas, demolições, despejos, incêndio das áreas dominadas, desconsideração de direitos... O tratamento das famílias era o de opositoras descartáveis, supérfluas frente ao crescimento econômico, a serem sujeitas à morte. (PEDRO, 2017, p. 222).

A partir da noção aqui tomada, a autora citada considera que tais atos podem ser entendidos como uma “necropolítica”²³ claramente intencionada para eliminar a comunidade, na qual os atores de Estado e da empresa adotam uma “tecnologia de exercício de micropoderes” (PEDRO, 2017, p. 227). Assim, tais atores transformam o território e suas relações comunitárias em “inimigos”, designando-lhes dispositivos de terror/medo e decretos de sacrifício com protocolos judiciais e práticas naturalizadas da política de morte a serviço dos mercados globalizados (PEDRO, 2017).

Entretanto, como esclarecem Sant’Ana Júnior e Alves (2017), essa ação da necropolítica tem sido historicamente intencionada por agentes públicos e privados, a fim de sacrificar, a qualquer custo, as comunidades em prol de um plano maior para São Luís, qual seja, o desejo de transformar nitidamente uma cidade, que há pouco tempo era divulgada como cidade patrimônio, em uma cidade portuária para atender aos interesses de atores econômicos que atuam nos mercados globais.

Em relação à comunidade do Cajueiro, a necropolítica procura legitimar todas essas formas de violência em função de um porto privado anunciado, pelo Estado, como um desenvolvimento, um privilégio para o Maranhão e sua população. Nesse prisma, como enfatiza Arcangeli (2020, p. 171): “Os que resistem, para o capital e o Estado, são considerados ameaças ao crescimento e ao desenvolvimento e precisam ser descartados”.

A intervenção estatal reporta, então, à concepção de governo privado indireto de Mbembe (2011, p. 55), em que “as funções supostamente públicas e as tarefas de soberania são exercidas, cada vez mais frequentemente, por operadores privados e com fins lucrativos.”. Em outras palavras, é uma forma de governo que remete aos estados africanos considerados colônias e que emerge em um contexto de grande desabastecimento, desinstitucionalização, violência, desterritorialização e exclusão de direitos, como o de assistência social e serviços de saúde.

Ao analisar esses processos, Arcangeli (2020) entende que eles resultam de uma violenta relação entre indivíduo e comunidade e entre regimes da propriedade, causando a transferência de poderes que deveriam ser exercidos pelo Estado para

²³ A necropolítica, utilizando-se desde a burocracia estatal ao agente miliciano, privatiza a soberania, descartando indivíduos que, na sua ótica, não são mais rentáveis para o capital, dispensando a sua força de trabalho, expulsando-os, em sua maioria, para a informalidade e o trabalho precário, nas margens das cidades (MBEMBE, 2011). A necropolítica é o poder de ditar quem deve viver e quem deve morrer, uma política que parte da exclusão para o extermínio de quem não tem lugar no sistema (ARCANGELI, 2018).

agentes privados, que passam a realizar práticas quase estatais. É nessa relação que se estabelecem, com elementos da necropolítica, várias características do governo privado indireto, que considera a vida dos trabalhadores descartável e “que decide quem deverá morrer e quem deixará viver” (MBEMBE, 2011, p. 71).

A realidade do Cajueiro não está distante dessa concepção, pois a comunidade vivencia o processo de instalação de grandes projetos desenvolvimentistas na área do Disal, com o uso de diversos mecanismos de violência, assédio moral, interdição na realização do seu trabalho, destruição de casas, falta de reconhecimento de sua cultura e seu modo de vida e licença ambiental alterada pelo aparato estatal, o qual, muitas vezes, se confunde com o setor privado na sua submissão ao capital nacional ou transnacional.

Para Mac Gregor (2013), a necropolítica possui uma correlação com a exceção que produz a descartabilidade da vida. Para ela, a necropolítica indica:

[...] não só para a forma da soberania, mas para a sua correlação com a exceção, mostrando como o encontro de ambos nos processos de colonização contemporâneos forma o caminho no qual se produz a descartabilidade da vida de um modo muito mais profundo do que no fascismo, no século XIX. (MAC GREGOR, 2013, p. 23).

No que se refere ao Cajueiro, a necropolítica tem sido percebida nas diversas formas de violência vivenciada por essa comunidade em face da instalação do Porto Privado, apresentado pelo Estado como progresso para o Maranhão e sua população. Em contrapartida, para manter o seu território e o seu modo de vida, os trabalhadores e as famílias da comunidade resistem diretamente às violações públicas-privadas, por meio de ações como: fechamento de rodovia federal e ocupação de secretarias de estado — Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais (Sema), Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Energia (Seinc) e Secretaria de Direitos Humanos e Participação Popular (Sedihpop) (ARCANGELI, 2020).

Além disso, promovem audiências públicas populares com a participação de integrantes externos e instituições públicas, bem como fazem uso de procedimentos jurídicos e do reconhecimento identitário da sua ancestralidade e do seu patrimônio imaterial. Porém, essa questão apresenta outro aspecto, pois, como destaca Harvey (2005, p. 127), fundamentado nos ensinamentos marxianos, “toda formação social, ou território, que é inserida ou se insere na lógica do desenvolvimento capitalista tem de passar por amplas mudanças legais, institucionais e estruturais”.

Nas últimas décadas, observa-se que isso também vem ocorrendo no estado do Maranhão, devido ao processo de instalação de empreendimentos que geram a expulsão das comunidades tradicionais dos seus territórios, em favor de um suposto desenvolvimento firmado pelo Estado. Dessa maneira, efetiva-se a privatização dos trabalhadores e dos insumos efetivos nessas comunidades, passando a controlar o capital junto a órgãos do Estado que extinguem as possibilidades de existência dos modos e meios de vida desses agrupamentos sociais, e transpondo-as para espaços urbanos periféricos com graves déficits estruturais (GEDMMA, 2014).

Nessa direção, esse tem sido o papel do governo do Estado do Maranhão, o qual, ao longo de décadas, tem se posicionado de forma abertamente parcial diante dos conflitos entre empresas e comunidades tradicionais. De acordo com o GEDMMA (2014), o Estado tem operado, quase sempre, em prol da implantação de projetos industriais ou estruturais, apesar das suas implicações sociais, econômicas, culturais e ambientais negativas, contribuindo para o deslocamento das comunidades.

Em geral, como frisam Mendonça e Marinho (2016), os grupos empresariais têm atuado, estrategicamente, com o apoio de órgãos estatais, para obter lucros e expandir o capital, em detrimento de populações e comunidades tradicionais. Essas estratégias têm sido operadas, em todo o mundo, por multinacionais, acarretando a depredação e a expropriação de ativos comuns do povo. Nesse ângulo, ao examinar a espoliação por acumulação, Harvey (2005) indica que as grandes corporações têm obtido controle territorial por meio do aparato estatal, visando ampliar o capital.

À vista disso, as investidas contra os territórios das comunidades tradicionais têm conduzido ações de órgãos legislativos, judiciários e executivos. Dessa maneira, os direitos territoriais das comunidades tradicionais têm sido desconsiderados para favorecer a expansão da logística mundial, a fim de promover a circulação de ativos de capital (MENDONÇA; MARINHO, 2016).

De modo similar, nas comunidades rurais localizadas na capital maranhense, observa-se que o Estado e os grupos empresariais se articulam com o propósito de aparentar legalidade na expropriação territorial das comunidades tradicionais. Nesse quadro, entre 2002 e 2004, a comunidade tradicional do Cajueiro estava sob ameaça da instalação de um polo siderúrgico em São Luís, envolvendo a Companhia Vale, a siderúrgica chinesa Shanghai Baosteel e a siderúrgica francesa Arcelor e o Governo do Estado, que pretendiam instalar esse empreendimento.

Esse projeto seria composto de três unidades de beneficiamento de placas de aço a serem construídas em uma área de 2.471,71 ha — o que, conseqüentemente, suscitaria o deslocamento de, ao menos, 12 comunidades, inclusive do Cajueiro. No entanto, como explana Alves (2014, 2016), com a reação das comunidades junto ao Movimento Reage São Luís, esse empreendimento foi inviabilizado.

A esse respeito, Mendonça e Marinho (2016, p. 79) elucidam que a estratégia de expropriação foi criar “uma empresa, sem expressão e sem uma ‘imagem a zelar’, para realizar o ‘serviço de limpeza do território’”. Surgiu, então, a WPR São Luís Gestão de Portos e Terminais Ltda. tentando instalar o Porto São Luís. Trata-se de uma empresa com poucas informações disponíveis e que conta com a representação legal de José Hagge Pereira, o qual, embora declare o capital social de R\$ 10 mil, é responsável pela construção desse empreendimento estimado em R\$ 800 milhões²⁴.

Nem a empresa nem o Estado divulgam, ao público, informações financeiras e técnicas sobre o empreendimento. Porém, conforme relatam moradores do Cajueiro e outras comunidades tradicionais, vêm sendo utilizadas estratégias de intimidação e coerção com o objetivo de retirá-los dos seus respectivos territórios. Novamente, por parte de órgãos estatais, imperam a omissão e a colaboração na prática violenta da empreendedora do terminal portuário (MENDONÇA; MARINHO, 2016).

Frente a esse cenário, é importante salientar que, no Maranhão, a intervenção estatal deixa nítido o acordo existente entre Estado e capital nacional e internacional, além de evidenciar a política desenvolvimentista governamental, em suas instâncias federal, estadual e municipal. Essa intervenção é expressa, por exemplo, através da concessão de isenções fiscais e outros benefícios para as empresas de grande porte que se alocam na área do Disal (GEDMMA, 2014).

Nessa perspectiva, Harvey (2005, p. 111) enfatiza que:

O Estado constitui a entidade política, o corpo político, mais capaz de orquestrar arranjos institucionais e manipular as forças moleculares de acumulação do capital para preservar o padrão de assimetrias nas trocas mais vantajoso para os interesses capitalistas dominantes que trabalham nesse âmbito.

²⁴ Informações contidas no processo de licenciamento do Terminal Portuário de São Luís, da WPR São Luís Gestão de Portos e Terminais Ltda., em trâmite na Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Estado do Maranhão (Sema).

Nesse entendimento, nota-se que a política industrial vigente na área do Disal se aproveita de estruturas asseguradas pelo Estado para manter enclaves protegidos e buscar garantir todas as formas de acumulação de capital. Acerca disso, Arcangeli (2020) assevera que o Estado se divide para formar “paraísos” de investimentos de capital, procurando dar privilégios para quem quiser tirar proveito. Com o respaldo do Estado, o interesse por projetos desenvolvimentistas para a Zona Rural II é reforçado pela ampliação da acumulação do capital para a obtenção de novos espaços visando ao escoamento da produção de commodities.

No que tange à perspectiva de instalação do TUP na comunidade do Cajueiro, situado na Zona Rural de São Luís, Arcangeli (2020) comenta que o papel do Estado passa a ser crucial. Ademais, o autor constata que, a partir de 2014, inicia-se uma série de intervenções federais, estaduais e municipais com o objetivo de estabelecer as condições necessárias para concretizar o projeto portuário.

Em vista disso, como acentua Moreira (2015, p. 84):

O objetivo de fazer de São Luís uma cidade industrial, com todos os equipamentos logísticos necessários, reforça ainda mais a atração do capital expansionista para áreas da Zona Rural II. Nesse contexto, o Estado com seu monopólio da violência e suas definições de legalidade, desempenha um papel crucial ao respaldar e promover estes processos.

O intento de ampliar a infraestrutura portuária da capital maranhense, em prol do grande capital, é materializado novamente no início de 2014, com a proposta de instalar, no Cajueiro, o Porto Privado da WPR São Luís Gestão de Portos e Terminais Ltda., prejudicando a pretensa instalação da Resex. No EIA do projeto, afirma-se que foi feita a “compensação social” por meio da Urbaniza Engenharia Consultiva Ltda., “responsável pela gestão fundiária de desapropriação e indenização da poligonal de implantação do empreendimento” (GEDMMA, 2014, p. 12).

Diante disso, observa-se que a Urbaniza Engenharia Consultiva Ltda. assume o papel do Estado no processo de gestão fundiária, indicando uma atuação conivente por parte dos órgãos estatais (GEDMMA 2014). Tal proposta de instalação do porto, consoante Mesquita e Sant’ Ana Júnior (2017), desencadeia conflitos no território da comunidade, mas também novas formas de resistência articuladas pelos moradores do Cajueiro e por representantes de entidades como a CPT, o GEDMMA, a DPE, o MPMA, políticos, membros da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), entre outros.

Cabe destacar que esse processo teve início no último mandato de Roseana Sarney como governadora do Estado do Maranhão. A esse respeito, Arcangeli (2020) chama atenção para o fato de que várias tentativas de audiência pública foram feitas na comunidade, porém os trabalhadores se articularam e expressaram a sua rejeição à instalação do TUP Porto São Luís.

Então, em outubro de 2014, essa audiência foi efetuada no quartel da Polícia Militar (PM) do Maranhão, sem contar com a participação dos reais interessados: os trabalhadores da comunidade do Cajueiro e das demais comunidades da Zona Rural. Essa reunião foi considerada uma “fachada” para legitimar a instalação portuária com a aprovação do Estado, que demonstrou, de forma contundente, a sua neutralidade nesse processo em favor da empresa WPR (ARCANGELI, 2020).

Após diversas ameaças de construção do TUP, no ano de 2014, os moradores do Cajueiro buscaram apoio de pesquisadores e assessoria jurídica da CPT, quando iniciaram as denúncias e o processo de judicialização. O caso ganhou visibilidade de movimentos e apoiadores sob a expressão “Cajueiro Resiste” (PEDRO, 2017). Nesse viés, os trabalhadores se organizam, aprendem, lideram, resistem, buscam parcerias, alternativas e possibilidades na luta pela manutenção da sua terra como condição de sobrevivência.

Nesses movimentos de luta entre os trabalhadores e a empresa, observam-se várias contradições envolvendo a disputa pelo território da comunidade do Cajueiro, com a finalidade de instalar o TUP Porto São Luís. Isso fica evidente nos documentos publicados em Ata (Anexo A), em 2015, que expõem controvérsias da empresa, da Prefeitura de São Luís e dos governos estadual e federal.

Segundo o *blog* “Cajueiro Resiste”, esses dados demonstram sete inverdades e contradições a respeito do Porto Privado na região (Quadro 2), conforme delinea o texto *7 mentiras sobre porto no Cajueiro: Prefeitura de São Luís se junta à WPR contra população*.

Quadro 2 – Mentiras e contradições sobre a construção do Porto Privado no Cajueiro, São Luís-MA

Nº	Mentiras	Contradições
1	A Ata dá o porto da WPR como uma realidade, citando inclusive sua localização em endereço inexistente	O documento trata da ampliação do Porto São Luís como se o empreendimento já estivesse construído no Cajueiro, mais precisamente na Praia de Parnauçú.
2	Incremento da arrecadação de tributos	A Ata não especifica de que forma a concessão de incentivo fiscal ao empreendimento portuário beneficiará à população do Cajueiro.
3	Geração de quatro mil empregos diretos	Na Ata e em outros anúncios do empreendimento, existem dissonâncias acerca do número de vagas que serão criadas com a instalação do porto.
4	Porto não gerará grande impacto na malha viária por se utilizar do sistema ferroviário	A Ata, a princípio, cita que o porto não afetará a malha viária de maneira intensa; no entanto, depois, destaca que a WPR, posteriormente, apresentará projetos para reduzir impactos sobre esse conjunto de vias.
5	Negociação com moradores que serão expulsos está praticamente concluída	A Ata indica que a negociação entre a WPR e os moradores do Cajueiro está quase finalizada. Todavia, na comunidade, os trabalhadores/moradores enfrentam ações violentas.
6	O porto não trará grandes impactos ambientais	A Ata destaca que a área do Cajueiro a ser afetada se limita à “poligonal do porto”. Contudo, o empreendimento também impactará a área pretendida para a Resex Tauá-Mirim.
7	O Terreiro do Egito não será impactado pelo porto	A Ata ressalta que o Porto Privado não afetará o Terreiro do Egito. Porém, a instalação do empreendimento interferirá na visão que se tem do mar, essencial nos ritos praticados.

Fonte: extraído de Cajueiro Resiste (2016).

A primeira mentira/contradição diz respeito ao emprego do termo “ampliação” na Ata, em vez de “construção”, dando a entender que o porto já existe na região do Cajueiro, especificamente na Praia de Parnauçú. Além disso, esse documento trata da implantação de quatro novos píeres, apesar de nenhum ter sido instalado, já que o empreendimento portuário ainda não foi construído (CAJUEIRO RESISTE, 2016), o que pode ser constatado por meio de visita ao local (Figura 8).

Figura 8 – Praia de Parnauaçu, Cajueiro, São Luís-MA



Fonte: Cajueiro Resiste (2016).

A segunda mentira/contradição refere-se aos incentivos fiscais que, desde os anos 1970, servem de atrativo para empreendimentos em São Luís (Figura 9). Ainda que esses empreendimentos não demonstrem contribuir de modo eficaz na qualidade de vida da população, o EIA do Porto Privado aponta essa suposta contribuição.

No Maranhão, projetos industriais e agroindustriais são incentivados por meio do “Programa Maranhão Mais Empresas” do Governo do Estado, criado na gestão de Flávio Dino como ampliação do “Programa Pró-Maranhão” do governo de Roseana Sarney. O programa concede a redução de imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS), usado na manutenção e melhoria de serviços públicos. Porém, na Ata da reunião, não são detalhados quais benefícios essa redução trará efetivamente à população afetada pelo porto (CAJUEIRO RESISTE, 2016).

Figura 9 – EIA do TUP Porto São Luís: incentivos fiscais

A década seguinte foi marcada por intensas transformações socioeconômicas no município. Deste modo, o Governo do Maranhão pôs em prática uma série de políticas de incentivos fiscais que visava atrair investimentos para a região. Entre elas, pode-se citar o Distrito Industrial de São Luís, o Consórcio Alumínio do Maranhão (ALUMAR), o Complexo Portuário de Ponta da Madeira e o Porto de Itaqui.

Um grande contingente de migrantes chegou à cidade e influenciou a intensa expansão urbana em São Luís ocorrida neste período. Conforme dados do IBGE, desde o século XVII até o ano de 1991, a população da cidade cresceu 162% entre 1970 e 1991, atingindo um contingente de 695.199 habitantes. Essa expansão populacional, impulsionada pelo fluxo migratório, houve uma aguda especulação imobiliária com uma hipervalorização da terra, em particular, nas áreas próximas às praias. No entanto, o migrante residia, de forma geral, em áreas de ocupação desordenada, em locais da periferia da cidade onde a infraestrutura de serviços urbanos era precária.

▪ 3.4.2.5.3 Uso e Ocupação do Solo Rural

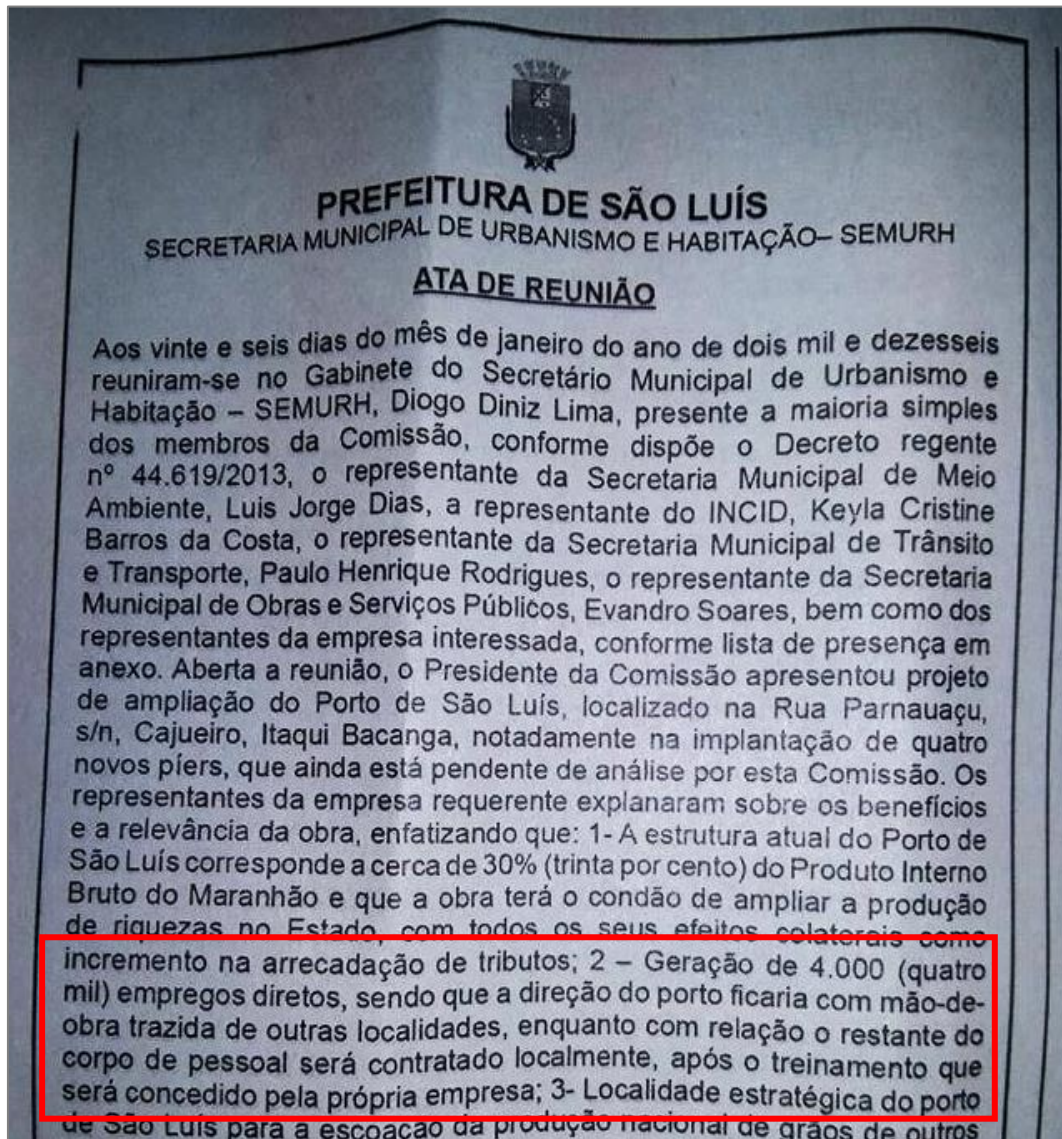
MRS Estudos Ambientais Ltda
www.mrsambiental.com.br

83

Fonte: Cajueiro Resiste (2016).

A terceira mentira/contradição está relacionada ao fato de que a geração de empregos se mostra como especulação, pois, na Ata, não é detalhado como esse processo ocorrerá; expõe-se apenas que os cargos de direção serão exercidos por indivíduos de outras localidades. Além disso, há incongruências, nesse documento e em anúncios e reuniões entre representantes do governo e da WPR, no que tange ao número de empregos que serão gerados (Figura 10) (CAJUEIRO RESISTE, 2016).

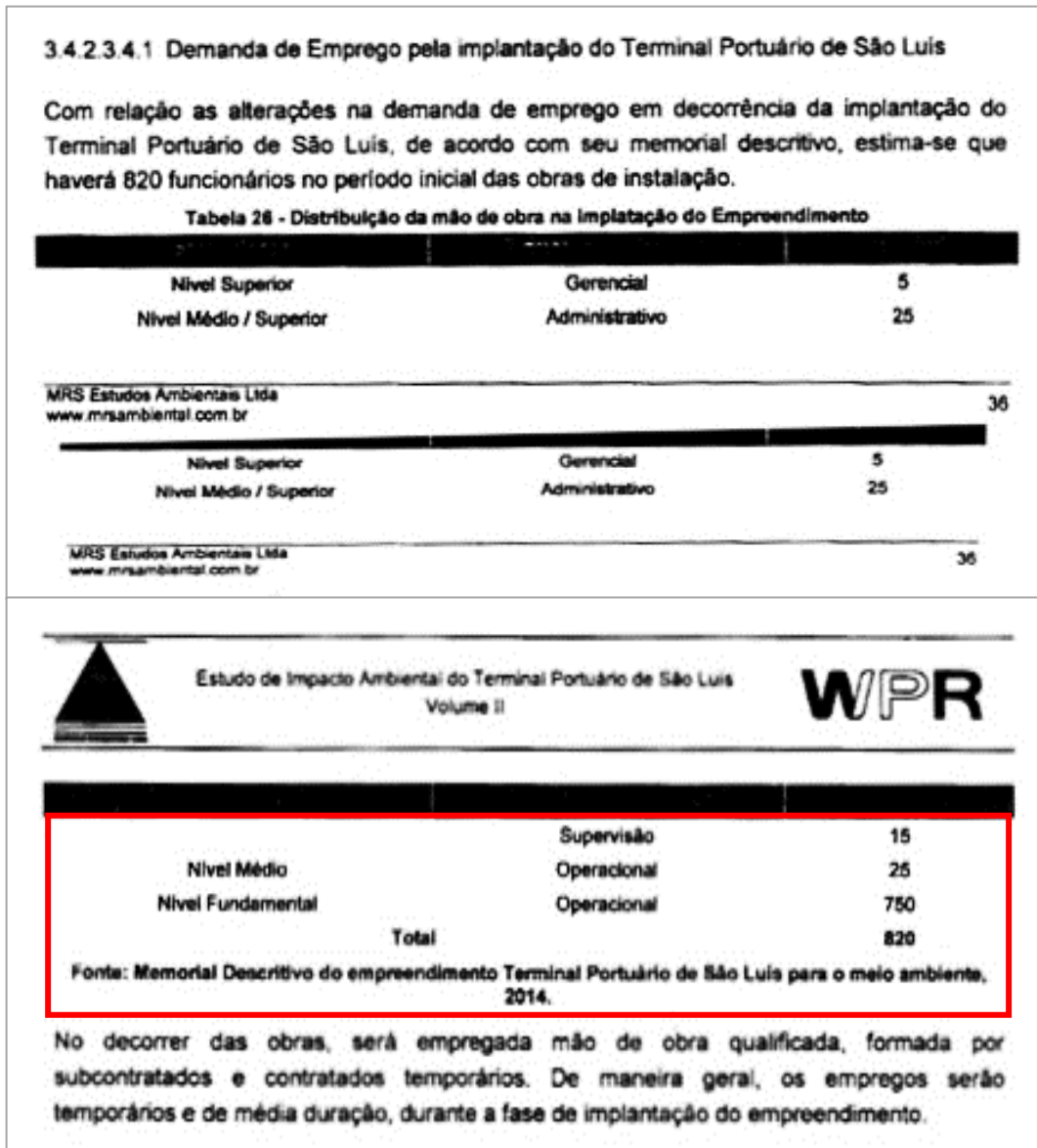
Figura 10 – Ata de reunião sobre o TUP Porto São Luís: geração de empregos



Fonte: Cajueiro Resiste (2016).

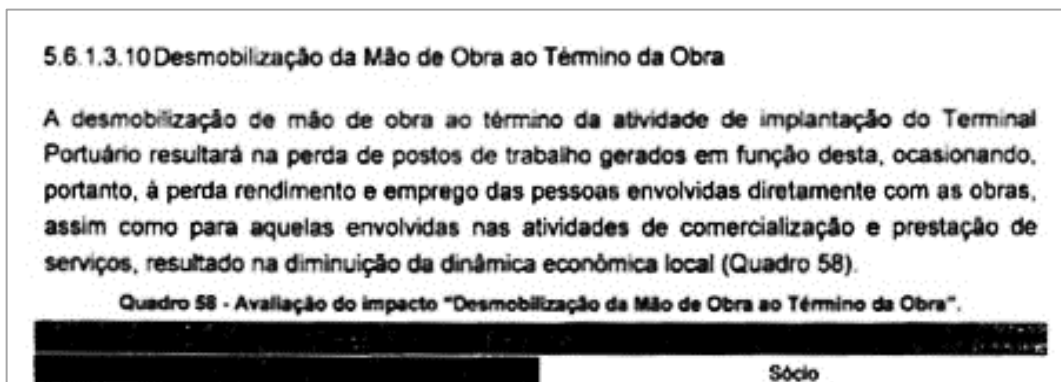
No EIA do Porto Privado, consta que serão criadas 820 vagas na fase de construção; destas, 750 serão para o nível fundamental de escolaridade (Figura 11). Entretanto, após essa etapa, os trabalhadores serão dispensados, implicando a perda da sua renda (Figura 12). Também não são especificados quantos empregos diretos e indiretos serão criados na fase de operação do empreendimento portuário (Figura 13) (CAJUEIRO RESISTE, 2016).

Figura 11 – EIA do TUP Porto São Luís: geração de empregos – implantação

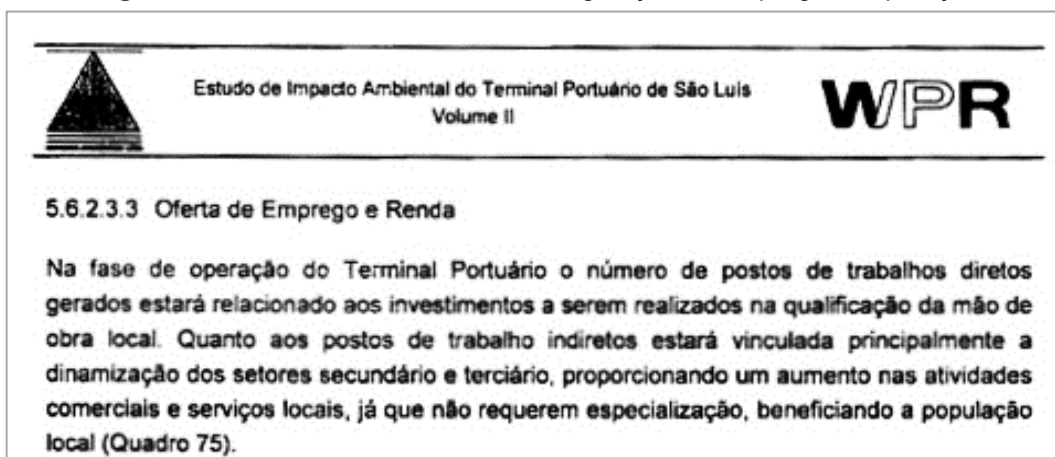


Fonte: Cajueiro Resiste (2016).

Figura 12 – EIA do TUP Porto São Luís: geração de empregos – conclusão

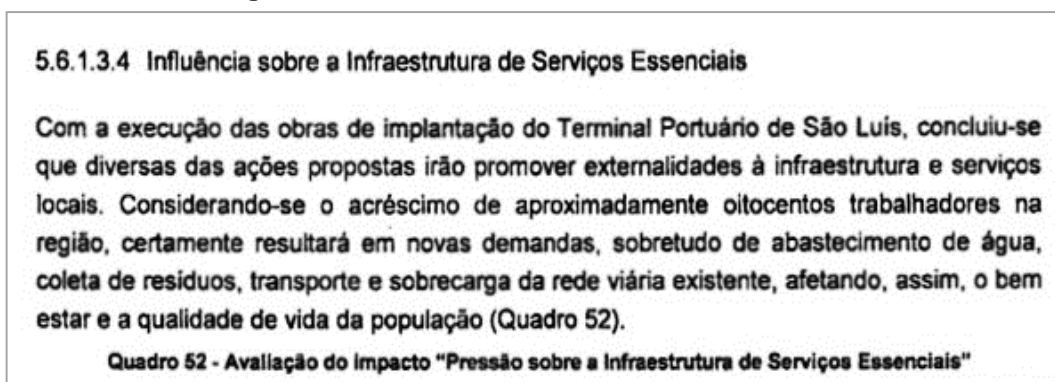


Fonte: Cajueiro Resiste (2016).

Figura 13 – EIA do TUP Porto São Luís: geração de empregos – operação

Fonte: Cajueiro Resiste (2016).

A quarta mentira/contradição é referente à malha viária. Inicialmente, registra-se, na Ata, que o empreendimento portuário não afetará profundamente esse conjunto de vias; depois, expõe-se que ainda serão apresentados, pela empresa WPR, projetos para reduzir impactos sobre a malha viária. Além disso, o EIA do Porto Privado frisa que a demanda oriunda da promessa de geração de emprego provocará sobrecarga nesse sistema, comprometendo a qualidade de vida da população local (Figura 14) (CAJUEIRO RESISTE, 2016).

Figura 14 – EIA do TUP Porto São Luís: malha viária

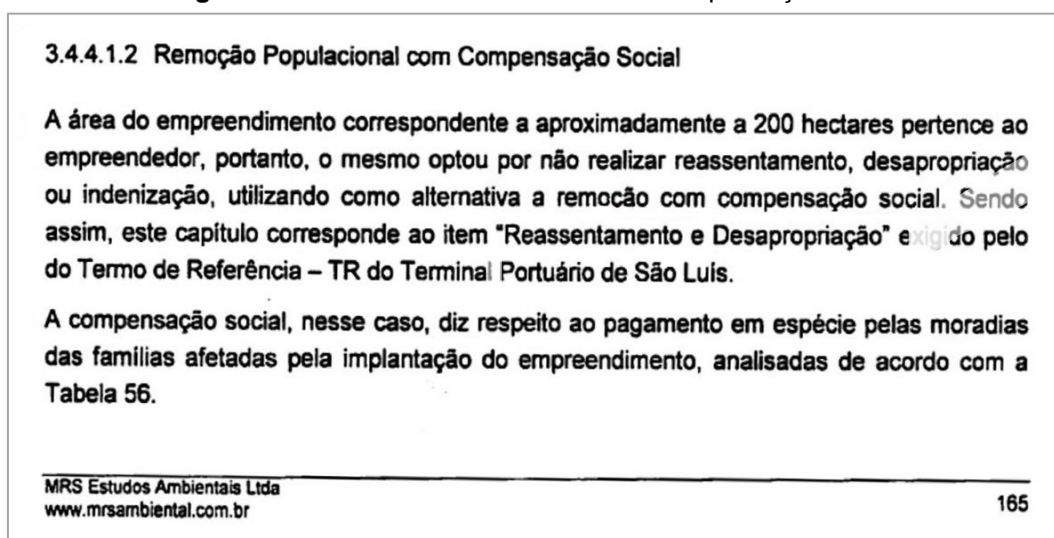
Fonte: Cajueiro Resiste (2016).

A quinta mentira/contradição refere-se ao acordo dissonante da WPR com os moradores do Cajueiro. Na Ata da reunião, consta que a negociação entre a empresa e os moradores está na fase final. Todavia, as pressões e ações violentas praticadas no território da comunidade contradizem essa versão.

A negociação não envolve o reassentamento, e sim a indenização de forma individual dos moradores, o que suscitará a desintegração da comunidade e a perda

de parte da história de São Luís (Figura 15). Por conseguinte, a construção do Porto Privado implicará o desaparecimento do Cajueiro, como tem ocorrido desde a década de 1970 com outras comunidades, diante de grandes empreendimentos (CAJUEIRO RESISTE, 2016).

Figura 15 – EIA do TUP Porto São Luís: compensação social



Fonte: Cajueiro Resiste (2016).

A sexta mentira/contradição concerne aos impactos ambientais causados pelo Porto Privado. A Secretaria Municipal de Meio Ambiente (Semmam) de São Luís mostrou-se favorável ao empreendimento, destacando, inclusive, que houve redução de impacto socioambiental com a realocação prévia dos moradores do Cajueiro. No entanto, o que se nota é que boa parte da comunidade foi removida à força, através do processo de assédio; os moradores que resistem enfrentam situações de violência. Desconsideram-se as ações judiciais que refutam esse empreendimento, bem como os impactos sociais e ambientais descritos no próprio EIA.

O TUP afetaria toda a Zona Rural, incluindo a área almejada para a Resex Tauá-Mirim, e não apenas o local descrito na Ata, que se limitaria à "poligonal do porto". Apesar de ser categorizado como área industrial, o Cajueiro é identificado pela WPR como comunidade rural, o que pode ser comprovado em visita ao local. Porém, é observada a tentativa da então gestão do governo municipal, em 2016, de alterar o zoneamento da área para portuária, a fim de atender aos interesses da empresa (CAJUEIRO RESISTE, 2016).

Com relação aos impactos ambientais (Figura 16), destaca-se que a construção do Porto Privado pode alterar a qualidade da água na região, devido à contaminação

por óleo e outros resíduos, afetando severamente aves, peixes e demais espécies da vida marinha, trazendo riscos à saúde humana e contribuindo para a incidência de doenças renais, cardiovasculares, gastrointestinais etc. (HERNANDES, 2018).

Figura 16 – EIA do TUP Porto São Luís: impactos socioambientais – água

5.6.1.1.1 Alterações na Qualidade da Água

As alterações na qualidade da água decorrentes da construção do Terminal Portuário poderão ser causadas mediante:

- Eventuais vazamentos de óleo e outros combustíveis devido às operações de abastecimento do maquinário, como a draga, o martelo de cravação e perfuratriz, realizadas no cais e na balsa.
- Restos de óleo ou outras substâncias oriundas das máquinas que podem ser carregados pela chuva, podendo contaminar a água do mar.

Os efeitos decorrentes de um derrame acidental de óleo para o ambiente marinho se manifestarão diretamente na qualidade da água da região atingida, através de alterações das propriedades físico-químicas e biológicas, sendo a extensão destes efeitos diretamente proporcionais aos volumes derramados, ou seja, quanto maior a quantidade vazada, maior tende a ser a severidade da emergência e, portanto, o potencial de danos ambientais decorrentes.

Fonte: Cajueiro Resiste (2016).

Esse dano ambiental se estende às aves e ao seu habitat costeiro (Figura 17), uma vez que a instalação portuária requer o desmate da área, interferindo na prática alimentar dos animais e ocasionando a degradação dos locais utilizados para pouso e descanso. Portanto, no próprio EIA do Porto Privado, fica evidente o impacto desse grande projeto no ciclo de vida de diversas espécies, em virtude da possível perda da qualidade ambiental e da área utilizada por elas.

Figura 17 – EIA do TUP Porto São Luís: impactos socioambientais – aviário

5.6.1.2.4 Perda, Degradação de Habitat para Aves

Os principais efeitos negativos na avifauna ocorrem pela perda de áreas costeiras, pontos de forrageio e descanso para aves. A perda da cobertura florestal, também acarretará em

impacto negativo para as aves. Assim como possíveis contaminações geradas por resíduos sólidos, efluentes líquidos, tais como óleos, esgoto, e outros.

Quadro 42 - Avaliação do impacto " Perda, Degradação de Habitat para Aves"

Fonte: Cajueiro Resiste (2016).

Entre os impactos socioambientais, nota-se, ainda, que a construção do porto acarretará a atração da população de outras regiões para o local de instalação desse empreendimento e o entorno, com a promessa de geração de emprego (Figura 18), como vem ocorrendo no Cajueiro. Contudo, como já foi evidenciado, essa promessa mostra-se incoerente, uma vez que o número de vagas divulgado é dissonante nos anúncios, nas reuniões, no EIA e em documentos como a Ata em discussão.

Essa atração demográfica poderá, até mesmo, provocar a exclusão da mão de obra local, bem como a perda de práticas econômicas tradicionais. Além da demanda de mão de obra, o aumento populacional poderá acarretar diversos problemas entre os moradores/trabalhadores mais antigos e os “de fora”, relativos ao convívio social, à violência, à criminalidade, ao uso de drogas lícitas e ilícitas e à ocorrência de casos de prostituição, infecções sexualmente transmissíveis (IST) e gravidez.

Figura 18 – EIA do TUP Porto São Luís: impactos socioambientais – população

5.6.1.3.3 Atração Demográfica

Geralmente a implantação de uma obra cria uma especulação de oferta de emprego, fato que acaba por exercer uma atração demográfica para a região.

O aumento no contingente populacional também gera tensões sociais entre a população local e a recém-chegada devido às diferenças culturais e socioeconômicas, além do possível incremento da violência, consumo de álcool e drogas. Além disso, a chegada de um grupo, essencialmente masculino, pode aumentar os casos de prostituição e doenças sexualmente transmissíveis, além da maior incidência de gravidez, principalmente, entre as adolescentes (Quadro 51).

Quadro 51 – Avaliação do Impacto: "Atração Demográfica"

	Sócio
	Negativo
	Direto
	Temporário
	Médio Prazo
	Provável
	Reversível

MRS Estudos Ambientais Ltda
www.mrsambiental.com.br

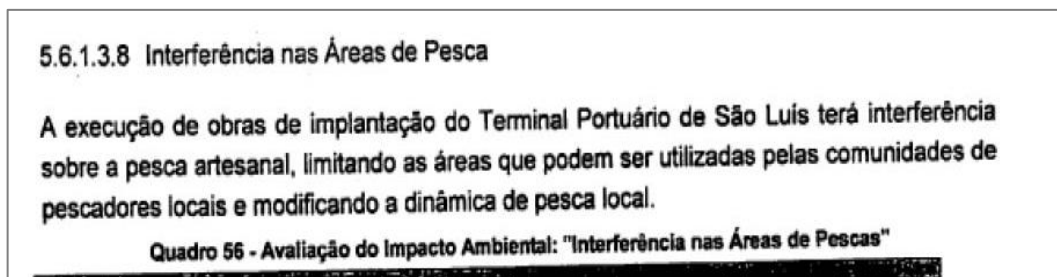
221

Fonte: Cajueiro Resiste (2016).

Nota-se, ainda, que a construção e a operação portuária terão implicações na atividade pesqueira artesanal (Figura 19), na extração de pescado e crustáceos, que é uma das principais fontes de renda e alimentação dos trabalhadores da comunidade,

trazendo não apenas um desequilíbrio ambiental, mas também econômico e cultural. Assim, é possível compreender que essa alteração ambiental pode comprometer de forma irreversível o ecossistema do território e a dinâmica pesqueira tradicional, em decorrência do risco iminente de contaminação da água, do impacto na fauna e flora marítimas, à restrição ou, até mesmo, à destruição de áreas de pesca.

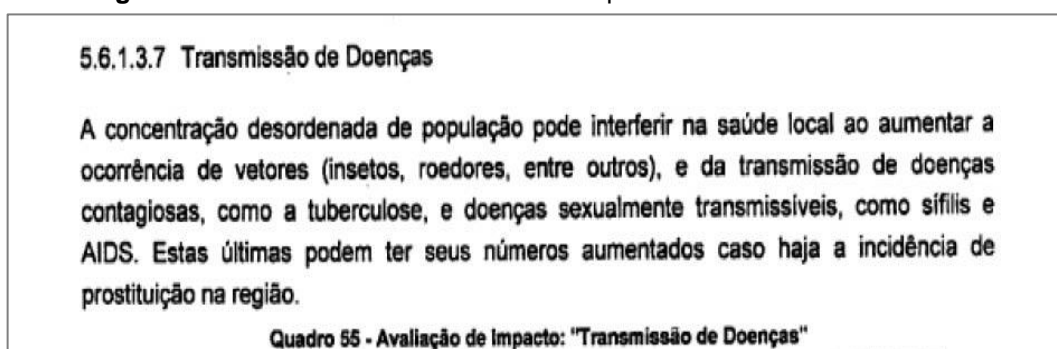
Figura 19 – EIA do TUP Porto São Luís: impactos socioambientais – pesca



Fonte: Cajueiro Resiste (2016).

A maior incidência de doenças é outra questão socioambiental evidenciada no EIA do Porto Privado (Figura 20), devido ao crescimento populacional que, ao ocorrer de forma desordenada, poderá afetar drasticamente a saúde e a qualidade de vida da população local, bem como dos trabalhadores vindos de fora. Desse modo, ampliam-se as chances de proliferação de doenças vetoriais e zoonoses e aumenta-se o risco potencial de transmissão de doenças infectocontagiosas, como as IST.

Figura 20 – EIA do TUP Porto São Luís: impactos socioambientais – saúde



Fonte: Cajueiro Resiste (2016).

O cotidiano da comunidade do Cajueiro (Figura 21) é outro fator que, desde o anúncio do TUP, vem sendo alterado de maneira negativa. Fica evidente no EIA do Porto São Luís que a construção e a operação portuária intensificarão o transtorno já vivenciado pelos moradores/trabalhadores, afetando de diversas formas seus modos

de vida e suas condições de trabalho, além de comprometer práticas e locais de valor histórico e cultural para a comunidade.

No tocante aos aspectos antrópicos, a rotina da população tem sido marcada por conflitos com representantes do Porto Privado e com moradores vindos “de fora”, sujeitando os trabalhadores locais a situações de coerção, assédio e agressão, bem como gerando inseguranças, tensões e temores frente ao processo de implantação desse empreendimento no território do Cajueiro.

Figura 21 – EIA do TUP Porto São Luís: impactos socioambientais – cotidiano

5.6.1.3.9 Alteração do Cotidiano da População

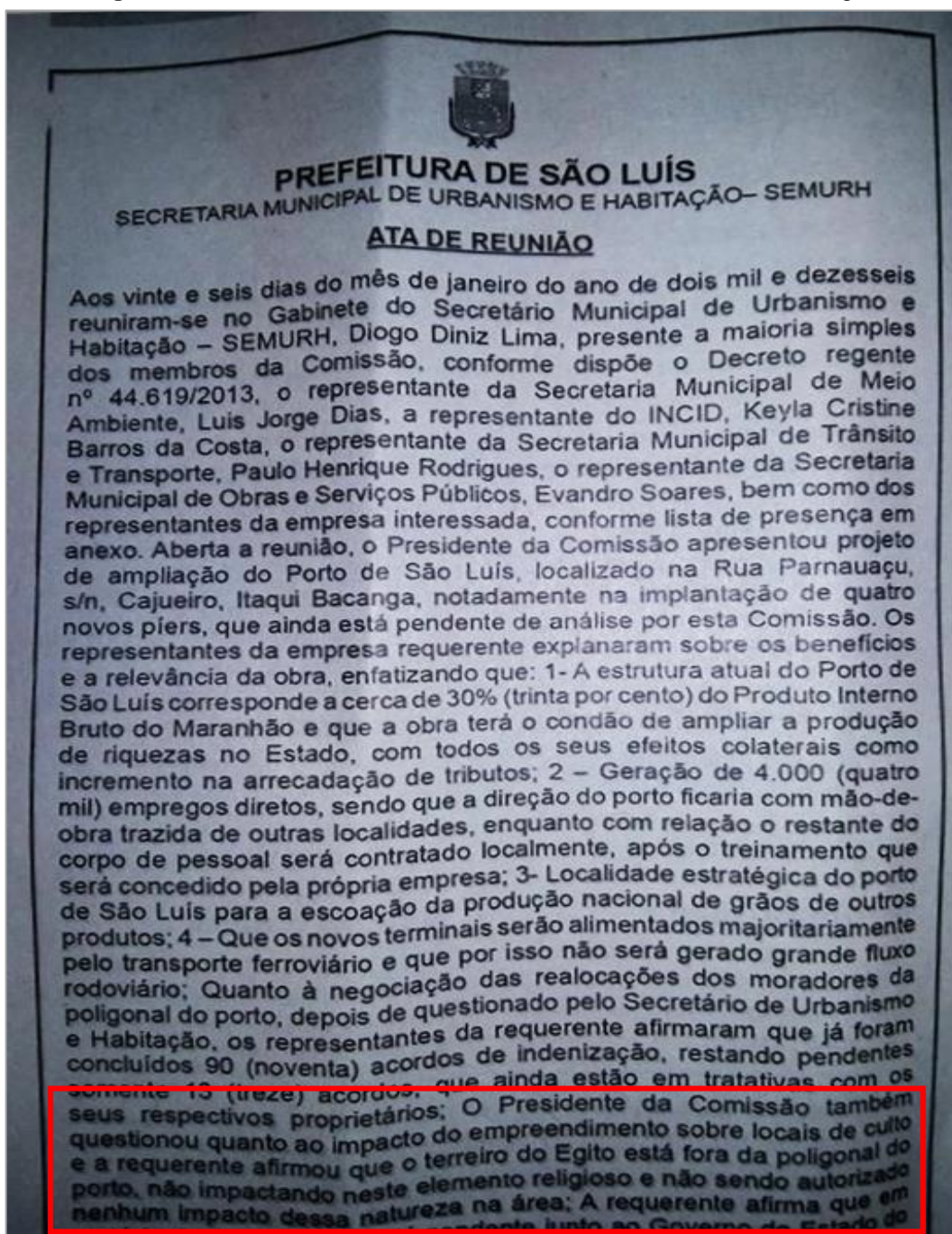
O impacto sobre o cotidiano da população se dá por meio da presença de trabalhadores próximos aos domicílios, circulação temporária destes nas localidades, interferindo na privacidade da unidade social e familiar e ocasionando um transtorno na rotina da população envolvida, principalmente no contexto de suas representações sociais, visto que as relações diárias do convívio da vizinhança, do estabelecimento de confiança, das proximidades dos núcleos de trabalho e lazer são alteradas.

Fonte: Cajueiro Resiste (2016).

A sétima mentira/contradição abrange o impacto do TUP no Terreiro do Egito. Na Ata, cita-se que a instalação do Porto Privado não afetará esse espaço religioso. Apesar do que expõe tal documento, é evidente que esse empreendimento envolve não somente uma questão geográfica, mas, sobretudo, simbólica-cultural.

Esse projeto portuário comprometerá diretamente a visão que se tem do mar, fundamental durante os ritos praticados. Essa visão é proporcionada justamente pela sua localização; portanto, alterá-la implica desrespeitar o que esse espaço representa histórica e culturalmente: local sagrado, de suma importância para religiões de matriz africana no Maranhão (Figura 22) (CAJUEIRO RESISTE, 2016).

Figura 22 – Ata de reunião sobre o TUP Porto São Luís: Terreiro do Egito



Fonte: Cajueiro Resiste (2016).

É nesse contexto de contradições e inverdades da empresa, da Prefeitura de São Luís e dos governos estadual e federal que a classe trabalhadora de Cajueiro, através do *blog* “Cajueiro Resiste”, se mobiliza e expressa sua capacidade de resistir às distorções da realidade vivenciada por eles. Esses trabalhadores manifestam sua indignação contra determinadas situações que ameaçam suas condições de vida, de existência e de trabalho. O que se observa, ao longo dessa história de luta, é o grito

dos trabalhadores por justiça e direitos; é um grito que busca romper com a mentira disseminada pela classe dominante.

O processo de organização dos trabalhadores do Cajueiro está submerso em tais contradições e busca ter estratégias e recursos necessários para continuar sua luta, porque as vitórias não vêm por acaso; elas exigem luta contínua e resistência que necessita de direção e organização política. Nessa concepção, Gramsci (1976) analisa que a luta é contínua; por isso, a persistência, a coragem, o conhecimento e a resistência tornam-se organicamente indispensáveis no processo de luta.

Diante disso, percebe-se que muitos trabalhadores do Cajueiro têm entendido a importância da organização política para o enfrentamento da questão, sobretudo com o avanço de grandes projetos para a região. No entanto, em todo processo de luta há correlações de forças entre classes opostas que se enfrentam, e cada uma usa as armas que tem para defender seus objetivos. Esses antagonismos também são vivenciados no processo de organização da classe trabalhadora, haja vista que internamente há disputas e divergências próprias do movimento, que amortecem e desarticulam o processo de luta.

Não diferente dessa realidade, a comunidade do Cajueiro tem experimentado, no interior de suas lutas, divergências entre os trabalhadores, pois o movimento de luta nessa comunidade não é linear e muito menos homogêneo. Observa-se que, no Cajueiro, há diversidade entre os grupos; logo, o entendimento sobre a luta não é único. De um lado, existem trabalhadores que se aproximaram não necessariamente para compartilhar os ideais de luta e permanência, e, de outro lado, há trabalhadores que acreditam nos processos organizativos.

Assim, entende-se que, dentro do movimento, não há uma visão romântica de que todos estão em um ideal de luta, uma vez que existe um jogo de interesses e divergências. Sabendo dessas divergências, a empresa tenta cooptar as lideranças que estão no processo organizativo, do mesmo modo que tenta atrair os trabalhadores que não estão na luta, por meio de indenização e da promessa de trazer benefícios e compensações para a comunidade.

Muitos desses benefícios e compensações são noticiados pela grande mídia maranhense como ações que têm gerado centenas de empregos na cidade e vários projetos sociais para os moradores e trabalhadores da comunidade e do seu entorno. De acordo com uma matéria publicada, em 2020, no jornal *O Imparcial* e no portal de

notícias *IMirante*, diversos projetos sociais, que “beneficiaram” muitas pessoas, foram realizados no segundo semestre de 2019, tais como:

- Assistência e acompanhamento social das famílias desapropriadas e remanejadas da área do Porto;
- Entrega do novo acesso à comunidade do Andirobal e do novo campo de futebol para os moradores;
- Planejamento para a construção de um posto de saúde;
- Atividades recreativas e de lazer com ida ao cinema para os alunos da UEB Manuela Varela, no Dia das Crianças;
- Atendimento odontológico em parceria com o SENAI/Sinduscon/FIEMA;
- Atendimento oftalmológico com doação de óculos em parceria com o SENAI/Sinduscon/FIEMA;
- Palestra sobre a importância da capacitação profissional para aproveitar as oportunidades de emprego;
- Festa de Natal com atividades lúdicas, recreação, entrega de brinquedos, lanches e a presença do Papai Noel;
- Cursos de pedreiro de alvenaria e carpinteiro de obras para pessoas da comunidade e do entorno, em parceria com o SENAI/Sinduscon/FIEMA. (PORTO..., 2020a, 2020b, p. 1).

Além disso, alguns veículos de comunicação do Maranhão têm divulgado as vantagens da instalação do Porto São Luís para a capital do Estado. Em entrevista concedida para o jornal *O Imparcial*, o novo presidente do TUP Porto São Luís, Helder Dantas, declarou que a construção desse empreendimento portuário é um ato crucial para acelerar a economia do estado, em resposta à crise imposta pela pandemia do novo coronavírus (PORTO..., 2021). Conforme o diretor executivo (CEO) da CCC na América Latina, “o Porto São Luís nunca foi tão estratégico e vital como um futuro indutor de desenvolvimento para o Maranhão” (PORTO..., 2021, p. 1).

No tocante à área de 200 ha adquirida pela empresa para a construção do Porto São Luís, a mídia maranhense anuncia, em alguns jornais, que várias pessoas passaram a invadir o local com a finalidade de adquirir altas indenizações. Segundo o jornal *O Imparcial*, alguns nem chegaram a morar no local, deixando as residências apenas para “demarcar” a área. Parte dos que habitavam na área já haviam negociado financeiramente suas casas e sem nenhum problema deixaram o local. No entanto, 23 famílias, consideradas invasoras pela empresa, necessitaram de decisão judicial. Na esteira desse processo, ainda restam seis famílias, que não são tratadas como invasoras e firmam acordos pacíficos em relação a sua saída (BORGES, 2019).

Em contrapartida, na realidade do Cajueiro, pode-se notar que a comunidade tem enfrentado consequências violentas com a instalação do Porto São Luís no seu território, visto que a violência física e psicológica, despejos forçados, indenizações

não amigáveis, grilagem de terras e desmatamento com graves impactos ambientais são praticados pela empresa. Assim, para os trabalhadores que estão inseridos no processo organizativo, a construção do empreendimento portuário só traz destruição e desrespeito ao modo de vida tradicional dessa comunidade.

Entende-se que esses processos acirram os conflitos por terra na comunidade e ocasionam uma série de consequências, identificadas em estudos realizados desde 2014. Nesse sentido, vale referir a produção de estudos na comunidade por equipes de pesquisa acadêmica que deram subsídios às ações judiciais relativas à violação de direitos constatados pela assessoria jurídica da CPT. Em 16 de outubro de 2014, observando as manobras da empresa com o governo, os moradores impediram uma audiência pública e denunciaram a situação (ALVES, 2016).

Em sequência, em 23 de dezembro de 2014, após a derrubada de 19 casas na comunidade do Cajueiro, ordenada pela empresa WPR e efetuada pelos jagunços, os moradores promoveram uma extensa reunião e decidiram ocupar a BR-135 (Figura 23) para exigir a prisão dos jagunços. Vários boletins de ocorrência foram realizados, entretanto, até o momento, não foi apresentada uma solução efetiva às famílias cujas moradias foram desmanteladas.

Figura 23 – Moradores da comunidade do Cajueiro protestam na BR-135, São Luís-MA



Fonte: Amorim (2014).

A imagem registra a manifestação dos moradores/trabalhadores do Cajueiro bloqueando os dois sentidos da BR-135, em protesto por uma ação de reintegração de posse, na qual 19 casas foram demolidas de forma ilegal, retirando os moradores das suas casas. Além disso, os manifestantes interditaram a rodovia para mobilizar a atenção de outras parcelas da sociedade e de órgãos envolvidos com a situação, em relação ao problema.

Por meio desse protesto, os moradores/trabalhadores demonstraram que não aceitariam esse tipo de violação nem a forma como o capital, através da violência da empresa WPR e dos seus jagunços, tentava invadir o seu território. Dessa maneira, organizaram-se no sentido de resistência à ação coercitiva da empresa e do Estado capitalista, entendendo que, mediante a luta política, são capazes de rearticular o seu papel na sociedade, apoiando e defendendo os interesses de uma classe excluída de seus direitos básicos de sobrevivência.

No dia 30 de dezembro de 2014, como relata Arcangeli (2020), foi editado o Decreto nº 30.610, pelo ex-governador interino Arnaldo Melo, que exerceu o cargo de 10 de dezembro de 2014 a 1º de janeiro de 2015, após renúncia de Roseana Sarney ao cargo de governadora. Esse dispositivo instituiu que o Cajueiro era uma área de interesse público, legitimando a desapropriação do território em benefício da WPR, e autorizou o Estado do Maranhão a promover, a qualquer momento, a desapropriação total por via administrativa ou judicial, com recursos da referida empresa.

Contudo, em 12 de janeiro de 2015, ocorreu a revogação desse decreto pelo atual governo Flávio Dino, mediante o Decreto nº 30.624/2015 (Anexo B). Apesar de prever que, perante situações de conflitos no local, seja feito um aprofundamento de estudos, inclusive no tocante às implicações socioambientais do projeto portuário na área pretendida (MARANHÃO, 2015), o Decreto nº 30.624/2015 não apresentou uma solução cabal para assegurar a permanência da comunidade (ARCANGELI, 2020).

Ainda assim, foi concedida licença prévia ao empreendimento; mesmo com a solicitação dos moradores para revogação desse ato, a Sema apenas o suspendeu. Em razão disso, representantes da comunidade do Cajueiro participaram de diversas reuniões junto a movimentos sociais (Figura 24) e secretarias estaduais — sobretudo a Secretaria de Segurança Pública (SSP) e a Sedihpop (ARCANGELI, 2020).

Figura 24 – Reunião na associação de moradores do Cajueiro, São Luís-MA



Fonte: Nova Cartografia Social da Amazônia (2017).

Entretanto, nenhum encaminhamento concreto foi dado às reivindicações dos moradores, no tocante à revogação da licença prévia do Porto Privado e à anuência para criar a Resex Tauá-Mirim. Por conseguinte, essa quantidade de reuniões com as secretarias e o silêncio do governador funcionaram como um modo de ganhar tempo, conciliar interesses e transmitir uma ideia de que o governo estava “negociando” uma saída para as reivindicações apresentadas. Era uma forma de travar a luta e reduzir a mobilização da comunidade do Cajueiro, bem como de atenuar a sua resistência e, na realidade, consolidar os interesses da empresa WPR (ARCANGELI, 2020).

No dia 6 de janeiro de 2016, como expõe Alves (2016, 2020), o Ministério dos Transportes, por intermédio da Secretaria de Portos do Governo Federal, autorizou a construção do TUP da WTorre/WPR, com previsão de R\$ 1,782 bilhão de recursos²⁵ governamentais. Esse ato, vale citar, teve a participação do Governo do Maranhão, através da Seinc. Depois, em 20 de janeiro do mesmo ano, a Sema liberou a licença

²⁵ A esse respeito, cf. Alisk (2016).

prévia que, no ano anterior, tinha sido suspensa em virtude da pressão exercida pelo movimento de resistência do Cajueiro, permitindo o prosseguimento das pesquisas e ações para a construção do empreendimento portuário no território dessa comunidade tradicional (ALVES, 2016, 2020).

No dia 2 de agosto, segundo Arcangeli (2020, p. 132): “Para as lideranças do Cajueiro, o governo estadual dava esperanças, que logo se transformaram em grande decepção e revolta quando houve liberação da licença de instalação (LI) do porto”. No ano seguinte, no dia 6 de abril de 2017, o governador Flávio Dino participou de uma solenidade, em São Paulo, com a presença do Secretário da Seinc e das empresas WTorre e CCCC (Figura 25). Dessa solenidade decorreu a assinatura do acordo de investimento entre a CCCC e a WTorre/WPR, para construir o TUP em São Luís.

Figura 25 – Assinatura do acordo de investimento para a construção do TUP em São Luís-MA



Fonte: SEATI (2017).

Já no dia 16 de março de 2018, na capital maranhense, em um hotel de luxo distante da comunidade, foi lançada a pedra fundamental do porto com a presença do

governador, do representante da Federação da Indústria do Maranhão (FIEMA), da CCCC e da WPR (ARCANGELI, 2020).

Na ocasião, os trabalhadores do Cajueiro e movimentos sociais protestavam na própria comunidade, mesmo com a presença de um forte aparato policial, várias viaturas, corpo de bombeiros e cavalaria. Essa força policial estava presente para retirar os manifestantes e assegurar a ida dos empresários chineses ao local, após a solenidade no hotel, para jogarem uma pá dourada de areia na pedra fundamental, chamada pelos trabalhadores de “Pedra do Mal”.

No ano seguinte, em 12 de agosto de 2019, houve o cumprimento de ação de reintegração de posse favorável à empresa, e pelo menos 21 casas foram demolidas. Essa ação ocorreu com a presença de um oficial de justiça e do advogado da empresa que visivelmente orientava a ação (Figura 26).

Figura 26 – Cajueiro, São Luís-MA: moradores sendo alvo de uma ação de reintegração de posse



Fonte: Sotão (2018).

As famílias foram surpreendidas, sem aviso prévio e sem um plano efetivo de remanejamento, pela presença do Batalhão de Choque da PM que lançou *spray* de pimenta nos moradores, incluindo uma mulher com uma criança recém-nascida, uma mulher grávida, idosos e crianças. A geladeira de uma moradora, que nem tinha sido

quitada, foi colocada ao relento. Crianças que estudavam na Unidade de Educação Básica (UEB) Manuela Varela, ao voltarem para casa, com suas mochilas nas costas, perceberam que suas moradias não existiam mais.

A violência é, portanto, bem maior do que se pode caracterizar. A intervenção nos direitos territoriais, por parte da empresa, gerou esse episódio em que famílias tiveram suas casas, roças, pomares e quintais produtivos destruídos e, diante disso, denunciaram várias irregularidades. No mesmo dia, aproximadamente 40 moradores da comunidade ocuparam a frente da sede do Governo do Maranhão, o Palácio dos Leões, na tentativa de encontrar um canal de negociações.

Esses moradores/trabalhadores mobilizam-se para exigir do governador Flávio Dino a suspensão da operação de despejo de 80 famílias do núcleo Parnauaçu, onde se pretende construir o porto. Tais famílias são as mais afetadas diretamente com a ameaça de despejo. Em meio às vivências de ameaças e violências, denunciam-se, também, violências físicas e psicológicas realizadas na desocupação do ato político pacífico em frente ao Palácio dos Leões, em defesa do território do Cajueiro, e no ato truculento de reintegração de posse.

No entanto, a polícia os reprimiu violentamente com balas de borracha e gás lacrimogêneo, além de efetuar a prisão de apoiadores da comunidade. O governador procurou se isentar da ação declarando que “a polícia não pode simplesmente se recusar a cumprir ordem judicial [...] não cabe ao governador cassar ou suspender decisão de outro poder” (ALVES, 2020, p. 177).

Nesse caso, entende-se que o direito à informação da comunidade foi violado, não existindo documento esclarecendo o dia da ação, uma vez que a própria empresa violadora ordenou a operação e coordenou a derrubada das casas. Assim, a SSP, a PM e o Poder Executivo violaram direitos da comunidade do Cajueiro ao atuarem com desproporcionalidade e abuso da força policial, sendo transpostos para ação mais de 200 policiais, tropa de choque com uso de gás lacrimogênio.

No contexto dos danos aos bens e patrimônios das famílias, além da demolição das casas, ocorreu a destruição de árvores frutíferas, como mangueiras, laranjeiras, cajueiros, e houve a destruição da preservação de um modo de vida peculiar. Além de toda essa violência física, Alves (2020, p. 178) reforça que:

[...] a empresa continua atuando na comunidade no sentido de potencializar os conflitos internos para desestruturar as relações comunitárias. Promessas de supostos empregos, doações de cestas de alimentos, chantagens e

negociações e reuniões de portas fechadas com grupo de moradores sob pressão psicológica com cooptação de lideranças e de moradores etc. são, entre outras, as formas que demonstram tanto a brutalidade da força coercitiva do capital, quanto por outro lado, a capacidade de resistência das famílias. Ao mesmo tempo, o governo estadual por meio de redes sociais investe no argumento da isenção no processo, armando-se contra a produção da crítica e das ações coletivas da comunidade e de seus apoiadores.

Em outro momento, no dia 18 de agosto de 2019, ocorreu uma caminhada de apoio e defesa aos trabalhadores do Cajueiro. Apesar de toda a violência praticada dias antes, os trabalhadores permaneceram firmes na luta pela terra. Nessa ocasião, também estavam presentes várias entidades do movimento social, que reivindicavam respeito à comunidade tradicional centenária e rechaçavam as ações realizadas pelo governo Flávio Dino, mostrando apoio aos trabalhadores na luta contra a instalação do Porto Privado (ARCANGELI, 2020).

Desse modo, compreende-se, a partir de Bogo (2010), que o poder da luta se constitui na organização da classe. Em outros termos, o poder de luta de uma classe está na possibilidade de criar suas estratégias de enfrentamento ao poder opressor. Portanto, nesse contexto de correlações de forças na luta pela terra, observa-se que um fato relevante de resistência frente ao Estado foi a reivindicação contra a expulsão de suas terras e direitos sociais.

Defendendo essa pauta, em 23 de agosto de 2019, sete moradores do Cajueiro e mais seis apoiadores ocuparam a Sedihpop²⁶ para reivindicar uma posição do governo a respeito da barbárie ocorrida no dia da reintegração de posse e cobrar uma abertura de diálogo. De acordo com Arcangeli (2020, p. 164), dentre os pontos reivindicados, estavam “a revogação dos dois decretos estaduais de desapropriação de áreas na Comunidade do Cajueiro e a anulação da licença de instalação do porto privado por parte do governo Flávio Dino.”.

Ainda no que tange às formas de luta e resistência, uma ação inovadora de mobilização, segurança e proteção do território da comunidade foi a formação do grupo “Guardiões do Cajueiro”, organizado por antigos moradores. Esses guardiões simbolizam a proteção diante da insegurança vivenciada na e pela comunidade. Essa resistência coletiva também inclui o apoio de jornalistas, comunicadores populares e distintos setores da sociedade civil, por meio de redes sociais, apresentando textos informativos que se opõem às informações oficiais das agências do governo. Além

²⁶ A esse respeito, cf. CPT (2019).

disso, a comunidade conta com o apoio de relatórios técnicos, estudos e assessoria jurídica de advogados e da CPT (ALVES, 2020).

Esses trabalhadores, quando coagidos, unem-se e elaboram as suas próprias estratégias de luta ao modelo desenvolvimentista, para garantir a sua condição de sobrevivência e emancipação. Dessa maneira, tais trabalhadores se organizam com o propósito de resistir à ação coercitiva do Estado capitalista, compreendendo que, através da luta política, são capazes de rearticularem o seu papel na sociedade.

Considerando esse processo, é válido salientar que a comunidade do Cajueiro se refere a um território que, desde 1998, foi definido como assentamento rural. Por meio do Instituto de Terras do Maranhão (ITERMA) foi conferida a “Escritura Pública de Condomínio” aos seus moradores, isto é, a segurança jurídica de posse da terra²⁷. Sendo assim, esse é o primeiro condicionante para impedir legalmente a construção de um porto privado com licença do governo estadual, tendo em vista que o decreto foi estabelecido pelo próprio governo do Maranhão (ALVES, 2016).

No campo dessas contradições, observa-se, portanto, a insurreição de vários conflitos, como também a construção da resistência e da luta de trabalhadores rurais. Considera-se, diante do exposto, que muitos trabalhadores têm compreendido que, lutando e procurando alternativas a partir de suas realidades, podem contribuir para o enfrentamento da violação dos seus direitos e contra a expulsão de sua terra.

Essas lutas constantes têm impedido ações do grupo CCCC na comunidade do Cajueiro, dificultando o avanço do projeto portuário estimado em R\$ 2 bilhões, em 2014. Segundo informações publicadas no jornal *O Imparcial* (Anexo C), esse grupo não logrou êxito na obtenção do financiamento de US\$ 500 milhões para construir o condomínio multicargas na cidade de São Luís, que propiciaria praticamente duplicar a circulação do Porto do Itaqui. No entanto, embora tal companhia vise atuar como construtora de empreendimentos, o projeto do porto estagnou em virtude da falta de recursos financeiros para as obras (RAPOSO, 2021).

Em meio a essas informações atuais sobre o Porto Privado, os trabalhadores da comunidade do Cajueiro se mantêm firmes na luta. Mesmo com toda a fragilidade, eles conseguem avançar em uma consciência crítica de maneira efetiva e coletiva contra a instalação do TUP Porto São Luís. Nessa conjuntura de lutas, não se deve

²⁷ Escritura Pública de Condomínio de 1998 — fotocópia de documento registrado no Cartório Alvimar Braúna, 4º Ofício de Notas, localizado na Rua Aracajú, 103, João Paulo, São Luís, Maranhão.

esquecer da história do Cajueiro, representada, principalmente, pela sua religião de matriz africana.

De acordo com o GEDMMA (2014), unindo diversas matrizes, especialmente a quilombola, na comunidade do Cajueiro existe a ruína do Terreiro do Egito, que é reconhecido, pelos praticantes de religiões de matriz africana, como um dos terreiros mais antigos do país, local que simboliza a resistência centenária de um povo (Figura 27). Na ótica de Santos e Sant’Ana Júnior (2017), o terreiro do Egito consiste em um instrumento de luta pela preservação do lugar enquanto lar e sustento, uma herança “imaterial” do Maranhão. Trata-se de um espaço inestimável e repleto de diferenças naturais e culturais, e que não pode ser resumido a uma simples mercadoria.

Figura 27 – Frequentadores do Terreiro do Egito demandando a preservação do local



Fonte: Sotão (2018).

Em virtude disso, para os autores, esse lugar deve ser apreciado, pois o que é apontado como meras degradações são questões essenciais para o entendimento de uma realidade social como um todo. A memória coletiva dos ancestrais, das entidades espirituais e do “lugar” dessas famílias tem sido mobilizada também como uma forma de luta no Cajueiro (SANTOS; SANT’ANA JÚNIOR, 2017).

Dessa maneira, diversos moradores descendentes de famílias ancestrais da comunidade têm uma criação e identidades marcadas pelas histórias do Terreiro do Egito e por outros remanescentes históricos de terreiros situados na região. O Terreiro

do Egito e o Cajueiro recebiam pessoas e grupos escravizados, sobretudo negros, que ali restabeleciam a sua liberdade (ALVES, 2014; GEDMMA, 2014).

Essa acepção de retomada da liberdade por meio desses territórios adquire ressonâncias contemporâneas, diante das ameaças trazidas com o pretense Porto São Luís de interesse da WPR. À vista disso, a necessidade de proteção do terreiro como sagrado vincula-se à ancestralidade de muitas famílias de origem indígena e de escravos refugiados que decretaram vida livre no local.

Ademais, na contemporaneidade, essa demanda está vinculada à resistência de homens e mulheres que vivem no Cajueiro e, como guardiões locais, se opõem historicamente à mercantilização do território, discriminações, violências, ameaças de deslocamentos compulsórios e destruição da natureza (GEDMMA, 2014; MOREIRA, 2015). Esse espaço mostra, então, a continuidade da luta histórica, cultural, espiritual e territorial contra a colonialidade, o racismo, a exploração, a violência e a morte.

Portanto, quando se trata do Cajueiro, destacam-se também as memórias do Terreiro do Egito. Nesse entendimento, Miranda e Silva (apud SANTOS; SANT'ANA JÚNIOR, 2017, p. 10) pontuam que a identidade dos grupos está ligada intimamente “ao lugar que lhes pertence [...] no qual diferentes unidades sociais estabelecem laços de compadrio, de parentesco, de trocas comerciais, de trabalho”.

Santos e Sant'Ana Júnior (2017) frisam a importância de se refletir a respeito da expropriação de famílias ocorrida na cidade de Alcântara em 1980, que gerou um deslocamento compulsório. Assim, é possível observar certas semelhanças relativas à instalação de um grande empreendimento desenvolvimentista no Maranhão e suas prováveis consequências sociais, culturais e ambientais, forjando formas sociais de violação de direitos já garantidos na Constituição Federal de 1988.

É relevante dizer que a identificação do Cajueiro como comunidade tradicional se embasa na caracterização apresentada por Brandão (2012, p. 360): “um espaço físico que se torna território coletivo”, com saber peculiar e predomínio de atividades baseadas em trocas ecológicas e práticas extrativistas, como a pesca, a criação de animais de pequeno porte e a pequena agricultura.

Todavia, o Cajueiro não se constitui apenas da terra para plantar e colher, do mar para retirar o pescado, do mangue para o berçário das espécies, mas também de valores e significados que extrapolam as condições etnográficas de descrição. Esse território combina heranças culturais específicas e práticas sociais do presente, que têm, na reprodução sociocultural, o enfoque da preservação ambiental. Trata-se de

um espaço de riqueza étnica e espiritual que não pode ser desconsiderado, pois os sujeitos que ali habitam possuem particularidades no seu modo de vida, produzindo e ocupando o território (GEDMMA, 2014).

Nesse contexto, Arcangeli (2018) destaca a forma desigual como os projetos desenvolvimentistas afetam os habitantes do território. Na comunidade do Cajueiro, é possível verificar uma relação de luta pela criação da Resex Tauá-Mirim, com vista a garantir a manutenção e a permanência no território, ou seja, essa ação de aglutinar forças entre as comunidades exprime táticas de resistência dos trabalhadores rurais.

Logo, faz-se necessário explicar que nesta investigação emprega-se o termo Cajueiro denotando o conjunto desses núcleos, visto que os próprios moradores o reconhecem assim, por meio da União de Moradores Proteção de Jesus do Cajueiro. Com isso, a “desapropriação de qualquer [um] desses núcleos descaracterizará essa comunidade” (GEDMMA, 2014, p. 11), incidindo no seu modo de vida e de trabalho.

Conforme Magalhães (2007), desocupar uma comunidade impositivamente, ou seja, contra a sua vontade, caracteriza o processo de deslocamento compulsório, em que certos grupos sociais, em situações nas quais não detêm poder de deliberação, são obrigados a sair ou a se transferir de suas casas e terras, seu lugar de moradia e reprodução. Nessa ótica, Santos (1977, p. 81) expõe que a “História não se escreve fora do espaço e não há sociedade a-espacial. O espaço, ele mesmo, é social”.

Com base em Marx, Lefebvre (1973) considera que o espaço tanto expressa as relações sociais quanto insurge sobre elas, sendo modificado pelo Estado para atender à reprodução das relações sociais de produção e à manutenção das relações de poder. Enquanto produto da ação dos sujeitos sociais, o espaço identifica-se em tempos de globalização como lugar da reprodução das relações sociais de produção, representando interesses antagônicos de classes diante dos interesses econômicos implicados nesse processo.

Como afirma Santos (2001), o espaço é constituído por diversos objetos que resultam de uma formação social. O autor também assinala que a explicação sobre o papel do espaço na sociedade tem como base a própria produção, “isto é, o trabalho do homem para transformar, segundo leis historicamente determinadas, o espaço com o qual o grupo se confronta” (SANTOS, 1977, p. 82). Assim, a história é escrita, no tempo, pelos modos de produção e, no espaço, pelas formações sociais.

No tocante aos grandes projetos industriais, Pereira (2018) afirma que o Porto São Luís não é apenas uma infraestrutura de atracação de navios ou uma ferramenta

logística, mas é também um processo proveniente do desenvolvimento econômico regional em suas inúmeras etapas, que assume enredamento econômico, social e ambiental. A tentativa de instalar um TUP não ameaça somente o Cajueiro, mas toda a área requerida para a instalação da Resex Tauá-Mirim, já que a área estabelecida para viabilizar o projeto do porto, a Praia de Parnauaçu, está situada no perímetro almejado para a reserva — a qual é considerada um poderoso mecanismo de luta em defesa da preservação desse território étnico.

Cabe dizer que o território onde o Cajueiro está tradicionalmente localizado é constituído por comunidades rurais que requerem, desde 2003, a criação da Resex Tauá-Mirim. Isso significa que o deslocamento compulsório de uma delas, a exemplo da comunidade em foco, afetará o território em geral, descaracterizando em termos ambientais e culturais a área solicitada para a reserva, desestabilizando “aqueles que defendem seus modos e meios de vida próprios de extrativistas marinhos” (GEDMMA, 2014, p. 8).

A Resex é uma demanda das comunidades Rio dos Cachorros, Limoeiro, Taim, Porto Grande, Vila Cajueiro, Portinho, Ilha Pequena, Embambal, Jocamim, Amapá e Tauá-Mirim, que solicitaram ao Ibama, por meio de um abaixo-assinado, sua criação na Zona Rural II de São Luís. Conforme Alves (2016), a criação da Resex consiste em um marco político relevante, pois resulta de um longo processo de mobilização das organizações e lideranças dessas comunidades, iniciado nos anos 1990 e reiniciado em 2004, com a ameaça de deslocamento pela instalação do polo siderúrgico, e em 2015, com a mobilização do Cajueiro.

No entanto, considerando as mudanças do cenário desenvolvimentista, a luta pela garantia do território tem sido diversificada. De acordo com a Lei nº 9.985/2000 (BRASIL, 2011), Resex é uma modalidade de Unidade de Conservações pertencente à categoria da Unidade de Uso Sustentável. Em outras palavras, tal como disposto no art. 18 desse regulamento:

Art. 18. A Reserva Extrativista é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade. (BRASIL, 2011, p. 12-13).

A não efetivação da Resex e a transformação da área rural onde vivem essas populações em zona industrial constituem-se uma ameaça ao modo de vida e às condições de trabalho das comunidades estabelecidas no local, tendo em vista que a área tem incontestável potencial para o desenvolvimento de agricultura orgânica e o incremento da pesca artesanal e da piscicultura.

Então, ao tratar da história do Cajueiro e de seus desdobramentos na luta pela permanência na terra, entende-se que essa luta é realizada de maneira consciente e inconsciente e que ela também pode aflorar o espírito “revolucionário” através da luta cotidiana e da inserção em espaços de organização política em uma direção. Além disso, a luta pela terra pode ser uma manifestação imediata da luta pela sobrevivência e pela garantia de um lugar para morar e subsistir (SILVA, 2019).

A comunidade do Cajueiro tem vivenciado tais processos a partir da luta, para permanecer na terra, contra o Estado e grandes empresas — realidade essa que se manifesta mediante repressão policial e brigas cartoriais e jurídicas envolvendo a reintegração de posse e a permanência territorial.

Com base em depoimentos de trabalhadores do Cajueiro, Arcangeli (2018) constatou o assédio e a intimidação exercida pela empresa WPR São Luís, por meio de uma empresa de segurança armada ilegal, isto é, jagunços. Tais ações objetivam impedir a circulação dos moradores, demolir as suas casas (Figura 28) e, até mesmo, impedi-los de fazer alterações em suas residências e plantios, a fim de debilitar a luta e resistência da comunidade.

Figura 28 – Demolição de casas na comunidade do Cajueiro, São Luís-MA



Fonte: Choma (2018).

Na realidade, observa-se que, nesse contexto, acontece também a legitimação de “negociações”, nas quais os trabalhadores rurais são pressionados a saírem do seu território e a deixarem suas terras, não sendo apresentadas alternativas para a permanência e preservação do seu modo de vida. A comunidade denuncia, ainda, a iminência de expulsão de novas famílias, o aumento da pressão de negociação e dos conflitos internos, as tentativas de cooptação de organizações e lideranças locais para fragilizar a luta e a reivindicação de direitos, a desqualificação e as perseguições a lideranças que estão na resistência, bem como a promoção de aliciamento de jovens por meio de cursos e promessas de emprego.

No que tange à resistência da comunidade, Silva (2019) destaca as relações de forças advindas historicamente pelo poder e pela dominação de uma classe em detrimento da outra, que passam por conflitos de interesses não conciliáveis. Surgem, então, as forças antagônicas ou negativas ao que é imposto, que se expressam e organizam de forma ofensiva ou defensiva, mas com o mesmo propósito: “resistir a uma imposição, em busca de uma alternativa ou superação à crise, gestada pelo

conflito e contradições numa determinada sociedade e contexto histórico” (SILVA, 2019, p. 125).

Em face da investida de instalação do Porto Privado, os trabalhadores da comunidade do Cajueiro não ficaram estáticos à possibilidade de implantação do empreendimento, pois vêm se mobilizando para garantir a sua permanência no seu local de vivência. Ligado a isso, contam com uma aliança envolvendo comunidades próximas, entidades, coletivos, movimentos sociais, pesquisadores de universidades, igrejas, políticos e lideranças comunitárias a fim de assegurar a sua permanência no lugar que ocupam há diversos anos e de combater a expansão industrial na região.

Essas formas de organização da classe trabalhadora no Cajueiro retratam o que Gramsci (1978, p. 21) compreende quando diz que “uma massa humana não se ‘distingue’ e não se torna independente ‘para si’ sem organizar-se [...]; e não existe organização sem intelectuais, isto é, sem organizadores e dirigentes”. Assim, o modo de pensar e de se organizar politicamente pressupõe um trabalho organizado e de caráter educativo, que leva os trabalhadores a almejarem a superação da condição de subalternidade (SILVA, 2014).

De acordo com Arcangeli (2020) no decurso desse processo de luta, ocorreram reuniões, audiências públicas, assembleias populares (Figura 29) com a presença da comunidade, instituições públicas estaduais e federais, bem como alianças visando definir estratégias de luta pelo território. Mesmo permeada por concepções, ideologias e perspectivas heterogêneas acerca do TUP, inclusive entre os próprios moradores, a comunidade do Cajueiro tem se mobilizado para enfrentar e impedir a instalação de tal empreendimento na localidade e o decorrente deslocamento dos trabalhadores.

Figura 29 – União de moradores da comunidade do Cajueiro, São Luís-MA



Fonte: Nova Cartografia Social da Amazônia (2017).

É a partir desse jogo de interesses contrários que culmina a lógica de resistir e de lutar contra essa apropriação ofensiva, desenvolvendo, por meio da organização política, uma consciência para além das formas de opressão que atacam o seu modo de vida e de trabalho. Nesse sentido, evidencia-se que as lutas são parte fundante da história e da existência, e é nessa orientação que Cajueiro luta por sua identidade e sua permanência na terra.

Concorda-se com Silva (2019), quando ela reforça que a luta pela terra para esses trabalhadores rurais é a questão central defendida como identidade e objetivo de classe. Nesse bojo, manifestam-se estratégias de mobilização, constituídas como subsídios para o arcabouço de lutas e articulações dessa natureza. Como explana Bogo (2008), seja nas lutas sociais, políticas ou militares, vence o lado que realiza ações estratégicas e táticas de combate ante o adversário. É notável que as guerras e os conflitos são constantes na história; por isso, essas ações são necessárias no conjunto da luta e da organização política.

Nesse contexto, a comunidade do Cajueiro vem sendo afetada por ameaças e intimidações da empresa WPR, o que gera violência aos trabalhadores rurais, pois, como esclarece Bogo (2008), o conflito está alicerçado na sociedade segmentada em classes e na concentração econômica. Portanto, a propriedade privada é a primeira

manifestação de violência, e a luta dos trabalhadores advém, essencialmente, dessa violência do Estado e do capital, implicando a busca de sua autodefesa.

Sendo assim, Luxemburgo (1979) entende, em suas reflexões, a organização como a expressão da luta e a revolução como processo, um movimento para frente. Sob tal prisma, Bogo (2008) enfatiza a necessidade de se restabelecer as bases da teoria revolucionária e os momentos de avançar e recuar para manter o folego diante dos inimigos da classe trabalhadora.

Conforme aponta Luxemburgo (1979), a organização, a consciência de classe e a educação política só serão alcançadas por meio da escola política viva, na e pela luta. Dessa maneira, a autora trata politicamente da inserção dos trabalhadores nas organizações para o desenvolvimento e o amadurecimento do processo de luta. No bojo da consciência de classe, o trabalhador reconhece o seu ser social perante o antagonismo estrutural da sociedade capitalista.

O desenvolvimento dessa consciência decorre, então, como salienta Mészáros (2008), de um processo dialético que necessita de algum tipo de organização para o amadurecimento dela. Além dessas condições, para o autor, o papel da consciência aumenta conforme o desenvolvimento das forças produtivas humanas, entretanto a perspectiva do proletariado é sempre de extinguir a si mesmo, ou seja, as condições de sua própria vida e todas as condições humanas de vida na sociedade, para superar a situação de subordinação e desigualdades do sistema capitalista.

Historicamente, todas as classes sociais que chegaram ao poder agiram para consolidar a situação adquirida, subordinando as demais em prol das suas condições de apropriação. No entanto, o proletariado não tem as mesmas condições, na medida em que o seu objetivo é destruir todas as garantias da propriedade privada em vigor. Logo, o proletariado precisa extrapolar todos os estratos sobrepostos que formam a sociedade oficial (MARX; ENGELS, 2005).

Quanto à organização da comunidade diante da instalação do porto, Arcangeli (2018) expõe que diversas formas de mobilizações vêm sendo operadas no processo de luta, tais como interdições de rodovias, audiências com instituições públicas da esfera federal, estadual e municipal, alianças com docentes, estudantes, sindicatos e outros movimentos sociais. No que diz respeito aos espaços de enfrentamento dos trabalhadores, o autor pontua:

Os trabalhadores e as famílias da comunidade do Cajueiro para garantir seu território e seu modo de vida enfrentam com a luta direta os desmandos público-privados, com travamento de rodovia federal, ocupação de secretarias de estado (SEMA e SEINC) e realizam audiências públicas populares com parceiros externos e instituições públicas. Utilizam, também, mecanismos jurídicos e reconhecimento identitário, da sua ancestralidade, de seu patrimônio cultural e imortal. (ARCANGELI, 2018, p. 93).

Diante das ações do Porto São Luís, os trabalhadores rurais inseridos nesse processo aglutinam forças e se articulam pela permanência na terra. Dessa forma, a organização política desses trabalhadores reúne as suas forças, dificuldades e lutas por melhores condições de vida. A respeito dessa questão, Gramsci (2000) enfatiza que a organização política é o meio pelo qual os trabalhadores atingem a consciência necessária para o reconhecimento de classe e a solidariedade.

Nesse viés de luta e emancipação coletiva, Silva (2019, p. 23) sinaliza que: “É no processo da organização política que se torna possível potencializar as condições de ascender a um grau de homogeneidade, de salto para o interesse coletivo.”. Em relação às particularidades de luta do Cajueiro, os trabalhadores rurais organizam-se, sobretudo, na associação de moradores e em algumas residências no intuito de juntar forças e estratégias nesse processo.

Em tal ótica, a participação de sujeitos políticos organizados em movimentos sociais, em associações de moradores, é uma atividade política que consiste, no pensamento marxiano, no motor da história. Já na concepção gramsciana, essas atividades políticas se constituem como espaços e formas de luta de classes que visam a transformação social da condição a qual estão submetidos (SILVA, 2014).

Essa perspectiva de consciência política ligada aos interesses de uma dada classe possibilita uma orientação de ação ideológica e política em prol de um projeto de classe ou grupo social. É nesse aspecto que os sujeitos se mobilizam e adquirem consciência das suas lutas (GRAMSCI, 1995). Com tal orientação, os trabalhadores rurais de Cajueiro potencializam as suas ações frente ao capital de maneira coletiva e organizada.

Em suas estratégias de luta, esses trabalhadores articulam-se com a DPE, o MPMA, a CPT e o Movimento em Defesa da Ilha, para estruturar uma rede de luta pelo seu território, pelo seu modo de vida e pelas suas condições de trabalho. Com base em Silva (2019), pode-se inferir que, no campo de disputa e relações de força, os indivíduos podem transcender como sujeitos políticos e sociais.

Assim, a luta dos trabalhadores rurais pela terra, na comunidade do Cajueiro, tem trazido aspectos da cotidianidade que os despertam para a realidade, frente aos fatos ocorridos no processo de deslocamento e de desapropriação, seguida da luta pela permanência na terra. Esses trabalhadores reescrevem, portanto, a sua história de luta e resistência, com avanços e recuos.

4 CONCLUSÃO

Levando em conta a conjuntura atual, é preciso salientar que, em virtude da pandemia do novo coronavírus, as análises e discussões apresentadas se pautaram em pesquisas bibliográficas e documentais. Neste trabalho, constatou-se que, desde 2014, através da instalação do empreendimento Porto São Luís, as ações da empresa WPR implicam ameaças e intimidações na comunidade do Cajueiro. Essa realidade revela-se através de repressão policial, disputas em cartórios e na justiça referentes à reintegração de posse e à permanência na terra.

Nessas análises, vale dizer que, ao proceder o resgate histórico sucedido no Cajueiro, foi observado que as disputas atuais em volta da instalação do TUP Porto São Luís integram um processo maior de alterações de uso e ocupação do território tradicional da Zona Rural do município de São Luís. O conflito ao redor do Cajueiro representa parte de um processo — ainda indefinido — que vem sobrepondo projetos antagônicos na RMGSL, principalmente nos municípios de Paço do Lumiar, Raposa, São José de Ribamar, além de São Luís, capital maranhense.

As ofensivas desenvolvimentistas são evidenciadas desde a década de 1980 no Cajueiro, pois essa comunidade vem sofrendo tentativas de expulsão por parte dos grandes projetos. Nesse cenário, observou-se a investida de instalação do TUP, pela WPR São Luís Gestão de Portos e Terminais, com início em 2014 e ainda em curso, com as sucessivas tentativas de espoliação do território da comunidade.

Desde então, a comunidade do Cajueiro é um exemplo emblemático de como o Estado vem atuando a favor dos grandes empreendimentos, como já foi indicado inicialmente. Dessa maneira, o Estado de forma bastante elucidativa demonstra as suas reais intenções, seja propondo transformar as áreas rurais em urbanas, através do Plano Diretor de São Luís, seja negando e inviabilizando a implantação de uma Unidade de Conservação solicitada pelas comunidades da Zona Rural de São Luís.

Assim, a entrada desse empreendimento vem cerceando direitos básicos dos moradores, como o direito à moradia (digna), ao trabalho, à segurança, à igualdade perante a lei, entre outros. Em razão disso, a comunidade vem criando formas de resistência e luta contra a ação dos novos projetos. A disputa por tais direitos ocorre pela pressão e mobilização política desencadeada pela defesa territorial como local de vivência.

No Cajueiro, observou-se que esse projeto portuário é auxiliado por políticas governamentais, apresentadas como incentivadoras do desenvolvimento econômico local. Contudo, verificou-se a exploração dos recursos naturais da comunidade pela empresa expansionista em pauta, resultando em danos socioambientais à região. O esforço de instalar o TUP não ameaça apenas o Cajueiro, mas também toda a área pretendida para a instalação da Resex Tauá-Mirim, visto que a área definida para o projeto do Porto São Luís, na Praia de Parnauaçú, situa-se no perímetro estabelecido para a criação da reserva.

Apresentando similaridades com as iniciativas do Porto do Itaqui, a instalação desse empreendimento expansionista altera, portanto, a dinâmica territorial e o modo de vida dos trabalhadores rurais da localidade. Em linhas gerais, verificou-se que os conflitos em prol da permanência na terra são recorrentes no Brasil desde o período colonial até o contexto atual, seja na luta dos posseiros, indígenas ou trabalhadores rurais, por exemplo.

Esse fato vem se acirrando desde a década de 1970 no Brasil, por meio de grandes experiências de lutas políticas que culminaram em conquistas significativas. Nesse panorama de lutas e resistência, o país apresenta altos índices de conflitos, pois as políticas em torno de grandes grupos econômicos incitam esses embates e, por conseguinte, a resistência dos grupos e das comunidades afetadas.

Nesse aspecto, a comunidade luta e resiste através da sua organização política contra as investidas dos grandes empreendimentos, uma vez que a inserção desses projetos reprime direitos básicos dos moradores. Diante das tentativas de expulsão e de restrição desses direitos, a luta pela permanência no território é a luta contra as amarras do capital e a favor da condição de sobrevivência.

Para os trabalhadores do Cajueiro, a terra não é utilizada apenas para plantar e colher, mas também é revestida de representações e manifestações simbólicas que vão além do aspecto etnográfico. Esse território possui heranças culturais, a exemplo do Terreiro do Egito, que demarcam valores e tradições locais e nacionais, sendo a terra entendida como condição de sobrevivência, meio de vida e trabalho, bem como espaço de afetividade, religiosidade e ancestralidade.

No Brasil, os acirramentos da etapa imperialista vêm sendo empreendidos no modelo desenvolvimentista a partir de 1950, preconizando a modernização por meio de grandes projetos de desenvolvimento em regiões periféricas, os quais modificam

as relações no contexto agrário. As ações desse modelo reafirmam a expansão do capital internacional pela necessidade de lucrar em territórios periféricos.

O objetivo de tornar São Luís uma cidade industrial, equipada logisticamente, reforça ainda mais a atração do capital expansionista para áreas da Zona Rural II. Nessa conjuntura, o Estado, com o seu monopólio de violência e suas definições de legalidade, exerce um papel crucial ao respaldar e promover tais processos, sem a inclusão das comunidades tradicionais nos planos de negócios. Eliminam-se, então, as possibilidades de existência de suas condições de trabalho e seus modos de vida, deslocando-os para áreas urbanas periféricas com sérios déficits estruturais.

Esse modelo de desenvolvimento econômico aniquila qualquer tentativa que fazem as comunidades tradicionais viverem de acordo com os seus próprios modos de vida. Nesse bojo, o Estado afasta a comunidade do acesso a políticas públicas, tais como serviços de saúde, abastecimento de água, transporte digno, saneamento básico, asfaltamento, segurança pública, assistência social e outros, para que ela defina em meio às indústrias e facilite-as.

Comprovou-se que a implantação do Porto Privado já vem trazendo efeitos na comunidade do Cajueiro, dando-lhe um sentido de ultrapassado, não considerando a cultura e a identidade da população local, a relação estabelecida com a terra, suas raízes históricas, a organização do território e das pessoas, a vizinhança; enfim, o modo de vida e as condições de trabalho que existem na comunidade. Esses aspectos modificam a realidade da comunidade e acirram as múltiplas expressões da questão social.

Assim, a instalação do Porto Privado fere os direitos da comunidade e tem um caráter contraditório em relação ao discurso de desenvolvimento que gera empregos, minimiza a pobreza e distribui a riqueza entre o município, mas que, na realidade, é bem diferente do que propagado. Pode-se dizer, então, que a instalação desse grande projeto não corresponde à realidade e às demandas da população, não soluciona o problema do emprego — visto que, em muitos casos, é temporário — nem resolve a concentração de renda, principalmente na realidade do Cajueiro, cuja produção ainda se concentra no extrativismo e na agricultura familiar.

Ao longo deste estudo, evidenciou-se que a comunidade do Cajueiro, devido à implantação do Porto Privado, vem sendo utilizada para subsidiar os interesses do capital nacional e internacional, em um jogo de relações em que não há distribuição justa de riquezas, e sim uma relação desigual e combinada, que se apropria e destrói

o território. Esse processo tem ocorrido com anuência do Estado, que cria condições políticas e econômicas favoráveis para a implantação desse grande empreendimento na região.

Sob essas reflexões, entende-se que a fase de expansão global da logística portuária afetou a dinâmica do território da Zona Rural II, provocando insegurança nos moradores acerca da permanência e da manutenção dos seus territórios. A inserção de grandes projetos de desenvolvimento no Maranhão, iniciada a partir do PGC, tem afetado diretamente a vida dos trabalhadores rurais em decorrência da apropriação das suas terras. A terra, para esses trabalhadores, é uma condição de sobrevivência, e sua ausência incide na vivência e subsistência deles.

Ademais, a implantação desses empreendimentos no território afeta de forma agressiva o meio ambiente, pois verificou-se, no Cajueiro, poluição, desaparecimento de espécies e contaminação do mar. Nesse contexto socioambiental, existem, então, diversas injustiças em meio à disputa territorial. No seu processo de resistência, os trabalhadores recebem apoio de pesquisadores, da CPT e do Movimento em Defesa da Ilha — sendo essa rede de articulação essencial para fortalecer a luta.

Todas essas formas de resistência coletiva têm a intenção de lutar contra as violações de direitos. Tais violações fazem parte da natureza do capital e, por isso, são enfrentadas, persistentemente, pela comunidade do Cajueiro, seja pela garantia da preservação de seu território, sua tradicionalidade e sua identidade territorial, seja pela luta contra as formas de espoliação do território realizadas pelo atual modelo de produção capitalista neoliberal, isto é, na luta contra o próprio sistema capitalista.

Nesse sentido, convém destacar que a organização política dos trabalhadores rurais do Cajueiro é de suma importância no desenvolvimento da sua consciência de classe, na formulação e na execução das estratégias de luta e resistência. É mediante essas organizações que esses trabalhadores podem superar as múltiplas expressões da questão social gerada pelo capital e ascender à emancipação sociopolítica.

Esses sujeitos políticos, que lutam pelo reconhecimento da sua comunidade e por direitos e formam alianças com vários movimentos sociais e outros coletivos de luta, buscam outros sentidos da vida, da produção e reprodução social, por meio da organização política. Para além dessa acepção, esses sujeitos políticos buscam um novo sentido de comunidade e territorialidade.

Na sua luta, esses trabalhadores revelam a importância do lugar, dos saberes, das práticas e memórias coletivas que, ao serem acionados, indicam possibilidades

de romper com os projetos desenvolvimentistas e de construir experiências sociais. Dessa maneira, eles transpõem as barreiras impostas pelo capital com o objetivo de construir uma emancipação humana e de superar as distorções da realidade social.

Todavia, faz-se necessário criar condições para que tais grupos permaneçam nos seus lugares de ancestralidade, a fim de salvaguardar o território — patrimônio de combinação material e imaterial — da emissão de partículas poluentes por várias empresas que se instalaram nas últimas décadas e que se apossaram de parte do território das comunidades tradicionais.

Na presente análise, pode-se concluir que a classe trabalhadora do Cajueiro tem descortinado a sua realidade concreta, por meio da organização política. Nessa organização, os trabalhadores têm descoberto formas de enfrentamento à questão e de ampliação das estratégias de luta e resistência.

Feitas essas considerações, é importante frisar que a pesquisa não se encerra com esta investigação, podendo ser inseridos, posteriormente, novos elementos que auxiliem na compreensão do fenômeno abordado e promovam mudanças no bojo da discussão.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. M. Movimentos populares e classes subalternas: indicações teóricas. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 1, n. 1, p. 1-12, 1995.

ALENCAR, A. *et al.* **Desmatamento na Amazônia**: indo além da “emergência crônica”. Belém: IPAM Amazônia, 2004.

ALISK, A. Governo autoriza novo terminal de uso privado no Maranhão. **Portal Brasil**, Brasília, DF, 6 jan. 2016. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2016/01/governo-autoriza-novo-terminal-de-uso-privado-no-maranhao>. Acesso em: 12 jan. 2021.

ALMEIDA, A. W. B. **Autonomia e mobilização dos camponeses do Maranhão**. São Luís: EdUFMA, 1988.

ALMEIDA, A. W. B. Amazônia: a dimensão política dos “conhecimentos tradicionais”. *In*: ACSELRAD, H. (org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fundação Heinrich Böll, 2004. p. 37-56.

ALMEIDA, A. W. B. Biologismos, geografismos e dualismos: notas para uma leitura crítica de esquemas interpretativos da Amazônia que dominam a vida intelectual. *In*: ALMEIDA, A. W. B. **Antropologia dos arquivos da Amazônia**. Rio de Janeiro: Casa 8; Fundação Universidade do Amazonas, 2008a. p. 15-126.

ALMEIDA, A. W. B. **Terras de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto**: terras tradicionalmente ocupadas. 2. ed. Manaus: PPGSCA-UFAM, 2008b.

ALMEIDA, D. L. Amazônia legal maranhense: território de conflitos. *In*: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 4., 2011, São Luís. **Anais** [...]. São Luís: UFMA, 2011.

ALMEIDA, J. G.; SODRÉ, R. B.; MATTOS, J. S. O Matopiba nas chapadas maranhenses: impactos da expansão do agronegócio na microrregião de Chapadinha. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 22, n. 47, p. 248-271, 2019.

ALMEIDA, R.; ARAÚJO, E. W. De São Luís a Santarém: porto do Cajueiro integra o megaprojeto Arco Norte. **Teia Popular**, [S. l.], 14 out. 2019. Disponível em: <https://teiapopular.org/de-sao-luis-a-santarem-porto-do-cajueiro-integra-o-megaprojeto-arco-norte/>. Acesso em: 30 jan. 2021.

ALVES, E. J. P. **Repertórios e argumentos da mobilização política**: um estudo sobre o movimento Reage São Luís em São Luís-MA. 2014. 217 f. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

ALVES, E. J. P. Modos de vida, territórios e uma cidade em questão: resistências políticas de comunidades rurais no município de São Luís – Maranhão, Brasil. **L'Ordinaire des Amériques**, Toulouse, n. 221, nov. 2016.

ALVES, E. J. P. Atos de resistência popular na ilha do Maranhão: da besta fera ao diabo torre. *In*: MARINHO, S. C.; PEREIRA, M. J. F.; GONÇALVES, M. L. S. (org.). **Diálogos do Sul Atlântico**: crítica e interpretação do contemporâneo em Cabo Verde e Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2020. p. 157- 189.

ALVES, M. H. M. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Trad. Clóvis Marques. Petrópolis: Vozes, 1989.

AMORIM, J. Moradores do povoado Cajueiro protestam na BR-135, nesta manhã. **Imirante.com**, São Luís, 14 out. 2014. Disponível em: <https://imirante.com/sao-luis/noticias/2014/10/14/retirada-de-casas-proximas-a-transnordestina-motiva-protesto.shtml>. Acesso em: 5 jan. 2022.

ANDRADE, M. C. **Ensaaios sobre a realidade maranhense**. São Luís: IPES, 1984.

ARAGÃO, T.; SILVA, S. Governo Bolsonaro consolida projeto de destruição da Amazônia. **Instituto Socioambiental**, São Paulo, 22 dez. 2021. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/governo-bolsonaro-consolida-projeto-de-destruicao-da-amazonia>. Acesso em: 10 fev. 2022.

ARAÚJO, A. V. Direitos indígenas no Brasil: breve relato de sua evolução histórica. *In*: ARAÚJO, A. V. *et al.* **Povos indígenas e a lei dos “brancos”**: o direito à diferença. Brasília: MEC/Secad; LACED/Museu Nacional, 2006. p. 23-43.

ARAÚJO, G. P. Contra-revolução permanente e manutenção da condição dependente no Brasil. **Em Debate**, Florianópolis, n. 6, p. 171-193, jul./dez. 2011.

ARCANGELI, S. C. **A questão do desenvolvimento industrial na área Itaqui-Bacanga**: as formas de enfrentamento da Comunidade do Cajueiro frente à perspectiva de instalação de um porto privado, a partir de 2014. 2018. 146 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2018.

ARCANGELI, S. C. **Cajueiro**: a luta de uma comunidade pelo direito de existir. São Paulo: Sudermann, 2020.

ARRIGHI, G. **A ilusão do desenvolvimento**. Trad. Sandra Gardini Teixeira Vasconcelos. Petrópolis: Vozes, 1997.

AZAR, Z. S. A concentração fundiária como centralidade da questão agrária no Maranhão. *In*: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 5., 2011, São Luís. **Anais** [...]. São Luís: UFMA, 2011.

BARBOSA, Z. M. **Maranhão, Brasil**: lutas de classes e reestruturação produtiva em uma nova rodada de transnacionalização do Capitalismo. São Luís: EdUEMA, 2006.

BARBOSA, Z. M.; ALMEIDA, D. L. A rota dos grandes projetos no maranhão: a dinâmica entre o local, o regional e o transnacional. *In*: SIMPÓSIO INTERNACIONAL LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA, 5., 2013, Londrina. **Anais** [...]. Londrina: UEL/Gepal, 2013.

BOGO, A. (org.). **Teoria da organização política III**: escritos de Sun Tzu, Maquiavel, Clausewitz, Trotsky, Giap, Fidel Castro, Carlos Fonseca, Florestan Fernandes. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

BOGO, A. **Identidade e luta de classes**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

BORGES, R. Obras do Porto São Luís recomeçam em 30 dias. **O Imparcial**, São Luís, 18 ago. 2019. Disponível em: <https://oimparcial.com.br/politica/2019/08/obras-do-porto-sao-luis-recomecam-em-30-dias/>. Acesso em: 15 fev. 2022.

BORGES, R. Grupo chinês desiste do Porto São Luís e a Cosan assume o empreendimento. **Raimundo Borges Jornalismo**, São Luís, 24 ago. 2021. Blog Disponível em: <https://raimundoborges.com.br/2021/08/24/grupo-chines-desiste-do-porto-sao-luis-e-a-cosan-assume-o-empreendimento/>. Acesso: 24 ago. 2021.

BOURSCHEIT, A. Sitiados pelo progresso. **Diálogo Chino**, Rio de Janeiro, 20 maio 2019. Disponível em: <https://dialogochino.net/pt-br/infraestrutura-pt-br/27080-sitiados-pelo-progresso/>. Acesso em: 10 fev. 2022.

BRANDÃO, C. R. A comunidade tradicional. *In*: COSTA, J. B. A.; OLIVEIRA, C. L. (org.). **Cerrado, gerais, sertão**: comunidades tradicionais nos sertões roseanos. São Paulo: Intermeios, 2012. 1 v. p. 367-380.

BRANT, V. C. Da resistência aos movimentos sociais. *In*: SINGER, P.; BRANT, V. C. (org.). **São Paulo**: o povo em movimento. Petrópolis: Vozes, 1980. p. 9-27.

BRASIL. República Federativa do Brasil. **I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND)**: 1972/74. Brasília, DF: Presidência da República, 1971. Disponível em: <https://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/777/34>. Acesso em: 10 fev. 2022.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza**: Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002; Decreto nº 5.746, de 5 de abril de 2006. Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas: Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006. Brasília: MMA, 2011.

BURNETT, F. L. **Relatório sobre a situação dos direitos humanos das comunidades tradicionais do Cajueiro, São Luís, Maranhão**. São Luís: UEMA; CNDH, 2021.

CAJUEIRO RESISTE. 7 mentiras sobre porto no Cajueiro: Prefeitura de São Luís se junta à WPR contra população. *In*: ASSEMBLEIA POPULAR DO MARANHÃO. **Blog Cajueiro Resiste**, São Luís, 29 jan. 2016. Disponível em: <http://cajueiroresiste.blogspot.com/2016/01/>. Acesso em: 1 mar. 2020.

CANO, W. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil 1930-1970**. 3. ed. São Paulo: EdUNESP, 2007.

CANUTO, A.; LUZ, C. R. S.; SANTOS, P. C. M. (coord.). **Conflitos no campo**: Brasil 2019. Goiânia: CPT Nacional, 2020.

CARDOSO, F. G. **Organização das classes subalternas**: um desafio para o serviço social. São Paulo: Cortez; São Luís: EdUFMA, 1995.

CARDOSO, F. G. Perspectiva das classes subalternas nas sociedades capitalistas: reafirmação do projeto histórico dessas classes. **Em Debate**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 1-10, 2005.

CARDOSO, F. G.; SILVA, K. F. Centralidade e metamorfoses do trabalho no século XXI: precarização das relações de trabalho, consciência de classe e resistência na perspectiva da emancipação. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 24, n. 44, p. 105-118, jan./jun. 2020.

CARNEIRO, M. S. Da “reforma agrária dos partidários” à “reforma agrária coletiva”: luta pela terra e declínio de relações de patronagem no Maranhão recente. **Revista Pós Ciências Sociais**, São Luís, v. 1, n. 2, p. 95-121, ago./dez. 2004.

CARVALHO, F. C. **Gestão do território, lugar e conflitos socioambientais**: o caso da usina termelétrica Porto do Itaqui em São Luís, MA. 2011. 121 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

CASTRO, M. Um ano após despejo violento, comunidade do Cajueiro (MA) resiste a ameaças. **Brasil de Fato**, Imperatriz, 2 set. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/09/02/um-ano-apos-despejo-violento-comunidade-do-cajueiro-ma-resiste-a-ameacas>. Acesso em: 5 nov. 2020.

CENTRAL SINDICAL E POPULAR CONLUTAS. Secretaria Executiva Nacional. **História**. São Paulo: CSP-Conlutas, 2011. Disponível em: <http://cspconlutas.org.br/quem-somos/historia/>. Acesso em: 10 jan. 2022.

CHOMA, J. Com o apoio do Governo do Maranhão, tratores destroem casas da comunidade do Cajueiro. **PSTU**, [São Paulo], 13 nov. 2018. Disponível em: <https://www.pstu.org.br/com-o-apoio-do-governo-do-maranhao-tratores-destroem-casas-da-comunidade-do-cajueiro/>. Acesso em: 5 jan. 2022.

COELHO, M. C. N.; COTA, R. G. (org.). **10 anos da Estrada de Ferro Carajás**. Belém: UFPA/NAEA, 1997.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Em defesa do Cajueiro**: ocupação da Secretaria de Direitos Humanos do Maranhão já dura 18 horas. Goiânia: CPT, 2019. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/12-noticias/conflitos/4877-em-defesa-do-cajueiro-ocupacao-da-secretaria-de-direitos-humanos-do-maranhao-ja-dura-18-horas>. Acesso em: 1 mar. 2020.

CONCEIÇÃO, A. F.; OLIVEIRA, C. G.; SOUZA, D. B. Rostow e os estágios para o desenvolvimento. *In*: NIEDERLE, P. A.; RADOMSKY, G. F. W. (org.). **Introdução às teorias do desenvolvimento**. Porto Alegre: EdUFRGS, 2017. p. 15-21.

COSTA, C. L. **Avaliação da sustentabilidade das pescarias artesanais na área proposta para a criação da Reserva Extrativista De Tauá-Mirim, São Luís, Maranhão**. 2017. 125 f. Tese (Doutorado em Ciências Marinhas Tropicais) – Instituto de Ciências do Mar, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

DALMAGRO, S. L.; BAHNIUK, C. A classe trabalhadora e suas lutas no capitalismo contemporâneo: sínteses do debate marxista. **Revista Trabalho Necessário**, Niterói, v. 17, n. 34, p. 42-59, set./dez. 2019.

DOLCE, J. Reforma agrária popular e a luta pela terra no Brasil. **Dossiê do Instituto Tricontinental de Pesquisa Social**, [S. l.], n. 27, p. 1-37, abr. 2020. Disponível em: <https://thetricontinental.org/pt-pt/dossie-27-terra/>. Acesso em: 18 jun. 2020.

DPU pede suspensão das obras de porto na Comunidade Cajueiro em São Luís. **G1 Maranhão**, São Luís, 23 set. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2019/09/23/dpu-pede-suspensao-das-obras-de-porto-na-comunidade-cajueiro-em-sao-luis.ghtml>. Acesso em: 5 nov. 2020.

EMIR, A. CCCC e WPR lançam pedra fundamental novo porto privado no Maranhão. **Maranhão Hoje**, São Luís, 16 mar. 2018. Disponível em: <https://maranhaohoje.com/cccc-e-wpr-lancam-pedra-fundamental-do-porto-sao-luis/>. Acesso em: 30 jan. 2021.

EMMANUEL, A. **A troca desigual**. Trad. Fátima Martins Pereira. Lisboa: Estampa, 1973.

FERNANDES, B. M. Brasil: 500 anos de luta pela terra. **Revista ABRA: Reforma Agrária**, Petrópolis, ano 29, n. 1, p. 1-12, jan./ago. 1999.

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2001.

FERNANDES, F. Classes sociais na América Latina. *In*: FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FERNANDES, B. M.; STEDILE, J. P. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

FERREIRA, A. B. H. Cosmovisão. *In*: FERREIRA, A. B. H. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. p. 489.

FERREIRA, A. J. A.; SANTOS, L. C. A. Formação socioambiental do estado do Maranhão. *In*: SIMONIAN, L. T. L.; BAPTISTA, E. R. (org.). **Formação socioambiental da Amazônia**. Belém: NAEA, 2015. 3 v. p. 249-317.

FERREIRA JUNIOR, A. **Sindicalismo e proletarização**: a saga dos professores brasileiros. 1998. 309 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1998.

GALEANO, E. H. **As veias abertas da América Latina**. Trad. Sergio Faraco. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2020.

GONÇALVES, R. S. A CEPAL dos anos 50 e sua influência no pensamento político brasileiro. **Pensamento Plural**, Pelotas, n. 15, p. 115-131, jul./dez. 2014.

GOOGLE EARTH. **Localização da comunidade do Cajueiro, São Luís-MA**. [Mountain View: Google Inc., 2017]. Disponível em: <https://www.google.com/earth/>. Acesso em: 18 jul. 2019.

GOOGLE EARTH. **Localização da Estrada do Cajueiro, São Luís-MA**. [Mountain View: Google Inc., 2022]. Disponível em: <https://www.google.com/earth/>. Acesso em: 1 mar. 2022.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. 3 v.

GRUPO DE ESTUDOS: DESENVOLVIMENTO, MODERNIDADE E MEIO AMBIENTE. **Relatório socioantropológico**: Resex de Tauá-Mirim: Cajueiro e outras comunidades tradicionais na luta por justiça e direitos territoriais, Zona Rural II, São Luís/MA – Brasil. São Luís: EdUFMA, 2014.

GRUPO DE ESTUDOS: DESENVOLVIMENTO, MODERNIDADE E MEIO AMBIENTE. **Relatório sucinto de levantamento de comunidades tradicionais no entorno da reserva extrativista de Tauá-Mirim**: relatório socioantropológico. São Luís: UFMA, 2016.

GUIMARÃES, M. **A dimensão ambiental na educação**. Campinas, SP: Papirus, 1995.

HARVEY, D. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. **Espaço e Debates**, São Paulo, ano 2, n. 6, p. 6-35, 1982.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. Trad. Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

HARVEY, D. **O enigma do capital**: e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.

HARVEY, D. **Os limites do capital**. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Boitempo, 2013.

HERNANDES, P. A Resolução 362 do CONAMA e contaminação por óleo. *In*: ALS GLOBAL. São Paulo: ALS Limited, 2018. Disponível em: <https://www.alsglobal.com/pt-br/news/artigos/2018/10/a-resolucao-362-do-conama-e-contaminacao-por-leo>. Acesso em: 20 fev. 2022.

HIRO, C. H. D. **História e consciência de classe na educação brasileira**: lutas e desafios políticos dos trabalhadores em educação de Minas Gerais (1979-1983). 2012. 168 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2012.

IANNI, O. **O ciclo da revolução burguesa**. Petrópolis: Vozes, 1984.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Base cartográfica contínua do Brasil**: limites municipais do estado do Maranhão: versão 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. 1 mapa, color. Escala 1:50.000 – 1:250.000 – BC250.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. Gerência Executiva no Maranhão. **Lauda sócio-econômico e biológico para criação da reserva extrativista do Taim**. São Luís: Ibama-MA, 2007.

JAGUARIBE, H. **Brasil**: crise e alternativas. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

KONDER, L. A unidade da direita. **Jornal da República**, São Paulo, 20 set. 1979. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=194018&pagfis=368&url=h>. Acesso em: 20 set. 2020.

LEFEBVRE, H. **A re-produção das relações de produção**. Trad. A. Ribeiro e M. Amaral. Porto: Escorpião, 1973.

LENIN, V. I. **O imperialismo**: etapa superior do capitalismo. Campinas, SP: FE/Unicamp, 2011.

LENOIR, R. Objeto sociológico e problema social. *In*: CHAMPAGNE, P. *et al.* (org.). **Iniciação à prática sociológica**. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 59-106.

LÖWY, M. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. *In*: LÖWY, M.; BENSÄID, D. **Marxismo, modernidade e utopia**. São Paulo: Xamã, 2000. p. 160-167.

LUXEMBURGO, R. **Greve de massas, partido e sindicatos**. São Paulo: Kairós Livraria, 1979.

MAGALHÃES, S. M. S. B. **Lamento e dor**: uma análise socioantropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens. 2007. 278 f.

Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

MARANHÃO. Decreto nº 30.624, de 12 de janeiro de 2015. Revoga o Decreto de desapropriação que especifica. **Diário Oficial do Poder Executivo**: São Luís, ano 109, n. 9, p. 1, 14 jan. 2015.

MARINI, R. M. Subdesarrollo y revolución en América Latina. **Tricontinental**, La Habana, n. 7, 1968. Disponível em: http://www.marini-escritos.unam.mx/349_subdesarrollo_revolucion.html. Acesso em: 10 fev. 2022.

MARINI, R. M. Dialética da dependência. **Germinal**: marxismo e educação em debate, Salvador, v. 9, n. 3, p. 325-356, dez. 2017.

MARTINS, J. S. **Capitalismo e tradicionalismo**: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975.

MARTINS, J. S. **O cativo da terra**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARTINS, J. S. **A reforma agrária e os limites da democracia na “Nova República”**. São Paulo: Hucitec, 1986.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. Trad. Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política: livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MATHIS, A. A. *et al.* Desenvolvimento, neodesenvolvimentismo e impactos sobre o trabalho na Amazônia brasileira. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 19, n. 1, p. 259-252, jan./abr. 2016.

MBEMBE, A. **Necropolítica**: seguido de “Sobre el gobierno privado indirecto”. Trad. Elisabeth Falomir Archambault. Santa Cruz de Tenerife: Melusina, 2011.

MAC GREGOR, H. C. Necropolítica: la política como trabajo de muerte. **Revista Ábaco**, Gijón, v. 4, n. 17, p. 23-30, 2013.

MEDEIROS, L. S. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MENDONÇA, B. R.; MARINHO, S. C. Cajueiro revisitado: ou dez anos de relato crítico em construção. **Revista Pós Ciências Sociais**, São Luís, v. 13, n. 26, p. 63-92, jul./dez. 2016.

MESQUITA, G. M. S.; SANT'ANA JÚNIOR, H. A. Conflitos socioambientais e mobilizações de resistência da comunidade tradicional do Cajueiro frente à tentativa de construção de um porto privado em São Luís – MA. *In*: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 8.; SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 9., 2017, Curitiba. **Anais** [...]. Curitiba: UFPR, 2017.

MESQUITA, B. A. Política de desenvolvimento e desigualdade regionais: o caráter seletivo e residual da intervenção governamental no Maranhão. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 11, n. 2, p. 27-54, jul./dez. 2007.

MÉSZÁROS, I. Consciência de classe necessária e consciência contingente. *In*: MÉSZÁROS, I. **Filosofia, ideologia e ciência social**: ensaios de negação e afirmação. São Paulo: Boitempo, 2008. p. 75-119.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MIRANDA, A. A. B. **De arrendatários a proprietários**: formas de sociabilidade nos assentamentos rurais. São Luís: EdUFMA, 2010.

MORAIS, M. A. F. **O tempo dos trabalhadores nos trilhos do capital**: o processo de aceleração temporal na Companhia Vale do Rio Doce/MA. 2007. 234 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2007.

MOREIRA, J. F. **Arenas, repertórios e ações**: o processo de tentativa de implantação do Terminal Portuário de São Luís, no povoado Cajueiro. 2015. 143 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2015.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Dossiê MST Escola**. São Paulo: MST, 1997.

NETTO, J. P. Introdução ao método na teoria social. *In*: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Serviço social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/Abepss, 2009. p. 667-700.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia política**: uma introdução crítica. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA. **Audiência pública para debater a remoção compulsória dos moradores da comunidade do Cajueiro para implantação de um terminal portuário privado – São Luís, Maranhão**. [Manaus]:

UEA, 2017. Disponível em: <http://novacartografiasocial.com.br/audiencia-publica-para-debater-a-remocao-compulsoria-dos-moradores-da-comunidade-do-cajueiro-para-implantacao-de-um-terminal-portuario-privado-sao-luis-maranhao/>. Acesso em: 5 jan. 2022.

OLIVEIRA, A. U. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 185-206, set./dez. 2001.

OLIVEIRA, D. M. A centralidade da disputa pela terra na questão agrária brasileira. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 22, n. 46, p. 195-217, jan./abr. 2019.

OLIVEIRA, F. **O elo perdido**: classe e identidade de classe. São Paulo: Brasiliense, 1987.

OLIVEIRA, F. **A economia da dependência imperfeita**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

OLIVEIRA, T. C. **Formação política e consciência de classe no jovem Gramsci (1916-1920)**. 2007. 145 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

OLIVEIRA, R.; DOMENICI, T. No Maranhão, “governo não quer assumir que quer a obra”, diz promotor sobre caso Cajueiro. **Pública**, [São Paulo], 5 set. 2019. Disponível em: <https://apublica.org/2019/09/no-maranhao-governo-nao-quer-assumir-que-quer-a-obra-diz-promotor-sobre-caso-cajueiro/>. Acesso em: 21 jun. 2020.

PANTOJA, V. M. L.; PEREIRA, J. M. Grandes projetos e populações tradicionais na Amazônia: a Suzano Papel e Celulose no Maranhão. **Revista de Ciências Sociais**, João Pessoa, v. 1, n. 45, p. 327-340, jul./dez. 2016.

PAOLI, M. C. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros: tempo, espaço e classe na história operária brasileira. *In*: LOPES, J. S. L. (coord.). **Cultura e identidade operária**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1987. p. 16-65.

PAULINO, E. T.; ALMEIDA, R. A. **Terra e território**: a questão camponesa no capitalismo. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PEDRO, V. V. **“Quem não pode com a formiga não assanha o cajueiro”**: necropoder, margens e interstícios da judicialização do conflito socioambiental na comunidade do Cajueiro, em São Luís - MA. 2017. 312 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017.

PEREIRA, D. S. **Sociedade e natureza**: uma análise do “espaço socioambiental” do Porto do Itaqui – São Luís – MA, no período de 1970-2017. 2018. 160 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2018.

PIVOTO, D.; CARUSO, C. O.; NIEDERLE, P. A. Schumpeter e a teoria do desenvolvimento econômico. *In*: NIEDERLE, P. A.; RADOMSKY, G. F. W. (org.). **Introdução às teorias do desenvolvimento**. Porto Alegre: EdUFRGS, 2017. p. 23-35.

PORTO São Luís investe em ações sociais no Maranhão. **O Imparcial**, São Luís, 28 jul. 2020. Disponível em: <https://oimparcial.com.br/cidades/2020/07/porto-sao-luis-investe-em-acoes-sociais-no-maranhao/>. Acesso em: 15 fev. 2022.

PORTO São Luís investe em ações sociais no Maranhão. **IMirante**, São Luís, 31 jul. 2020. Disponível em: <https://imirante.com/sao-luis/noticias/2020/07/31/porto-sao-luis-investe-em-acoes-sociais-no-maranhao.shtml>. Acesso em: 15 fev. 2022.

PORTO São Luís é estratégico para o Maranhão e sairá do papel. **O Imparcial**, São Luís, 2 jul. 2021. Disponível em: <https://oimparcial.com.br/brasil-e-mundo/2021/07/porto-sao-luis-e-estrategico-para-o-maranhao-e-saira-do-papel/>. Acesso em: 15 fev. 2022.

PRIORI, A. *et al.* A ditadura militar e a violência contra os movimentos sociais, políticos e culturais. *In*: PRIORI, A. *et al.* **História do Paraná**: séculos XIX e XX. Maringá: Eduem, 2012. p. 199-213.

RAPOSO, G. Porto chinês em São Luís não sai do papel. **O Imparcial**, São Luís, 2 jul. 2021.

REVISTA FERROVIÁRIA. São Paulo: Editora Ferroviária, fev. 2015.

ROSTOW, W. W. **Etapas do desenvolvimento econômico**: um manifesto não-comunista. Trad. Octávio Alves Velho. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

SADER, E. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANT'ANA JÚNIOR, H. A. Carajás 30 anos: projetos de desenvolvimento, resistências e mobilizações na Amazônia Oriental. **Vias de Fato**, São Luís, p. 6-7, ago. 2013.

SANT'ANA JÚNIOR, H. A. Complexo portuário, reserva extrativista e desenvolvimento no Maranhão. **Caderno CRH**, Salvador, v. 29, n. 77, p. 281-294, maio/ago. 2016.

SANT'ANA JÚNIOR, H. A.; ALVES, E. J. P. Mining-Railroad-Port: "at the end of the line", a city in question. **Vibrant**: Virtual Brazilian Anthropology, Brasília, v. 14, n. 2, p. 205-224, 2017.

SANT'ANA JÚNIOR, H. A.; TEISSERENC, M. J. S. A.; BRUSTOLIN, C. Da ideia de desenvolvimento, das ações e de confrontos: uma introdução. *In*: SANT'ANA JÚNIOR, H. A.; TEISSERENC, M. J. S. A.; BRUSTOLIN, C. (org.).

Desenvolvimento em questão: projetos desenvolvimentistas, resistências e conflitos socioambientais. São Luís: EdUFMA, 2018. p. 5-20.

SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 54, p. 81-100, jun. 1977.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: EdUSP, 2001.

SANTOS, W. C. S. **Levantamento do processo histórico de ocupação dos povoados do Taim, Rio dos Cachorros, Porto Grande e Cajueiro**. Relatório de iniciação científica. São Luís: UFMA, 2013.

SANTOS, D. S.; SANT'ANA JÚNIOR, H. A. Fé, território e luta: mobilização e resistência na comunidade tradicional do Cajueiro. *In*: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 3., 2017, São Luís. **Anais** [...]. São Luís: UFMA, 2017.

SANTOS, M. F. N.; SILVA, A. R.; MATEUS, K. A. O. Percursos históricos da luta pela terra no Brasil: os conflitos no campo e a formação do MST. *In*: SEMINÁRIO GEPRÁXIS, 6., 2017, Vitória da Conquista. **Anais** [...]. Vitória da Conquista: Uesb, 2017. p. 2744-2756.

SARMENTO, A. D. Notas sobre o take-off: a teoria rostowiana revisada. **Teoria e Evidência Econômica**, Passo Fundo, ano 18, n. 38, p. 144-167, jan./jun. 2012.

SAUER, S.; PERDIGÃO, L. F. Lutas pela terra no Brasil: sujeitos, conquistas e direitos territoriais. **Abya-Yala**: revista sobre acesso à justiça e direitos nas Américas, Brasília, v. 1, n. 2, p. 245-272, abr./jul. 2017.

SEATI [Secretaria Adjunta de Tecnologia da Informação]. Empresa chinesa assina acordo de investimento para construção de porto em São Luís. **Agência de Notícias do Governo do Maranhão**, São Luís, 7 abr. 2017. Disponível em: <https://www.ma.gov.br/agenciadenoticias/?p=172139>. Acesso em: 5 jan. 2022.

SILVA, A. R.; CUNHA, V. V. A luta pela terra no Maranhão: caso do bico do papagaio. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 21., 2012, Uberlândia. **Anais** [...]. Uberlândia: UFU, 2012.

SILVA, C. R.; PEREIRA, J. C. N. Comunidade do Cajueiro: uma análise sobre a injustiça ambiental na implementação de um novo terminal portuário em São Luís-MA. **Revista da ESMAM**, São Luís, v. 12, n. 13, p. 49-61, jan./jun. 2018.

SILVA, I. G. Agenda conservadora assume o centro da cena política no Brasil. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 20, n. 36, p. 140-150, jan./jun. 2016.

SILVA, K. F. **Desenvolvimento do Maranhão e a Refinaria Premium I**: o processo de implantação do empreendimento e suas implicações no modo de vida e trabalho dos trabalhadores rurais de Bacabeira. 2014. 210 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2014.

SILVA, K. F. **Organização e resistência de trabalhadores rurais na luta pela terra no Maranhão**: entre a necessidade e a liberdade. 2019. 242 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2019.

SODRÉ, R.; MATTOS, J. O emaranhado dos conflitos de terra no campo maranhense. **Revista de Geografia e Ordenamento do Território**, Porto, n. 10, p. 345- 354, dez. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/got/n10/n10a17.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2020.

SOTÃO, V. Porto nada seguro: no Maranhão, a luta para não perder casa e sustento. **Projeto Colabora**, [Rio de Janeiro], 24 maio 2018. Disponível em: <https://projecolabora.com.br/ods14/a-luta-contra-o-porto/>. Acesso em: 5 jan. 2022.

TAVARES, H. M. Observações sobre a questão regional. **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 1, p. 23-39, jan./abr. 1987.

THEIS, I. M.; KRAJEVSKI, L. C. Desenvolvimento e acumulação por espoliação: o caso do território Cantuquiriguaçu - Paraná. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 20, n. 2, p. 9-26, maio/ago. 2017.

TROTSKY, L. **História da revolução russa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.


VALE. **Sobre a Vale**: há 30 anos era lançado o último trilho da Estrada de Ferro Carajás. [Rio de Janeiro]: Vale S/A, 2015. Disponível em: <http://www.vale.com/brasil/pt/aboutvale/news/paginas/ha-30-anos-lancado-ultimo-trilho-estrada-ferro-carajas.aspx>. Acesso em: 5 jan. 2022.

VELHO, O. G. **Frentes de expansão e estrutura agrária**: estudo do processo de penetração numa área da transamazônica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1972.

VIEIRA, E. F. Planos nacionais de desenvolvimento. *In*: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: IHGRGS, 2012. Disponível em: <https://www.ihgrgs.org.br/artigos.html>. Acesso em: 10 fev. 2022.

ANEXOS

ANEXO A – Ata de reunião sobre o TUP Porto São Luís



PREFEITURA DE SÃO LUÍS
SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E HABITAÇÃO – SEMURH

ATA DE REUNIÃO

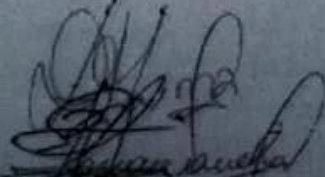
Aos vinte e seis dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezesseis reuniram-se no Gabinete do Secretário Municipal de Urbanismo e Habitação – SEMURH, Diogo Diniz Lima, presente a maioria simples dos membros da Comissão, conforme dispõe o Decreto regente nº 44.619/2013, o representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Luis Jorge Dias, a representante do INCID, Keyla Cristine Barros da Costa, o representante da Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte, Paulo Henrique Rodrigues, o representante da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, Evandro Soares, bem como dos representantes da empresa interessada, conforme lista de presença em anexo. Aberta a reunião, o Presidente da Comissão apresentou projeto de ampliação do Porto de São Luís, localizado na Rua Parnauaçu, s/n, Cajueiro, Itaqui Bacanga, notadamente na implantação de quatro novos píers, que ainda está pendente de análise por esta Comissão. Os representantes da empresa requerente explanaram sobre os benefícios e a relevância da obra, enfatizando que: 1- A estrutura atual do Porto de São Luís corresponde a cerca de 30% (trinta por cento) do Produto Interno Bruto do Maranhão e que a obra terá o condão de ampliar a produção de riquezas no Estado, com todos os seus efeitos colaterais como incremento na arrecadação de tributos; 2 – Geração de 4.000 (quatro mil) empregos diretos, sendo que a direção do porto ficaria com mão-de-obra trazida de outras localidades, enquanto com relação o restante do corpo de pessoal será contratado localmente, após o treinamento que será concedido pela própria empresa; 3- Localidade estratégica do porto de São Luís para a escoação da produção nacional de grãos de outros produtos; 4 – Que os novos terminais serão alimentados majoritariamente pelo transporte ferroviário e que por isso não será gerado grande fluxo rodoviário; Quanto à negociação das realocações dos moradores da poligonal do porto, depois de questionado pelo Secretário de Urbanismo e Habitação, os representantes da requerente afirmaram que já foram concluídos 90 (noventa) acordos de indenização, restando pendentes somente 13 (treze) acordos, que ainda estão em tratativas com os seus respectivos proprietários; O Presidente da Comissão também questionou quanto ao impacto do empreendimento sobre locais de culto e a requerente afirmou que o terreiro do Egito está fora da poligonal do porto, não impactando neste elemento religioso e não sendo autorizado nenhum impacto dessa natureza na área; A requerente afirma que em matéria de diretriz viária está pendente junto ao Governo do Estado do Maranhão o Decreto de utilidade pública ampliando área à margem

O nível
e che
(28),
acim
O nível
8 me
acord
da De
O auri
do rio
hidrel
no Ma
Tocant
O sup

M
fu
lei
So

O Mini
Maranh
Pública
Municí
à metad
Terapia
do Hosp
conheci

questionou quanto ao impacto do empreendimento sobre locais de culto e a requerente afirmou que o terreiro do Egito está fora da poligonal do porto, não impactando neste elemento religioso e não sendo autorizado nenhum impacto dessa natureza na área; A requerente afirma que em matéria de diretriz viária está pendente junto ao Governo do Estado do Maranhão o Decreto de Utilidade pública ampliando área à margem da rodovia federal, que permita a implantação das obras necessárias à conexão do empreendimento à malha viária; Quanto às questões de impacto sobre a malha viária, o Secretário de Urbanismo e Habitação, a empresa afirmou que instalará plantas de transporte; A empresa se comprometeu a apresentar os projetos de redução dos impactos sobre a malha viária, que serão entregues em mídia digital, a serem posteriormente encaminhadas à SEMOSP e SMTT, estabelecendo-se, como condicionante para a aprovação do projeto, a emissão de Certidão de Diretrizes; Quanto aos impactos ambientais, a empresa afirmou que utilizará o tratamento de afluentes, por não haver ETE disponibilizada pela Empresa Pública Estadual; A Requerente afirmou que a Licença Prévia concedida pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente também já autorizou a supressão da vegetação da área do empreendimento; O representante da Secretaria Municipal de Meio ambiente afirmou que, muito embora a legislação conceda o direito de supressão permanente da vegetação da área, observou que a empresa previu, em seu projeto, que não haveria a supressão de área de manguezal; Que, muito embora se trate de licenciamento feito à cargo da SEMA, ficou satisfeito com a redução do impacto sócio-ambiental feito pela realocação prévia dos moradores; Que o empreendimento não se localiza em área de reserva de aquífero e que só aproveita a geomorfologia do local para a instalação dos novos terminais; A empresa afirma, ainda, que previu 73% da área permeável na área do empreendido, excluída a área de preservação ambiental, que incrementa essa porcentagem; Quanto às outorgas, a empresa afirma que a LI já está sendo providenciada, juntamente com as autorização de supressão de vegetação; Com a palavra, o Secretário de Urbanismo e Habitação definiu que: "A análise desta Comissão de Impacto focou principalmente nos elementos necessários à concessão do alvará, tendo fixado acima elementos de necessária observância e cujo cumprimento condicionará futuras licenças, ou penalidades atinentes ao próprio alvará; Faço constar a necessidade de juntada do Plano de Reassentamento". Posta em Votação, decidiu-se pela aprovação do projeto por unanimidade com as ressalvas feitas ao longo da reunião. Fica a Secretaria de Urbanismo e Habitação autorizada à emissão do respectivo alvará. Fica a Servidora Joseana Cristina encarregada de juntar a ata desta reunião ao processo encaminhá-lo à Superintendência de Urbanismo para que cumpra as determinações desta Comissão. Todas as partes que transigiram com os termos acordados na reunião, assinam a presente ata. O Secretário Municipal de Urbanismo e Habitação encerrou a reunião. O referido é verdade e dou fé. Eu, Gilvando Silva de Abreu, Gilvando Silva de Abreu designado para secretariar a presente reunião, lavrei esta ata.



Pública, n
Município
à metade
Terapia In
do Hospit
conhecido
estarem f
mais de u
Na manif
as Promo
Defesa d

Secreta

A Secreta
Meio Am
poço tub
Miranda,
04°43'40
bombear
Hospital

A Com
- Ma, n
que n
de ma
Tomac
verão
centro
quirid
50,00

ANEXO B – Decreto Estadual nº 30.624/2015



ANO CIX Nº 009 SÃO LUÍS, QUARTA-FEIRA, 14 DE JANEIRO DE 2015 EDIÇÃO DE HOJE: 04 PÁGINAS

SUMÁRIO

Poder Executivo	01
Casa Civil	01
Procuradoria Geral do Estado	02
Secretaria de Estado da Educação	03
Secretaria de Estado da Segurança Pública	03

PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº 30.624, DE 12 DE JANEIRO DE 2015.

Revoga o Decreto de desapropriação que especifica.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos III e V do art. 64 da Constituição Estadual, e

Considerando que os bens imóveis de que trata o Decreto nº 30.610, de 30 de dezembro de 2014, publicado no Diário Oficial do Estado em 31 de dezembro de 2014, foram declarados como de utilidade pública para fins de desapropriação;

Considerando a não consumação dos efeitos decorrentes do Decreto nº 30.610, de 30 de dezembro de 2014, destinados a decretar a expropriação dos referidos bens imóveis;

Considerando que a revogação de decreto expropriatório de bem imóvel se insere no poder discricionário da Administração Pública, de sorte que ao Poder expropriante não cabe apenas o direito, mas se impõe o dever de revogar a declaração de utilidade pública, sempre que o exigirem as circunstâncias de cada caso;

Considerando a existência de conflitos na área em questão e a necessidade de serem aprofundados os estudos, inclusive quanto aos impactos socioambientais da implantação de um Terminal Portuário na localidade,

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Decreto nº 30.610, de 30 de dezembro de 2014, que declara de utilidade pública, para fins desapropriação total, em favor de WPR Gestão de Portos e Terminais Ltda., os imóveis constituídos de terras e benfeitorias, de propriedade particular, localizadas na faixa de área destinada a infraestrutura de energia e transportes e dá outras providências.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO,
EM SÃO LUÍS, 12 DE JANEIRO DE 2015, 194º DA INDEPENDÊNCIA E 127º DA REPÚBLICA.

FLÁVIO DINO
Governador do Estado do Maranhão

MARCELO TAVARES SILVA
Secretário-Chefe da Casa Civil

CASA CIVIL

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Nomear KARLA SUELY DA CONCEIÇÃO TRINDADE para o cargo de Chefe da Assessoria de Programas Especiais, devendo ser assim considerado a partir de 1º de janeiro de 2015.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO,
EM SÃO LUÍS, 6 DE JANEIRO DE 2015, 194º DA INDEPENDÊNCIA E 127º DA REPÚBLICA.

FLÁVIO DINO
Governador do Estado do Maranhão

MARCELO TAVARES SILVA
Secretário-Chefe da Casa Civil

PORTARIA Nº 01, DE 09 DE JANEIRO DE 2015.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 9.771, de 19 de março de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica designado **ABELARDO TEIXEIRA BALLUZ**, Subsecretário, como Ordenador de Despesas, para, sem prejuízo das atribuições que lhe são próprias, promover a gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Casa Civil, bem como assinar convênios, contratos, acordos e instrumentos congêneres, autorizar a instauração de processos licitatórios, dispensas e inexigibilidades, sua homologação e ratificação, decidir os recursos impetrados por licitantes e praticar os atos administrativos que impliquem a geração de despesas.

Art. 2º. Fica designada **MARIA OLINDINA DE MEDEIROS**, Secretária Adjunta de Orçamento e Finanças, como Ordenadora de Despesas solidária ao Ordenador designado no artigo anterior, para assinar as notas de empenho e ordem bancárias.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

DÊ CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL,
EM SÃO LUÍS/MA, 09 DE JANEIRO DE 2015.

MARCELO TAVARES SILVA
Secretário-Chefe da Casa Civil

ANEXO C – Matéria publicada no jornal *O Imparcial*

2

George Raposo
E-mail: gdrnamite@gmail.com

POLÍTICA

São Luís, sexta-feira, 2 de julho de 2021

O IMPARCIAL
oimparcial.com.br

CCCC

Porto chinês em São Luís não sai do papel

Empresa chinesa não conseguiu financiamento de US\$ 500 milhões para a construção do condomínio multicargos na capital maranhense e projeto deve naufragar

COM INFORMAÇÕES DO VALOR
ECONÔMICO

Três anos e três meses depois de ter lançado a pedra fundamental para erguer um porto privado em São Luís, o grupo China Communications Construction Company (CCCC) não avançou para colocar em pé o projeto, avaliado em R\$ 2 bilhões à época.

Dona de 51% de participação do empreendimento portuário, a gigante chinesa também enfrenta um impasse com seus sócios, a WFR, empresa de infraestrutura do grupo WTorre e a Lyon Capital, fundada por Paulo Remy, com os 49% restantes do negócio.

Foi apurado que os dois acionistas minoritários contrataram o BTG Pactual para vender seus 49% do empreendimento.

Quando desembarcou no Brasil com a compra de 80% da construtora Concremat, por R\$ 350 milhões, em novembro de 2016, a gigante chinesa, que fatura cerca de US\$ 90 bilhões, tinha planos ambiciosos para crescer no Brasil. Mas, desde que chegou ao país, não conseguiu levar adiante projetos bilionários que pretendia participar.

Uma fonte ligada à CCCC afirmou que a companhia não conseguiu o financiamento de US\$ 500 milhões originais necessários para a construção do condomínio multicargos de São Luís, que teria potencial para quase dobrar a movimentação do porto público do Itaqui (MA), o sexto do país.

Para uma outra pessoa ligada aos

acionistas minoritários, interessa à CCCC participar de projetos nos quais a gigante atue apenas como construtora.

"O projeto do porto não saiu do lugar. Eles chegaram com a promessa de cheque em branco, mas não conseguiram levantar os recursos para financiar as obras", disse essa fonte.

O grupo chinês também tinha planos de comprar uma fatia minoritária da Malha Sul, que pertence à Rumo, do grupo Cosan, e chegou a fazer proposta para adquirir o Terminal Graneleiro da Bebitonga (TGB), em São Francisco do Sul (SC), mas não avançaram nas propostas de compra. A CCCC também foi apontada como candidata à concessão da ferrovia Fiol, mas não fez proposta.

O diretor executivo da CCCC no Brasil, Heider Dantas, explicou que o projeto do Porto de São Luís tem sido reavaliado, mas o grupo chinês tem intenções de seguir adiante com os planos e está buscando alternativas de financiar as obras. "Também enfrentamos uma série de questões fundiárias, que atrapalharam o projeto, mas estamos avançando."

Segundo Dantas, que também é presidente do porto, os planos vão seguir, mesmo com a mudança no quadro societário e projeto foi reavaliado para cerca de R\$ 3,5 bilhões, que deve ser concluído em duas etapas, ao longo de dez anos.

Para o executivo, é muito difícil explicar à matriz chinesa o excesso de burocracia do país. Em novembro passado, a CCCC assinou um contrato de parceria com a chinesa CR20 para a

construção do Sistema Rodoviário Ponte Salvador-Ilha de Itaparica, avaliado em R\$ 7,7 bilhões. O secretário de infraestrutura do governo do Estado da Bahia, Marcus Cavalcanti, disse que os dois grupos vão entregar até o fim deste ano o projeto de desenvolvimento que a Sociedade de Propósito Específico (SPE) já foi constituída.

Assim como a CCCC, diversos grupos chineses desembarcaram no país de 2015 para cá procurando ativos para lançar sobretudo nas áreas de energia e infraestrutura.

"O Brasil não tem o melhor ambiente amigável para se fazer negócios. É preciso ressaltar isso", disse Charles Tang, presidente da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-China.

De acordo com Tang, que representa interesse de grupos chineses do Brasil, a pandemia, o custo Brasil e o governo brasileiro mais beligerante com a China fizeram com que os investidores chineses ficassem mais reacios com o país.

"O Brasil está concorrendo com países do mundo todo para receber investimentos e o governo chinês prefere fazer apostas onde é bem-vindo." Há muita disposição dos grupos chineses de fazerem investimentos no Brasil, afirmou Tang, destacando que o setor elétrico foi um dos principais a receber aportes chineses nos últimos tempos.

Procurados, BTG e Lyon Capital não comentaram o assunto. A WTorre não retornou os pedidos de entrevista até fechamento da edição.

ESPECIALISTA

Conta de luz pode aumentar mais nos próximos meses

O Brasil passa pela pior crise hídrica dos últimos 90 anos, segundo o Ministério de Minas e Energia. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) divulgou o aumento da bandeira tarifária vermelha patamar 2, sobre taxa atualmente aplicada às contas de luz. O aumento entra em vigor a partir desta quinta-feira (1º/7) e passará de R\$ 6,24 para R\$ 9,492 a cada 100 kWh consumidos. Com isso, analistas calculam que as faturas sofrerão aumentos de 5% até 9%, já neste mês. As altas, porém, não devem parar por aqui. A Aneel, por exemplo, já estuda um novo reajuste na bandeira, a ser aplicado em agosto.

Segundo o economista chefe Latin America da Colgate, Patricia Krause, o aumento da conta de energia foi necessário devido à crise hídrica que o país enfrenta. Porém, ela propõe alternativas para solucionar a questão. "Não tinha como fugir, isso tinha que ocorrer. Agora, nós já deveríamos ter medidas para estimular a economia de energia, uma medida de racionamento. Isso traria uma tranquilidade maior para esse cenário a longo prazo", disse.

Além disso, está em pauta no Congresso uma medida provisória que, entre outras medidas, permite a contratação de energia elétrica para uso emergencial, sem a necessidade de leilão, para prevenir uma possível falta de energia no país. A MP não menciona a possibilidade de racionamento, que também vem sendo negado pelo Governo.

Para Joni Corrêa de Barros, economista da Zahl Investimentos, a conta de energia pode continuar aumentando após a MP pois quando há contratação sem leilão a conta é repassada para os cidadãos. Segundo o especialista, essa é uma medida paliativa que não resolve o problema. "A solução para os problemas de geração de energia no Brasil passa por questões estratégicas, de longo prazo, não são resolvidas em um único governo. É necessário um pensamento estratégico que passe por muitos governos para a mudança na matriz energética brasileira. Atualmente, cerca de 65% da matriz energética tem base nas hidrelétricas, e 20% a 25% da energia vêm das termelétricas, mas evoluímos muito pouco em relação às energias eólica e solar", explicou.

O aumento das tarifas de energia terá impacto na inflação. Segundo o economista da Integral Group Daniel Miraglia, esse impacto pode chegar a 20 pontos percentuais no Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) deste ano.

"Dada às poucas perspectivas de chuva, teremos mais aumentos mais para frente, entre o fim de julho e o fim de agosto", disse Miraglia. Ele não acredita, no entanto, que isso vá provocar alta das taxas de juros além do previsto, como tem sido dito por muitos economistas.

"O aumento da inflação devido à energia elétrica não significa, necessariamente, uma aceleração do processo de alta dos juros conduzido pelo Banco Central, porque isso (a alta do custo da energia) é um choque de oferta. Você não combate um choque de oferta com juros, não é porque você vai subir os juros que vai começar a chover. Mas, lógico que o BC ficará mais cauteloso, porque existem os repasses para os outros setores", ponderou.

Conta Covid e Tarifa Social

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) também anunciou reajuste nas outras bandeiras como a amarela que será de R\$ 1,874 a cada 100 kWh; a bandeira verde, que indica boas condições de geração de energia, não implica taxa extra.

Vale recordar que as bandeiras tarifárias, atualizadas anualmente até 2019, permaneceram com valores inalterados em 2020 como medida emergencial da agência para aliviar a conta de luz dos consumidores e atenuar o setor elétrico em meio ao cenário de pandemia da covid-19. Pelo mesmo motivo, a Aneel manteve a bandeira verde de junho a novembro de 2020 — nesse período, os custos da Conta Bandeira foram supridos pela Conta Covid, empréstimo ao setor elétrico feito junto a bancos públicos e privados, com o objetivo de aliviar os impactos da atual crise no setor elétrico", ressaltou a Aneel, em comunicado.

Além disso, a agência afirma que, para quem está inscrito no programa Tarifa Social, os descontos permanecem os mesmos. "A incidência de adicionais de bandeiras tarifárias na conta de luz dos consumidores que possuem direito à Tarifa Social de Energia Elétrica segue os mesmos percentuais de descontos que são estabelecidos por faixa de consumo. Isso significa que as famílias de baixa renda, inscritas no programa de Tarifa Social, pagam as bandeiras com os mesmos descontos que já têm nas tarifas, de 10% a 65%, dependendo da faixa de consumo", concluiu a agência.

"MP do Racionamento"

A "MP do Racionamento", como vem sendo chamada a medida provisória baixada pelo governo na segunda-feira, institui a Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (Creg), constituída por vários ministros: Minas e Energia; Economia; Infraestrutura; Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Meio Ambiente; e Desenvolvimento Regional.

Essa Câmara tem como objetivo "definir diretrizes obrigatórias relativas ao estabelecimento de condições excepcionais e temporárias para a operação dos reservatórios das usinas hidrelétricas do País, envolvendo definições para limites de uso, armazenamento e vazão", explicou o Ministério de Minas e Energia.

BOLSONARO

Saiba o que é o "superpedido" de impeachment



PROTOCOLIZAÇÃO DO 'SUPERPEDIDO' DE IMPEACHMENT

Com 46 assinaturas e 271 páginas, a Câmara recebeu, ontem, um superpedido de impeachment contra o presidente Jair Bolsonaro. O documento é assinado por deputados da oposição e da direita, como Joice Hasselmann (PSL-SP), Kim Kataguirí (DEM-SP) e Alexandre Frota (PSDB-SP) — que chegaram à Casa levados pela onda do bolsonarismo, em 2018. Porém, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (Progressistas-AL), deu a entender que não dará sequência à iniciativa: "Tem 120 na fila", disse. O texto foi elaborado pela Associação Brasileira de Juristas pela Democracia (ABJD) e tem como signatários, além dos parlamentares, entidades representativas da sociedade e personalidades. O documento aponta uma série de crimes que teriam sido cometidos por Bolsonaro desde que assumiu a Presidência. Cita que ele, durante a pandemia do novo coronavírus, fez aglomerações, atrasou a chegada de vacinas, divulgou remédios ineficazes como cura e dificultou medidas de isolamento social por parte de prefeitos e governadores. Menciona, ainda, o "negacionismo, o menosprezo e a sabotagem assumida das políticas de prevenção e atenção à

saúde dos cidadãos brasileiros, diante da mais grave crise de saúde pública da história do país e do planeta". O pedido reúne os autores dos 123 pedidos já protocolados desde o início do mandato, com 23 tipos de acusações de crimes. "É muito importante que esses mais de 100 pedidos de impeachment sejam concentrados numa grande denúncia", disse o líder da Minoria na Câmara, Marcelo Freixo (PSB-RJ). A frente reúne PSL, PT, PDT, PV, Rede Sustentabilidade, Cidadania, Central de Movimentos Populares (CMP), União Nacional dos Estudantes (UNE) e Movimentos dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), entre outros. "O que está sendo feito aqui é algo histórico", acrescentou o deputado Kim Kataguirí (DEM-SP). "Bolsonaro é um irresponsável", completou a deputada Joice Hasselmann (PSL-SP), que confessou ter se arrependido de ser líder do governo Bolsonaro.

Rol de infrações

O pedido menciona que o presidente teria cometido crime contra o livre exercício dos poderes, ao participar de ato com ameaças ao Congresso e Supremo Tribunal Federal (STF); usar autoridades sob sua subordinada

ção para praticar abuso de poder no episódio de troca do comando de Marinha, Aeronáutica e Exército e intervir na Polícia Federal; incitar militares à desobediência à lei ou infração à disciplina — como na participação do ex-ministro da Saúde e general da ativa Eduardo Pazuello, num evento político de Bolsonaro, em maio, no Rio de Janeiro; provocar animosidade nas classes armadas, ao incentivar motim dos policiais militares em Salvador; e as omissões e erros no combate à pandemia, que seriam crime contra a segurança interna. O pedido elenca os crimes que teriam sido cometidos por Bolsonaro em sete categorias: crimes contra a existência da União; crimes contra o livre exercício dos poderes legislativo e judiciário e dos poderes constitucionais dos estados; crimes contra o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais; crimes contra a segurança interna; crimes contra a probidade na administração; crimes contra a guarda e legal emprego dos dinheiros públicos; e crimes contra o cumprimento de decisões judiciais. Quem decide dar seguimento aos pedidos de impeachment é o presidente da Câmara dos Deputados, aliado do governo.

